

ha dicta agua, dizêdo lhe que nem ha agua ca viera jamais, nem podia vïjr nem Sertorio aqui steuera, nem ha obra era Romana: cõtra o que eu a su alteza tinha persuadido».

Mais de trinta anos antes de publicados os *Lusiadas*, enaltecia tambem o afamado latinista e poeta Jorge Coelho o *insigne monumento, a obra, de D. João III*.

Em um epigrama diz ele :

Quis populo tandem ductum instauravit aquarum?  
Fluminis et celsum continuavit iter?  
Sunt haec Joannis monumenta insignia regis.  
.....  
Quod nomen lymphae? Dicta est Argentea vulgo.

E em outro :

Miraris nitido sublimes aggere ductus,  
Et medio illabi flumina viva foro.  
Divus Joannes regnator nominis hujus  
Tertius invicto pectore fecit opus <sup>1</sup>.

8. Comentário a IV, 25, 6 <sup>2</sup>: «As quinas (= os escudõs de que se falla em III, 53-54) e castellos (em numero de sete) das armas de Portugal».

Nos quatro sêlos de D. João I, que se acham reproduzidos na *Historia genealogica da casa real portuguesa*, t. 4.<sup>o</sup>, sob os n.<sup>os</sup> 40 a 43 (cf. pag. 31-32), o número dos castellos é respectivamente de 10, 8, 8 e 14.

É sabido que, antes de se fixar em 7, este número foi muito variavel. Dos dous sêlos de D. Afonso III, que na mesma obra se encontram (n.<sup>os</sup> 19 e 20), um traz 9 e outro 8. Os dous de D. Dinis (n.<sup>os</sup> 22 e 23) teem 12.<sup>3</sup> Dos três de D. Afonso IV um apresenta 12 e nos outros, embora deteriorados, havia com certeza mais de 7. Doze aparecem tambem nos de D. Pedro I e D. Fernando. De D. Duarte ha um com 6 e outro com 10.

<sup>1</sup> Publicados em Coímbra, em 1540, os dois epigramas foram reimpressos com outras poesias do filho de Nicolau Coelho e secretário do cardial D. Henrique, no *Corpus poetarum lusitanorum* do padre Reis, VII, 327-328, Lisboa, 1748.

<sup>2</sup> Depois de se referir às alas direita e esquerda dos portugueses em Aljubarrota, prossegue o poeta :

Logo na retaguarda não se esconde  
Das quinas e castellos o pendão  
Com Joane etc.

<sup>3</sup> Vejam-se tambem nesta *Revista* os interessantes artigos do sr. dr. Garcia de Vasconcelos, subordinados ao título *Um documento precioso* (I, 362, e II, 254).

Não pode portanto afirmar-se que eram em número de 7 os castelos do pendão rial, arvorado em Aljubarrota por D. João I.

9. Comentário à palavra *Massylia* de IV, 36, 8 <sup>1</sup>: «Os Massylos eram um povo da Numidia. Os poetas latinos empregavam o adjectivo *Massylus* como equivalente de «Africano» (da Africa septentrional). (No mesmo sentido geral diz Sannazzaro *Massyla... rura* no *De partu Virg.* III).

É verdade que às vezes, nos poetas latinos, especialmente em Sílio Itálico <sup>2</sup>, aparece a palavra *Massylus* em sentido geral, abrangendo mais povos que os massilios propriamente ditos.

Mas isto dá-se também com outros nomes gentílicos.

Assim, se aquele escriptor designa às vezes o exército cartaginês por *Massyla gens* (II, 108, etc.), para o mesmo fim se serve também das expressões *Garamantica pubes*, *Garamantica signa* (I, 142; IV, 447; etc.), *Maurusia pubes* (XI, 414; cf. *Maurusia taxus*, IV, 569; *Maurusia arundo*, X, 402), *Marmaricas vires* (VIII, 216), *Nomades* (XI, 31).

Isto, porém, não obsta, é claro, a que tais adjectivos gentílicos sejam igualmente empregados por Sílio Itálico na acepção própria.

É o que acontece com *Massyli*, por exemplo em III, 282 <sup>3</sup>, em IX, 223 <sup>4</sup>, em XVI, 171, 184, 235, etc. <sup>5</sup>.

<sup>1</sup> Nesta estância, como se vê pela que se lhe segue, *Massylia* é a região onde fica Ceuta, pois os bramidos da leoa, a quem «o pastor de Massília» furtou os filhos, atroam e abalam os montes *Sete Irmãos*.

Em V, 6, dá o poeta o nome de *Massylia* à *esteril costa*,

Onde seu gado os Azenegues pastam.

Ora sobre a situação geográfica desta gente diz João de Barros: «Passado o rio que se ora chama Sanagá, o qual divide a terra dos Mouros Azenegues dos primeiros negros de Guiné» etc. (*Década* I, 1, 9).

<sup>2</sup> Autor, como se sabe, dos *Punicorum libri XVII*, poema que Camões conhecia. O assunto é a segunda guerra púnica.

<sup>3</sup> Enumerando os elementos componentes do exército com que Anibal invadiu a Itália, diz o poeta latino, depois de especificar os moradores de Cartago, de Utica e de outras cidades, os das margens do Lixus, os etíopes, os núbios, etc.:

Quin et Massyli fulgentia signa tulere.

<sup>4</sup> Disposição das tropas de Anibal na batalha de Canas:

Barbaricus laevo stetit ad certamina cornu  
Bellator Nasamon, unaque immanior artus  
Marmarides, tum Maurus atrox, Garamasque Macesque,  
Et Massylae acies, et ferro vivere laetum  
Vulgus Adymachidae pariter .....

<sup>5</sup> Aqui Sílio Itálico, afastando-se do que sabemos por outras fontes, designa-

É no sentido próprio ou no geral que Camões emprega a palavra *Massilia*, tanto em IV, 36, 8, como em V, 6, 1?

Por Sílio Itálico vemos que é no sentido próprio, como aliás era de presumir.

Com efeito, para o autor dos *Punicorum libri* os massílios habitavam nos confins da terra, lá para onde ficava o jardim das Hespéridas <sup>1</sup>, e o reino de Sifax estendia-se até o Atlântico.

Quin et Massyli fulgentia signa tulere,  
Hesperidum veniens lucis domus ultima terrae.  
Praefuit intortos demissus vertice crines  
Bocchus atrox, qui sacratas in litore silvas,  
Atque inter frondes revirescere viderat aurum.

(III, 282-286).

Massylis regnator erat ditissimus oris,  
Nec nudus virtute, Syphax: quo jura petebant  
Innumerae gentes, extremaque litore Tethys.

(XVI, 171-174).

Em resumo: o poeta romano deslocou os massílios para oeste da Numídia, fazendo-os chegar até à costa do Atlântico, e Camões seguiu esta opinião, que aliás carece de base histórica.

Não é também no sentido geral, como supõe o comentário, mas sim no próprio, que Sannazzaro emprega a palavra *Massyla* no *De Partu Virginis*, III, 188.

Fala-se aí, com efeito, de dois pastores que em Belém cantam ao desafio perante o berço de Jesus recém-nascido, um dos quais,

---

damente por Tito Lívio (l. XXIV, XXX, etc.), dá Sifax como rei dos massílios:

Massylis regnator erat ditissimus oris,  
Nec nudus virtute, Syphax.....

O rei dos massílios (ou massílios) era Masinissa. Sifax era-o dos masesílios, que ficavam a oeste daqueles (T. Lívio, l. XXVIII, 17).

<sup>1</sup> Sílio Itálico deixou-se influenciar por esta passagem de Vergílio:

Oceani finem iuxta solemque cadentem  
Ultimus Aethiopum locus est, ubi maximus Atlas  
Axem umero torquet stellis ardentibus aptum:  
Hinc mihi Massylae gentis monstrata sacerdos,  
Hesperidum templi custos, epulasque draconi  
Quae dabat et sacros servabat in arbore ramos  
Spargens humida mella soporiferumque papaver.

(*Eneida*, IV, 480-486).

E Vergílio, relacionando os massílios com as Hespéridas, tinha na mente uma passagem dos *Argonautica* de Apolónio de Rodas (l. IV, v. 1232 e segg.).

riquíssimo, é Egon, que possui pastagens na Getúlia, rebanhos nos campos massilos, e domínios nas margens do Bágrada, do Tritão e do Cínifo, isto é, nas actuais Argélia, Tunísia e Tripolitana.

Tum puero adstantes Lycidas et maximus Aegon,  
Aegon, Getulis centum cui pascua campis,  
Centeni per rura greges Massyla vagantur :  
Ipse caput late, qua Bagrada, qua vagus errat  
Triton, Cinyphiae qua devolvuntur arenae,  
Ingens agricolis, ingens pastoribus Aegon.

Os *rura Massyla* contrapõem-se aqui a outras regiões próximas: *Massylus* não é, portanto, o equivalente de «Africano (da Africa septentrional)».

Ainda em outro lugar do poemeto de Sannazzaro se encontra a mesma palavra, empregada também na acepção própria. É quando se fala do recenseamento mandado fazer por Augusto.

Parte alia vastas circumvocat Africa vires;  
Getuli, Maurique duces rimantur opaci  
Atlantis nemora et dispersa mapalia silvis.  
Scribitur et vacuis ut quisque inventus arenis  
Seu pastor, seu subcinctis venator in armis  
Observans saevos latebrosa ad tesqua leones.  
Massylum quicumque domos, quicumque repostos  
Hesperidum lucos munitaque montibus arva  
Incolit et ramis nativum decutit aurum:  
..... Qua devictae Carthaginis arces  
Procubuere.....  
Jamque Macas idem ardor habet; venere volentes  
Barcaeii; venere suis Nasamones ab arvis.<sup>1</sup>

(II, 204-223).

Em conclusão: nem Camões, nem Sannazzaro empregam, êste o adjectivo *Massylus*, aquele o nome proprio *Massilia*, no sentido geral, mas sim no restrito.

10. Do comentário a V, 11<sup>2</sup>: «A lenda das Gorgonas, filhas

<sup>1</sup> Note-se que nesta passagem, e naturalmente também na anterior, o poeta italiano não desloca os massilos, como o fez Sílio Itálico.

<sup>2</sup> Vasco da Gama diz ao rei de Melinde :

As Dórcadas passamos, povoadas  
Das irmãs que outro tempo ali viviam,  
Que, de vista total sendo privadas,  
Todas três de um só olho se serviam.

de Phorcys, que se serviam, cada uma por sua vez, de um só olho que tinham em commum, é contada por Ovidio nas *Met.*, IV, 771-802».

A lenda, como a conta Ovidio, difere em um ponto essencial da que se encontra nos *Lusíadas*.

Nestes, as Górgonas são todas três cegas. Nas *Metamorfoses* só o são duas, as que guardavam a entrada da selva, eriçada de penhascos, em que habitava Medusa, a Górgona propriamente dita.

Se Perseu se apoderou do olho de que aquelas se serviam, quando uma o ia a passar a outra, a Medusa pôde cortar-lhe a cabeça, por que ela se achava profundamente adormecida.

Narrat Agenorides gelido sub Atlante iacentem  
Esse locum solidae tutum munimine molis,  
Cuius in introitu geminas habitasse sorores  
Phorcidas, unius partitas luminis usum:  
Id se sollerti furtim, dum traditur, astu  
Subposita cepisse manu; perque abdita longe  
Deviaque et silvis horrentia saxa fragosis  
Gorgoneas tetigisse domus.....  
.....  
Dumque gravis somnus colubrasque ipsamque tenebat,  
Eripuisse caput collo.

E sabe-se a razão por que Ovidio não apresenta Medusa como privada da vista.

É que uma das características desta, na literatura grega, era precisamente o olhar terrível. Γοργὼ βλοσυρῶπις, δεινὸν δερκομένη, se lhe chama na *Iliada*, XI, 36-37. E as numerosas representações artísticas que dela nos restam a figuram sempre com olhos <sup>1</sup>.

Neste ponto recorreu, portanto, Camões a outra fonte. E esta foi a obra de Boccaccio sobre a *genealogia dos deuses* <sup>2</sup>, onde se diz: «Medusa, Stennio & Euryale Phorci filiae, & ex monstro marino susceptae fuere... Hae quidem Gorgones appellatae fuere &, uetere testante fama, inter omnes tres unum tantum oculum habuere, quo utebantur uicissim».

<sup>1</sup> Veja-se o *Lexikon* de Roscher, no artigo *Gorgones und Gorgo*.

<sup>2</sup> Joannis Bocatii Ἡερὶ γενεαλογίας *Deorum libri quindecim cum annotationibus Jacobi Micylli*. Basileae, 1532, pag. 413.

11. A estância 95 do canto V é assim reproduzida:

Dá a terra Lusitana Scipiões,  
 Cesares, Alexandros, e dá Augustos;  
 Mas não lhe dá com tudo aquelles dões  
 Cuja falta os faz duros e robustos.  
 Octavio entre as maiores oppressões  
 Compunha versos doutos e venustos.  
 Não dirá Fulvia certo, que he mentira  
 Quando a deixava Antonio por Glaphyra.

Que querem dizer os dous ultimos versos, assim pontuados, e que relação teem com os dois immediatamente anteriores?

Não o explica o comentário, que ao mesmo tempo faz presumir a falta de conhecimento directo do epigrama de Marcial, citado a propósito dos versos 5-6 <sup>1</sup>.

Com effeito, a nota aos versos 7-8 começa por estas palavras: «Fulvia casou em terceiras nupcias com Marco Antonio, o triumviro. Pondo Cam. Marco Antonio ao lado de Augusto e referindo-se os seis versos de Augusto contidos no citado epigrama aos amores escandalosos de Antonio com Gláphyra, pode considerar-se certo que o poeta hauriu esta noticia naquelle epigrama».

Ora «os seis versos de Augusto» não se referem aos amores escandalosos de Antonio com Gláfira; referem-se à escandalosa pretensão de Livia, que, apesar de casada com António, queria tomar amores com Octaviano, despeitada por causa das relações que aquele tinha com Gláfira <sup>2</sup>.

A esta se alude apenas no primeiro verso: Lá porque Antonio tem relações com Gláfira, tambem Fúlvia as quer ter comigo, etc. Antes a guerra! conclue o futuro imperador.

É porisso que, segundo Camões, Fúlvia pôde dizer, por experiência própria, se Octávio fazia ou não versos doutos e venustos.

Os quatro ultimos versos da estância devem, portanto, ser assim pontuados:

Octavio entre as maiores oppressões  
 Compunha versos doutos e venustos:  
 Não dirá Fulvia, certo, que é mentira,  
 Quando a deixava Antonio por Glaphyra.

<sup>1</sup> «D'este imperador—que *poëticam summatim attigit* (Suet. Oct. 85)—Marcial, segundo nota F S., cita seis versos, e referindo-se a elles diz: *Absolvis lepidos...* libellos (XI, 20).»

<sup>2</sup> Tudo isto é expresso nos termos mais crus e aduzido por Marcial, para se justificar, com o exemplo de tão elevada personagem, da arguição de fazer versos obscenos.

Continua o comentário: «Não é porêem liquido, se a Glaphyra dos versos de Augusto é a mulher de Archelao — summo sacerdote da deusa de Comana —, dama de quem Antonio, quando esteve no Oriente, recebeu favores, aos quaes correspondeu dando ao filho de Glaphyra o reino da Cappadocia, ou se aquelle nome é um pseudonymo, em lugar, talvez, de Cytheris, actriz de mimos, tambem amante de Antonio».

Mas porque é que a Gláfira dos versos de Augusto ha de ser um pseudónimo, se houve realmente uma Gláfira com quem António manteve relações amorosas?

A dificuldade só pode provir de se supôr que Camões quis dizer que António deixou Fúlvia por Gláfira, por esta ser poetisa. Mas, como fica dito, não é nem pode ser êste o sentido de V, 95, 7-8.

De resto, não ha dúvida nenhuma que a Gláfira do epigrama de Marcial é a *hetera* de Archelao, sumo sacerdote da deusa de Comana. Eis o que a respeito dela se lê na *Real-Encyclopädie* de Pauly-Wissowa-Kroll: «*Glaphyra*. Hetäre des Archelaos von Komana; ... gebiert ihm den Sisimes. Später wird G. die Geliebte des Antonius, der den Sisimes als Archelaos zum König von Kappadokien erhebt. Diodor XLIX, 23. Appian. bell. civ. V, 7. Martial. XI, 20». (T. XIII, 1381. Cf., a respeito do epigrama, *ibid.*, 283-284).

12. Em quanto Vasco da Gama estava em terra, em Calecut,

O Catual, no cargo diligente,  
De seu rei tinha já por regimento  
Saber da gente estranha, donde vinha,  
Que costumes, que lei, que terra tinha.

(VII, 66, 5-8).

Informa-se por isso com o mouro Monçaide, que o aconselha a ir ver a frota dos recém-chegados (VII, 72). Partem ambos, acompanhados de naires, e

Á capitaina sobem, forte e bela,  
Onde Paulo os recebe a bordo dela.

(73, 8-7).

Ai se acham pintados nas bandeiras os feitos bélicos dos portugueses,

..... pintura fera,  
Que, tanto que ao Gentio se apresenta,  
Atento nela os olhos apacenta.

(74, 6-8).

E para satisfazer a sua bem natural curiosidade e colher as informações que precisava de dar a seu rei (VII, 66, 5-8), o gentio

Pelo que vê, pergunta; mas o Gama  
Lhe pedia primeiro que se assente  
E que aquele deleite que tanto ama  
A seita Epicurea, experimente.  
Dos espumantes vasos se derrama  
O licor que Noé mostrara á gente;  
Mas comer o Gentio não pretende,  
Que a seita que seguia lho defende.

(VII, 75).

Quem é o *gentio* de que aqui se fala?

Não ha, nem pode haver dúvida, que é o catual e não o mouro Monçaide.

Mas, se alguma hesitação fosse permitida até à estância 77, esta fá-la-ia logo desaparecer.

Com efeito, depois de ter dito na estância 76,

Tudo o Gentio nota; mas o intento  
Mostrava sempre ter nos singulares  
Feitos dos homens, que em retrato breve  
A muda poesia ali descreve,

continua o poeta, na estância seguinte:

Alça-se em pé, co elle o Gama junto,  
Coelho da outra parte e o Mauritano.

Aqui temos o *gentio*, que é o sujeito de *Alça-se*, contraposto ao *mauritano*.

Leia-se agora o comentário a VII, 75, 7-8: «Como é sabido, a religião mahometana prohihe beber vinho. comer] em sentido geral, por «beber», se é que não houve antes aqui descuido do Poeta. Sobre o «Gentio», v. o com. a VI, 1». E neste diz-se: «O rei de Melinde era mahometano; mas o termo «pagão» na lingoagem vulgar equivalia a «não christão».

Se na idade-média o termo *pagão* se applicava muitas vezes aos maometanos, não se pode dizer o mesmo a respeito da palavra *gentio*. Pelo menos não conheço caso nenhum.

Mas, ainda que Camões pudesse chamar *gentio* ao mouro Monçaide, não é nestas estâncias que êle o faz. Aqui o gentio é, sem sombra de dúvida, o catual, e não o mouro.

Que Paulo de Gama ofereceu ao gentio, ao catual, não só de beber, mas tambem de comer, é o que a estância 75 significa, quando diz que aquele pediu ao catual *se assentasse, para experimentar o*

deleite que tanto amam os epicuristas, deleite que não se restringe ao beber, mas abrange também, e principalmente, o comer <sup>1</sup>.

Os dois últimos versos da estância 75, applicados a um gentio de casta superior, também não oferecem dificuldade de espécie nenhuma. «(Os Nayres), diz Duarte Barbosa, nom comem nem bebem senam em casa de Nayres» <sup>2</sup>. Nem tão pouco lhes era permitido comer no mar: «E pera q̄ Pedralvarez mādasse a terra quem negociasse a carrega das naos, mādou (el Rey de Cochim) em arrefēs dous Naires principais, com cōdição q̄ se auião de reuezar cō outros dous que ficarião em quanto aqueles fossem comer, porque não podiam comer no mar». (Castanheda, l. I, cap. 40. Cf. *ibid.*, cap. 35).

13. Em VIII, 11, 1-2, lê-se:

Este é o primeiro Afonso, disse o Gama,  
Que todo Portugal aos Mouros toma.

Comentário a *todo Portugal*: «As conquistas de D. Afonso I estenderam-se effectivamente, embora não fossem definitivas, ao reino do Algarve».

D. Afonso Henriques, como é sabido, não conquistou terra nenhuma no reino do Algarve. Foi depois da morte dele que D. Sancho I tomou Silves e algumas terras próximas, que em breve tornaram ao domínio dos mouros.

Recapitulando as *cavalarías* do fundador da monarquia, diz Duarte Galvão, que foi a fonte do poeta para a história daquele reinado: «Lugares & fortellezas a mouros tomou muitas. Primeiramēte na estremadura, sanctaren, & lixboa & todallas outras villas & fortellezas della, des coimbra atee lixboa. Alenteio tomou cezimbra, palmella, alçaçer, Euora, elúas, moura, serpa, beia & outras fortellezas» <sup>3</sup>.

Segundo o mesmo cronista, D. Afonso Henriques só foi ao Algarve para ver se encontrava o corpo de S. Vicente, no cabo que

---

<sup>1</sup> Lá diz Horácio:

Me pinguem et nitidum bene curata cute vises,  
Cum ridere voles, Epicuri de grege porcum.  
(*Epistulae*, I, 4, 15-16).

<sup>2</sup> Veja-se adiante o n.º 16, pag. 288.

<sup>3</sup> Transcrevo do códice n.º 345 das *Crónicas de leitura nova* do Arquivo Nacional. Cf. a edição da *Bibliotheca de classicos portugueses*. Lisboa, 1906. Pag. 167.

dêste santo recebeu o nome; mas para isso teve de fazer uma trégua com os mouros <sup>4</sup>.

O *Portugal* de VIII, 11, 2, é, portanto, o Portugal que se contrapõe a Algarve, por exemplo, no título, definitivamente tomado por D. Afonso III, de *rei de Portugal e do Algarve*.

14. Em VIII, 35, diz Paulo da Gama ao atual:

Olha que dezesete Lusitanos  
Neste outeiro subidos se defendem,  
Fortes, de quatrocentos Castelhanos,  
Que em derredor pelos tomar se estendem;  
Porêm logo sentiram com seus danos  
Que não só se defendem, mas ofendem:  
Digno feito de ser no mundo eterno,  
Grande no tempo antigo e no moderno.

Principia o comentário pela transcrição de uma passagem de Fernão Lopes, que é dada como fonte desta estância. «Das cousas, que passavom os dAlmadãa [cercada pelas tropas do rei de Castella] por mingua dagua» (F. Lopes, *D. João I*, I, 136, no sumario). «... Depois que esta agua mingou, trabalharomsse daver agua do mar, e de tinas, que tiinham postas na rribeira pera apanharem agua doce, e deciam per a barroca per hũm caminho, que fezerom, a tomar daquella agoa; ... E os Castellaãos como o souberom, poserom guarda neella. E os da villa himdo ala acharom os Castellaãos que a guardavom; e elles nom eram mais que dez e sete, e dos emmiigos eram bem çemto, que jaziam escomdidos amtre os penedos; e pellejando sobella agua forom mortos tres Portugueses, e os quatorze mui mal feridos de seetas e de dardos» (id. ibd. 136).

É óbvio que êste lugar de Fernão Lopes não pode ser a fonte do poeta.

A não ser, com efeito, o número dos portugueses — dezassete —, de que aliás foram mortos três, ficando os outros muito mal feridos, tudo o mais diverge do que diz a estância.

É que o feito, que ela tão merecida e entusiasticamente comemora, nada tem de comum com o que é narrado no texto de Fernão Lopes, transcrito no comentário.

<sup>4</sup> «El Rey dom affonso... teue conselho cõ os seus e q̃ maneira poderiam auer (ho corpo de san uicente). E acordaram que fezessem tregoa com os mouros por tempo certo. Ellas feitas, el Rey dom affonso partiu de coimbra pera aquelle logar» etc. (Cap. XX).

A fonte é também este escritor, mas na 2.<sup>a</sup> parte da *Cronica de D. João I*, cap. 108.

Tem este por epígrafe: «Como El Rey cercou a Villalobos, e se Martim Vazquez da Cunha defendeo aos Castellãos» <sup>1</sup>.

Eis o que aí leu Camões: «... Em esto mandou El Rey á erua, & por guarda dos que a ella hiom, Martim Vazquez da Cunha, & seus Irmãos & outros fidalgos, com certas gentes, & partindo do arrayal as azemolas, & muytos dos que hiom por guarda dellas, ficarom detraz por aquécimento Martim Vazquez, & Gyl Vazquez, & Lopo Vazquez seus Irmãos, & Mamborni, & Lourenço Martinz do Auelar, & Johão Portella & doutros caualeiros & escudeiros, atá dezoito; hiam falando muito de seu vagar, fazendo aquelle dia muy gram neuoeiro, & a manhaã nom bem descuberta, e sem parando mentes, q̃ terra leuauom, per azo daquelle aspero (a) ar: errarom o caminho, & sendo ja hũa grande legoa do arrayal, forom dar consigo na Ribeira que vem de Mayorgas, hú jaziõ quatrocentas lanças de Castellãos <sup>2</sup>, & muitos homens de pé antre huns vlmos, que alli aviom (b), hú dormirom essa noite, de que erõ capitaens D. Fradique Duque de Benaunte Irmão bastardo Del Rei: & Aluoro Pirez de Osouro, & Ruy Ponce de Leõ, & outros: & quando os virom tam junto consigo, conhecendo que erom Portugueses, começaram de brãdar *Mata, mata: Castilla, Castilla*. E elles vendose em tal cajom postos, começaram de dizer a altas vozes *Sam Jorge, Sam Jorge; Portugal, Portugal*. E muito trigosos se desviarom logo a hum piqueno & baixo logar amontoado, que era hi perto <sup>3</sup>, que parecia em outro tempo ser feito à maõ em que os antigos segundo fama, faziom sacrificios a seus Deuses: ca naquella terra nom ha outras serras, nem montes, a que se acolher podessem (c): & descaualgarom á pressa todos, & pözerõ as bestas arredor de si atadas humas com as outras; & elles em meyo com as lanças nas mãos, & as costas huns contra outros, dizendo logo antre sy, como compria q̃ hum delles fosse logo tostemête dar nouas ao arrayal: q̃ lhe acorresse, & cada hũ se escusaua de tal ida, mostrando q̃ o fazia por melhor. Entom disse hum escudeiro q̃

---

<sup>1</sup> Trata-se da incursão feita em terras do reino de Castela por D. João I e pelo sôgro — o duque de Lencastre.

Transcrevo o texto da edição de 1644. No manuscrito n.º 2010 do Arquivo Nacional, as palavras que aqui vão seguidas das letras (a), (b) e (c), lêem-se respectivamente: *espesso, auia, poderem*.

<sup>2</sup> São os *quatrocentos Castelhanos* de Camões, que põe de parte os *muitos homens de pé*, pois não intervieram directamente na luta.

<sup>3</sup> Neste *outeiro subidos*, diz Camões.

chamauom Diogo Pipa do Auelar: que viuia cō Martim Vazquez, qual era mais honrosa cousa, & de contar por façanha: ajudalos a defender assi como estauom, ou passar por antre tantos imigos Castellãos, & ir dar nouas ao arrayal? E todos disserom, que mór cousa era auenturarse a passar por antre tantos imigos. *Pois* (disse elle) *eu quero ser esse*. Entõ caualgou per antre aquelles que o matar desejauom, & perõ lhe fossem muitas lanças remeçadas, nenhũa foi, que lhe empècesse: & quando vinhom a elle de hũa parte e doutra pera o auerem de leuar de encontro, estendeose ao longo da besta, & assi prazia a Deus, que lhe escapaua, de guisa que passou em saluo por todos elles; & foy dar nouas ao arrayal. Os Castellãos cercarom<sup>1</sup> entom os dezasete, que ficavom<sup>2</sup>, sobindo pela ladeira daquelle cabeço<sup>3</sup>, & remeçandolhe muitas lanças, assi das que traziom, como das que tomauom aos homens de pé, do grande rumo, que jazia perto delles: & nom lhe chegauom, porque remeçauam de fundo pera cima; outros nom se ouzauom tanto de chegar, porque os Portugueses daş lanças, que lhe enuiouom, tornauomnas a remeçar: & porque era sopé a fũdo, & os de cauallu muyto bastos, quantas arremeçauom nõ cahiom em vam; brãdando altas vozes Martim Vazquez quando os Castellãos vinhom a elles, & os arremeçauom: *Cunha, Cunha: quẽ na ouuer de leuar salgada a ha de leuar*. E assi se defendiã; matando seus imigos<sup>4</sup> com as lanças que lhe emprestauom, com que os de matar ouuessem: e os caualos feridos topauom huns nos outros, matando taes, que escaparam se lhe aquello nom fora: e morrerom bem corenta escudeiros Castellaõs e muytos cauallu. Dos portugueses nom foy nenhum ferido, nẽ morto saluo Mamborni, q̃ sahindo fora por tomar das lanças pera remeçar foi lhe remeçada hũa lança por Martim Gonçaluez de Ataide, que andaua em Castella, . . . & entresolhou a lança por hũas folhas, q̃ trazia, & ouue hũa ferida, de que a poucos dias morreo. Chegãõ as nouas ao arrayal & foi dito ao Condestabrẽ, & sahio á pressa com gentes, pera lhes acorrer, & indose ja o neuoeiro alçando por o dia, que era ja crecido, ouuerom os Castellãos vista do acorro, & começarom se de partir, & hiom dizendo: Doje mais nom cumpre que se leom as proezas de Tristão & de Lançarote: mas falemos no esforço de Martim Vazquez da Cunha, que com dezasete homẽs darmas se defendeo a quatrocentas lâças, que eramos, por tamanho espaço em tam fraco logar<sup>5</sup>. A

<sup>1</sup> Isto é: em derredor pelos tomar se estendem, como se lê na estância.

<sup>2</sup> Olha que dezasete Lusitanos — começa a oitava.

<sup>3</sup> É outra vez o outeiro a que os portugueses tinham subido.

<sup>4</sup> Não só se defendem, mas ofendem, reproduz o poeta.

<sup>5</sup> Digno feito de ser no mundo eterno, observa Camões.

qual cousa nenhum entendimento de homens esquíue crer, que foi assi, nem presuma, que contamos esto por louvar aos Portugueses, e desfazimento de seus contrairos, mas porque certamente assi aconteeo defeito».

Vê-se como a estância traduz bem a dramática narrativa do cronista.

Com relação ao outeiro do 2.º verso, diz o comentário: «neste outeiro] i. é, no do castello de Almada, na margem esquerda do Tejo, defronte de Lisboa».

Mas os *deçassete* de Almada fôram atacados na *ribeira*, aonde *deciam per a barroca*. E se foram mortos tres portugueses e os quatorze mui mal feridos, como é que êles, no dizer do poeta, *não só se defendem, mas ofendem?*

Comentário aos quatrocentos da estância: «Se Camões diz «quatrocentos», estando na *Cronica* «bem çemto», é que ou elle não leu bem o que estava no codice, ou effectivamente o codice de que se serviu, tinha «quatro centos».

O comentário, como se vê, dispensa quaisquer observações.

15. Em IX, 34, alude o poeta a casos de *amor nefando*, em pessoas de elevada jerarquia:

E tambem nos herois de altos estados  
Exemplos mil se vêem de amor nefando,  
Qual o das moças Bibli e Cinirea,  
Um mancebo de Assiria, um de Judea.

São quatro os exemplos de amor nefando: 1.º) Biblis, apaixonada pelo irmão; 2.º) Mirra, filha de Ciniras, pelo pai; 4.º) um filho de David, por uma irmã.

¿ Qual é o terceiro?

A simetria, aqui sob a forma de quiasmo, supõe o *amor nefando* de um filho pela própria mãe.

¿ Ora quem é o *mancebo de Assiria*?

Mesmo independentemente do conhecimento da fonte do poeta, podemos dizer que é o filho de Semíramis.

Basta, para disso nos convenceremos, lêr o final de VII, 53.

A *tão bela como incontínente rainha da Assiria*, figurada nos portais da cêrca do palácio em que vivia o Samorim,

Ali tem junto ao lado nunca frio  
Esculpido o feroz gínete ardente,  
Com quem teria o filho competencia.

E o poeta exclama:

Amor nefando, bruta incontínencia!

A paixão de Antioco, filho de Seleuco, rei da Siria, pela madrasta, que o pai lhe cedeu, não a qualificaria Camões, em vista das circunstâncias que se davam, de *amor nefando*, nem portanto a equipararia aos *exemplos* que aponta.

Como se infere do *Auto del-rei Seleuco*, o nosso poeta avaliava êste facto com critério semelhante ao de Petrarca, no *Trionfo d'amore*, cap. II, 94 e segg.

I' vidi un da man manca fuor di strada,  
 A guisa di chi brami e trovi cosa  
 Onde poi vergognoso e lieto vada,  
 Donar altrui la sua diletta sposa:  
 O sommo amor, o nova cortesia!  
 .....  
 Questa, mia prima, sua donna fu poi;  
 Che per scamparlo d'amorosa morte  
 Gli diedi; e'l don fu licito fra noi<sup>1</sup>.

Mas a fonte do poeta tira todas as dúvidas, se ainda as pudesse haver.

Foi no *De claris Mulieribus* de Boccaccio que Camões viu referido o nefando amor de Nínias (ou Nino, como êle lhe chama) e de sua mãe Semíramis. «Ceterum haec omnia (alude-se às proezas desta), ne dum in foemina sed in quocunque uiro strenuo mirabilia, atque laudabilia, & perpetua memoria celebranda, una obscoena mulier foedauit illecebra. Nam cum inter caetera, quasi assidua libidinis prurigine ureretur infelix, plurium se miscuisse concubitu creditum est, & inter moechos (bestiale quod potius quam humanum) filius Ninus numeratur, unus praestantissimæ formae juvenis: qui uti mutasset cum matre sexum, in thalamis marcebat ocio; ubi haec aduersus hostes sudabat in armis»<sup>2</sup>.

Em seguida Boccaccio menciona também a opinião de Justino<sup>3</sup>. «Alij tamen scribunt quod cum in desiderium incidisset filij, eumque iam aetate prouectum<sup>4</sup> in suos prouocasset amplexus, ab eodem cum annis iam duobus & triginta regnasset occisam».

<sup>1</sup> Notem-se estas palavras de Petrarca, que excluem o *amor nefando*.

<sup>2</sup> *Ioannis Boccatii de Certaldo insigne opus De Claris Mulieribus. Bernae Helvet. MDXXXIX. Fl. 2 v.*

<sup>3</sup> É esta divergência de opiniões que o poeta traduz pelo *teria* de VII, 53, 7.

<sup>4</sup> O autor da tradução castelhana, publicada em Sevilha em 1528 (*Libro de Juã bocacio que tracta delas illustres Mugerres*) leu *proecta*. E não é êste o único ponto em que deixa a desejar o texto da edição de Berne. Eis a tradução castelhana de todo êste período: «Empero otros scriuen: que como se ouiesse enamorado de su hijo & siendo ya de edad prouecta se ouiesse echado con el, despues de auer reynado treynta y dos años la mato» (fl. vij).

Agora o comentário a êste passo dos *Lusiadas*. «O «mancebo de Assyria» é Antiocho, rei da Syria — confundida com a Assyria bastas vezes nos escriptores antigos, por ex., em Cicero que, no *De finibus* II, § 106, diz: *ille rex Syriae*, falando de Sardanapallo —. Antiocho apaixonou-se por Estratonice, sua madrasta (Val. Max. V, 7; é este o assumpto da comedia de Camões intitulada «El-Rei Seleuco»). F S pensa que tambem poderá ser Ninyas, filho de Semiramis, rainha da Assyria, mas Justino (já cit. no com. a VII, 53) diz: *Ad postremum cum concubitu filii petisset ab eodem interfecta est*; conseguintemente o caso não podia servir ao poeta para exemplo de amores pecaminosos da parte de mancebos».

Não é também necessário observar que a passagem de Justino, citada como comentário a VII, 53, 7,

Com quem teria o filho competencia,

não explica êste verso, que só se comprehende pelo que diz Boccaccio no *De claris Mulieribus*.

16. No *Instituto* correspondente ao ano de 1906 escrevi o seguinte (pag. 55-57): «Narrando as épicas proezas do grão Pacheco, Achilles lusitano, diz o poeta:

Chamará o Samorim mais gente noua,  
Virão Reis de Bipur & de Tanor,  
Das serras de Narsinga, que alta proua  
Estaram prometendo a seu senhor:  
Fará que todo o Naire em fim se moua,  
Que entre Calecú jaz e Cananor<sup>1</sup>,  
Dambas as leis immigas, pera a guerra,  
Mouros por mar, Gentios pola terra  
(X, 14).

<sup>1</sup> «E como amanheceo que foy domingo de ramos, abalou el rey (de Calcut) por terra com corenta & sete mil homẽs de peleja antre Naires & mouros, & acompanhauão aquelles reys & caimaes que ho ajudauão cõ suas pessoas & gente. s. Betacorol, rey de Tanor, com quatro mil Naires, Cacatanãbari, rey de Bipur & de Cucurrão, junto da serra de Narsinga, com doze mil Naires, Cocagatocol, rey de Cotogão antre Cananor & Calicut, junto da serra, com dezoito mil Naires» etc. (Castanheda, l. I, c. LXVIII, p. CXXXI, 2.<sup>a</sup> ediç.). Cf. J. de Barros, dec. I, l. VII, c. VII: «Fama entre os nossos era que (o Çamorij) trazia per mar & per terra quorenta mil homeẽs seus & destes senhores que o ajudauã, ... que elle conuocou cõtra nós... Beturacol, Rey de Tanor, Cacatunam Barij, Rey de Bespur e de Cucuram junto da serra chamada Gate, Cõta Agatacõl, Rey de Cotugam entre Cananor & Calcut junto de Gate» etc. (1.<sup>a</sup> ediç. fl. 86).

Como deve interpretar-se o verso 7.<sup>o</sup> desta estancia? *Dambas as leis inimigas* de quem é complemento gramatical? Não o pode ser senão de *guerra*; e é porisso que vários editores teem eliminado a vírgula que na edição *princeps* está depois da palavra *inimigas*<sup>1</sup>. Quereria, neste caso, o poeta dizer que *todo o naire se move para a guerra dos mouros e gentios*, pois, como se vê pelo v. 8, são essas as duas leis inimigas. O sentido, porém, ficaria, pelo menos, ambiguo. São os mouros e os gentios que se guerreiam mutuamente, ou trata-se da luta de *ambas estas leis* coligadas, contra o inimigo comum, contra os portugueses? A ambiguidade desaparece, admitindo-se que no verso 7.<sup>o</sup>, por êrro de imprensa<sup>2</sup>, se lê *Dambas*, em vez de *E ambas*:

Fará que todo o Naire em fim se moua,  
Que entre Calecú jaz & Cananor,  
*E ambas* as leis inimigas, pera a guerra,  
Mouros por mar, Gentios pola terra<sup>3</sup>.

E a esta passagem, assim entendida, podem servir de comentário os seguintes lugares de J. de Barros: «E como com a nossa entrada na India estes Mouros tam poderosos perdiam o tracto das especearias & commercio q̄ lhe daua este gram poder: todos conjuraram em nossa destruição, & pera isso conuocauam as adjudas do gentio da terra, como fizeram per mão do grande Çamorij de Calcut». «El Rey de Cochij... andaua hum pouco desconfiado de poder resistir a tamanho exercito, por se dizer que (o Çamorij) trazia per mar e per terra repartidos cinquenta mil homeês: huûs que auiam de vir combater a nossa fortaleza com muyta artelharia que ouerã dos mouros de Mecha, & os outros auiam de vir per terra cometer o vao, & mais que tinha conuocado todos los principaes do Malabar contrelle»<sup>4</sup>.

E não deixa de ser interessante que, embora a correcção do v. 7, que eu saiba, não tenha sido proposta, comtudo alguns tradutores do poema — e dos mais autorizados — a presupõem.

Pugnabunt geminae qui legis scita sequuntur,  
Terrâ gentiles, vicino ast aequore Mauri.

(MACEDO-VIALE).

<sup>1</sup> Basta citar as edições de Hamburgo, da Biblioteca Portuguesa (Lisboa, 1852) e de Reinhardtstoettner (Strassburg, 1874).

<sup>2</sup> Encontra-se logo no 1.<sup>o</sup> verso um desses êrros: *Reis Bipur*.

<sup>3</sup> Eis como Faria e Sousa resume os 4 versos, como elles se encontram em todas as edições de que tenho conhecimento: «Al fin harà que se mueva todo Nayre que entre Calecut i Cananor yaze: de ambas las enemigas leyes, para la guerra; por el mar Moros, por la tierra Gentiles» (*Lusíadas*, etc, IV, 325).

<sup>4</sup> Dec. I, l. vi, c. 1; l. vii, c. v (fl. 63 v. e 83 da 1.<sup>a</sup> edic.).

Feindlich im Glauben, zieh'n zum Kampf sie beide,  
Der Mohr zu Wasser, und zu Lande der Heide.

(W. STORCK).

Lo! at his bidding every Nair-man hies,  
that dwells'twixt Calecut and Cananor,  
two hostile peoples linkt at War's demand,  
by sea the Moormen come, Géntooes by land.

(R. BURTON).

Sôbre o assunto diz o comentário: «De ambas as leis immigas] sc. a dos mouros e a dos gentios, como se explica no ultimo verso («immigas» convem a saber, do christianismo); liga-se, como complemento, a «todo o Naire» (tomado em sentido geral, por: guerreiro indiano). «pera a guerra» pertence para «se mova». O Dr. J. M. Rodrigues (no *Instituto* de 1906, p. 53-57), não entendendo a syntaxe d'este passo, em que ha um hyperbato semelhante a tantos dos poetas gregos e romanos, pensa que «Dambas» é erro typographico por «E ambas», e que as traducções de Macedo, Storck e Burton favorecem a sua opinião. A pretensa correcção é claramente de todo despropositada, e as traducções de que falla, de modo nenhum apadrinham o seu parecer».

Segundo o comentário, o rei de Calecut faz que se movam para a guerra contra os portuguezes *os naires de ambas as leis*, isto é, *tanto os naires gentios, como os naires mouros*, estando a palavra *naire* tomada no sentido genérico de *guerreiro indiano*, qualquer que seja a sua religião ou a sua procedência.

Escusado é dizer que nunca a palavra *naire* se tomou neste sentido, mas significou sempre uma casta indiana.

Eis como principia o respectivo artigo no clássico *Glossary of Anglo-Indian colloquial words and phrases* de Yule e Burnell<sup>1</sup>: «*Nair*, s. Malayāl. *nāyar*; from same Sansk. origin as *naik*. Name of the ruling caste in Malabar».

O primeiro texto que em seguida se cita é traduzido de Varthema (1510). «The first class of Pagans in Calicut are called Brahmins. The second are *Naeri*, who are the same as the gentlefolks amongst us; and these are obliged to bear sword and shield or bows and lances». E depois transcrevem-se passagens de Duarte Barbosa, João de Barros, Garcia da Orta, Castanheda e Bocarro.

---

<sup>1</sup> Hobson-Jobson: *being a Glossary of Anglo-Indian colloquial words and phrases and of kindred terms: etymological, historical, geographical, and discursive. By Col. Henry Yule... and the late Arthur Coke Burnell... London, 1886.*

No seu interessantissimo *Livro*<sup>1</sup>, Duarte Barbosa ocupa-se largamente das castas do Malabar, referindo-se muito especialmente aos naires.

São dêle estas palavras: «Nesta terra do Malabar todos se seruem de hũa lingoa que chamaom Maliama; hos Reys todos saom de hũa ley e costume, pouquo mais ou menos, mas ha da gente he muy diferente, porque aueis de saber que em todo ho Malabar ha dezoyto leys de Gentios naturaes, cada hũa apartada das outras, e tanto, que nom se toquaom hũs com hos outros, sob pena de morte ou perdimento de suas fazendas, asy que todos tem leys, costumes, e idolatrias sobre sy como irey declarando... Atras falei muytas uezes em Nayres, e porque atégora uos nom tenho dito que gentes estas saom, haueis de saber que nesta tera do Malabar ha outra ley de gente que chamaom Nayres, e antre eles saom fidalgos, nem tem outro officio senam seruirem na guera, e continuadamente per honde quer que andaom trazem suas armas;... nom pode ser Nayre senam de linhagem de Nayre, saom homeins muy limpos com sua fidalguia, nom se tocaom com nenhũu uilam, nom comem nem bebem senam em casa de Nayres, saom grandes seruidores delRey, ou dos Senhores com que uiuem... Estes Nayres uiuem sobre sy, fora de pouoaçam, apartados de outras gentes, cerquados de muy altos ualos, aly tem seus palmares, e tanques; nom se tocaom com nenhũa outra gente, nem comem senam com Nayres, nom bebem uinho, nom dormem com mulheres baixas, tudo isto sob pena de morte» (pag. 310, 325, 329).

De João de Barros basta citar estas palavras: «E como nesta cidade (de Calecut) auia grande concurso de gente de varias nações, & o gentio della muy supersticioso em se tocar com gente fora de seu sangue, principalmente os que se chamauã Brãmanes & Naires: destes dous generos de gente sendo a mais nobre da terra, viuia nella muy poucos, toda a outra pouoaçã era de Mouros & gentio mechanic» (*Década* I, 4, 7).

Não é preciso acumular mais citações e bastaria mesmo o que diz o poeta em VII, 37 e 38<sup>2</sup>, para se vêr que nunca o *todo o Naire*

<sup>1</sup> *Livro de Duarte Barbosa na Colecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas...*, publicada pela Academia Real das Sciencias. Tomo II, pag. 231 e segg. Lisboa, 1812.

<sup>2</sup> Dous modos ha de gente: porque a nobre  
Naires chamados são, e a menos dina  
Poleás tem por nome, a quem obriga  
A lei não misturar a casta antiga.

Pera os Naires é certo grande vicio  
Destes serem tocados, de tal sorte  
Que quando algum se toca por ventura  
Com ceremonias mil se alimpa e apura.

de X, 14, 5, poderia significar *todo o guerreiro indiano, quer mouro, quer gentio*. De ambas as leis imigas não pode ligar-se como complemento a *todo o Naire*.

Se é ou não necessária a correcção que propús, decida-o o leitor.

Se as traduções que citei apadrinham ou não esta correcção, pode dizê-lo quem conhecer as linguas em que elas estão feitas.

E como só a inglesa abrange toda a passagem, reproduzirei também os 4 versos da latina e da alemã.

Princeps hic pariter Naires in bella vocabit  
Quot Calecutum, Cananor quot suspicit omnes:  
Pugnabunt geminae qui legis scita sequuntur,  
Terrâ gentiles, vicino ast aequore Mauri.

Auch lässt der Nairesstam mit Schild' und Speere  
Von Calecut bis Cananor die Flur;  
Feindlich im Glauben, zieh'n zum Kampf sie beide,  
Der Mohr zu Wasser, und zu Land der Heide.

17. No comentário a X, 64, 5-8, cita-se uma passagem de Castanheda, supondo-se que há nela um erro, que é indicado pelo advérbio *sic*. «Quando os reis de Calecut se coroavam em «hum pagode que está em terras de Repelim», «era costume irêlhe os outros reis do Malabar fazer reverencia, como seus sojeitos que erão dali por diante» (Cast. VIII, 126). O que era neste tempo rei de Calecut, quis ter esta consagração para receber homenagem do rei de Cochim «e tambem pera que se tivesse tempo passar [*sic*] dali a Cochim e destruila (id., *ibd.*)».

O *sic* não tem razão de ser, pois *passar* corresponde, neste lugar, a *passasse*. No mesmo caso está o *destruilla* = *a destruisse*.

E não foi só aqui que Castanheda empregou a forma derivada do conjuntivo do imperfeito latino, em vez da qual hoje só usamos a que provêm do mais-que-perfeito.

Assim, por exemplo, no l. IV, cap. 13, escreveu êle: «Tinhão despejada (a cidade) de suas fazendas, *pera que* se ho governador a êtrasse as *terê* em saluo». No l. V, cap. 79: «Determinou el rey dom Manuel... de mandar fazer hũa fortaleza na ilha de sam Lourenço, ... *pera que* as naos de carga da especiaria indo pera a India *fazerê* ali agoada & *irê* por fora da ilha». E no l. VI, cap. 84: «E porq̃ ainda ho governador tinha nisto duuida por saber quão incôstâtes eles erão nã quis mādãr receber os paraós se nã por sua pessoa, *pera q̃* se fosse mêtira *começar* logo a guerra».

Esta forma verbal é ainda frequente nos melhores escritores dos

séculos xv e xvi. «(El-Rei Dom Fernando) emviou Gomçallo Vaasquez Dazevedo, seu gramde privado, *que* se fosse pera elles, e *seer*<sup>1</sup> de companhia em aquella obra»<sup>2</sup>. «O que disto mais sentia assi (ElRey D. Denis) era *que* o Iffante sabendo que estas falsidades assi se deziam nõ as *estranhar & castigar* com grandes penas e muyta aspereza»<sup>3</sup>. «Como estes Baduijs tinham conhecimento de hũ certo temporal que às vezes aly sobreuem déram auiso aos nõssos: aos quaes parecendo ser isto módo de os lançar daly, por se dizer que auiam de passar per aquella costa certas náos de Ormuz, leixáram se estar: *te que* a custa de seu dâno *verem* que os mouros lhe diziam verdade»<sup>4</sup>. «Vejo vos tam manencorio que nam sey se vos otorgue o que pedis: doutra parte temo *que* inda que concedesse nesse casamento do soldã, minha neta Polinarda nam *ser* contente»<sup>5</sup>.

Omitirei outros exemplos, para citar o primeiro texto datado que já se pode dizer escrito em português, e em que o representante do conjuntivo do imperfeito latino aparece quatro vezes, precedido da conjunção *que*, uma vez expressa e três subintendida.

Êsse texto é, como se sabe, uma *carta de divisão dos bens paternos* entre quatro irmãos, datada da era de 1230 (ano de 1192).

Aí se lê: «Hec est notitia de partiçon e de deuison que fazemos antre nos dos herdamentus e dus coutus... que forum de nossu padre e de nossa madre. en esta maneira *que* Rodrigo sanchiz *ficar* por sa particon na quinta do couto de viiturio... Váasco Sanchiz *ficar* por sa particon na onrra dulueira... Méén sanchiz *ficar* por sa particon na onrra de carapezus... Eluira sanchiz *ficar* por sa particon nos herdamentos de Centegaus»<sup>6</sup>.

<sup>1</sup> É o latim *sederet*. Êste verbo, como se sabe, deu algumas formas ao nosso verbo *ser*, entre elas o infinito do presente — *seer* — *ser*, e êste conjuntivo do imperfeito — *seer* —. No latim, a estrutura morfológica do infinito do presente e a do conjuntivo do imperfeito, no seu aspecto externo, só diferem em que êste tem desinências e aquêle não. Isto em todos os verbos.

<sup>2</sup> Fernão Lopes, *Chronica do Senhor Rei D. Fernando*, na *Collecção de livros ineditos de historia portuguesa...*, publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, MDCCCXVI. Tom. IV, pag. 390.

<sup>3</sup> *Cronica del Rey Dom Denis... composta per Ruy de pina*. Cap. xxi, fl. xcviij, no Arquivo Nacional. É o n.º 50 das *Crónicas de leitura nova*. Cf. a edição de 1729, cap. 20, pag. 70-71.

<sup>4</sup> J. de Barros, *Década I*, l. 7, c. 2 (fl. 79 v. da 1.ª edição, Lisboa, 1552).

<sup>5</sup> Francisco de Moraes, *Chronica de Palmeirim de Inglaterra*, cap. 93, t. 2.º, pag. 136, da edição de 1786.

<sup>6</sup> *Documentos de Vairão* por Pedro d'Azevedo, pag. xi. Porto, 1912. Cf. João Pedro Ribeiro, *Dissertações chronologicas e criticas*, t. I, pag. 384-385, 2.ª edição Lisboa, 1860.

É que, embora passe como doutrina assente, em filologia românica, que o conjuntivo do imperfeito latino desapareceu sem deixar vestígios, salvo em um dialecto do sardo — o logodurês<sup>1</sup> —, o que é certo é que até o século xvi se usou no português de um tempo derivado daquêlê, em orações conjuncionais, que excluem o verbo no modo infinito, como as que ficam citadas.

Mas, se hoje, nestas orações, já se não emprega o tempo derivado do imperfeito, mas sim o que provêm do mais-que-perfeito; se já ninguêem diz, como, por exemplo, J. de Barros, *té que verem*, mas *té (até) que vissem*; se já também caíram em desuso as frases do tipo *não faltou quem o dizer*<sup>2</sup>, para serem substituídas pelas do tipo *não faltou quem o dissesse*; — ainda pertencem à linguagem clássica e à popular estas e outras análogas: *não lhe faltou que dizer*; *não sabia que fazer*<sup>3</sup>, em que os verbos *dizer* e *fazer* não são infinitos, mas conjuntivos do imperfeito<sup>4</sup>, que podem ser substituídos pelos do mais-que-perfeito: *não lhe faltou que dissesse*, *não sabia que fizesse*.

<sup>1</sup> «L'imparfait du subjonctif latin n'a été conservé qu'en logodourien; presque partout ailleurs *cantarem* a disparu devant *cantavissem*, tout en lui laissant ses fonctions. Le plus-que-parfait du subjonctif latin s'emploie de bonne heure (déjà dans le *Bellum Africanum*) à la place de l'imparfait du même mode, et cet emploi particulier se retrouve dans les langues romanes occidentales, tandis que le roumain attribue à ce temps la fonction du plus-que-parfait de l'indicatif». Kr. Nyrop, *Grammaire historique de la langue française*, t. I, pag. 147. Copenhague, 1903. Cf. Meyer-Lübcke, *Grammatik der Romanischen Sprachen*, II, § 264, e Dr. Leite de Vasconcelos, *Estudos de philologia mirandesa*, I, 397, nota. Lisboa, 1900.

<sup>2</sup> «Mas a esto nom minguava quem rresponder muitas rrazões». Fernão Lopes, *Cronica de D. João I*, 1.ª parte, cap. 178. (Pag. 335 da edição do *Archivo Historico Português*).

<sup>3</sup> Alguns exemplos dos *Sermões* do padre António Vieira, t. I, edição de 1854. «Os... que não tem forças nem armas com que se *defender*, morrem como ovelhas» (pag. 6). «Não só ha que *notar*, diz o santo, e que *reprehender* nos peixes, senão tambem que *imitar e louvar*» (pag. 33). «Todos tem muito que *aprender*» (pag. 63). «Faltava-lhe com que *restituir*» (pag. 64; cf. p. 65, 66, 67).

<sup>4</sup> É também assim que, a meu vêr, se devem explicar as frases dos seguintes tipos, comuns às línguas românicas: *Que faire?* *Je ne sais que faire*; *Je n'ai que faire*.

Em todas elas o *faire* é conjuntivo do imperfeito, atrofiado e tornado porisso aparentemente igual ao infinito do presente.

Aquelas frases proveem das latinas: *Quid facerem?* *Nesciebam quid facerem*; *Non (nihil) habebam quod facerem*. Com a perda da desinência desapareceu também a noção de que nelas o *facerem* era um imperfeito, um pretérito, e ao mesmo tempo tornou-se o seu uso extensivo a todas as pessoas de ambos os números.

Nesta parte da península, o conjuntivo do imperfeito latino, que tantas vezes aparece nos documentos escritos em latim medieval, como se pode verificar, por exemplo, nos *Portugaliæ monumenta historica*, deu origem ao infinito pessoal. O

Eis uma passagem do *Palmeirim de Inglaterra* (cap. 31), em que as duas formas verbais aparecem quasi a seguir: «O saluaje d'espantado nã sabia que *dissesse*. E na verdade, se a rezam ou entendimento nã fora nelle tam grosseiro, bê achara que *dizer* e de que se *espantar*».

Em conclusão: o texto de Castanheda dispensa o *sic*, pois foi assim que êle o escreveu, servindo-se de uma forma verbal ainda em pleno uso no seu tempo.

(Continua)

DR. JOSÉ MARIA RODRIGUES.

---

*facere*, *faceres*, etc., latino ficou reduzido ao simples *fazer*, em *nós tínhamos que fazer*, etc., para se transformar nas formas pessoais infinitivas em *ao fazermos isto*, etc. E compreende-se bem como era fácil uma evolução neste sentido das frases latinas do tipo *curabam faceres*.

Dêstes assuntos me ocupo com mais desenvolvimento em uma comunicação que apresentei à Academia das Ciências de Lisboa.

## A astronomia dos Lusíadas

### V

#### A esfera

Sphaera Deus, cujus centrum est ubique, circumferentia nusquam.

Nas estâncias 77 a 80 do canto X canta o poeta as propriedades geométricas da esfera. Tétis mostra ao feliz Gama o rotundo globo, transunto reduzido do mundo em pequeno volume: no centro a Terra, em volta as dez esferas concêntricas móveis e, envolvendo estas, a undécima esfera, o Empíreo, imóvel. *Não se enxerga* a quinta essência que constitue a região celestial lúcida (vid. a transcrição que fizemos a pág. 142), vendo-se através dos diferentes céus claramente, no centro, a região dos quatro elementos, a Terra.

Aqui hum globo vem no ar, que o lume  
Clarissimo por elle penetraua,  
De modo que o seu centro esta euidente,  
Como a sua superficie, claramente.

Qual a materia seja nam se enxerga,  
Mas enxergasse bem que está composto  
De varios orbes, que a diuina verga  
Compos, & hum centro a todos so tem posto.

A superficie dêste rotundo glôbo, superficie tão *limada*, como se diz na estância 80, é uma superficie esférica. Leia-se a definição de esfera, com que abre o capítulo 1 do *Tratado da Sphaera* de Pedro Nunes:

«Sphaera segundo Euclides he hũ corpo que se causa pello mouimento da circunferência do meo circulo leuado per derredor ate tornar

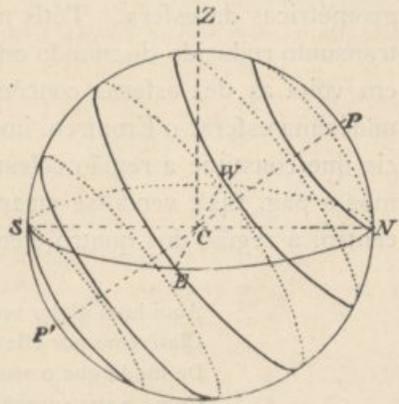
ao seu lugar: estando ho diametro quedo. Segũdo theodosio sphaera he hũ corpo maciso recolhido debaixo de hũa soo face: & tẽ no meo hum pôto: do qual todallas linhas leuadas ate a circumferencia sam iguaes. Este ponto se chama cẽtro da sphaera: A linha direita  $\bar{q}$



passa pello cẽtro da sphaera & toca cõ os seus cabos a circumferẽcia: chamase Eyxo da sphaera. Os dous pôtos  $\bar{q}$  sã cabos do eixo sã polos do mũdo».

Na definição de Euclides, a que se chamava a definição *causal*, a esfera é uma su-

perfície de revolução gerada pelo movimento de uma circunferência em tórno do diâmetro; cada ponto da curva geratriz descreve um círculo cujo plano é perpendicular ao eixo de revolução. Tomando a linha dos polos para eixo, como se indica no final da transcripção que acabamos de fazer, podem considerar-se os pontos da esfera distribuídos em círculos perpendiculares ao eixo do mundo, paralelos portanto; e, seguindo em cada paralelo o movimento gerador, vê-se que os pontos vão estando a alturas diferentes sôbre o horizonte, erguendo-se até ao meridiano para baixar em seguida. Na definição de Teodósio, matemático do primeiro século antes de Cristo, considera-se a propriedade da equidistância dos pontos da superfície esférica ao centro; não se erguem nem se abaixam portanto estes pontos em relação ao centro da esfera. São estas duas definições que CAMÕES tão engenhosamente resume no trocadilho dos dois primeiros versos da 2.<sup>a</sup> parte da estância 78:



Voluendo, ora se abaxe, agora se erga,  
Nũa sergue, ou se abaxa, & hũ mesmo rosto  
Por toda a parte tem, & em toda a parte  
Começa & acaba, em fim por diuina arte.

No primeiro verso está resumida a definição de Euclides. A palavra *volvendo* indica que a esfera é uma superfície de revolução; não se refere a movimento da esfera, porque a superfície externa do glôbo

pertence ao undécimo céu, ao Empírio imóvel. A esfera, *volvendo*, isto é, curvando-se em tórno do eixo do mundo em círculos paralelos, ora se ergue, ora se abaixa em relação a um plano horizontal.

No segundo verso está resumida a definição de Teodósio. A esfera não se ergue nem se abaixa relativamente ao seu centro. E Tétis pode bem mostrar no globo a propriedade da equidistância, porque, sendo êle transparente, o seu centro, onde se vê a Terra, está evidente, como a sua superfície, claramente.

Não só na obra de Sacrobosco, mas também nos outros Tratados de astronomia do tempo, era usual darem-se as duas definições conjuntamente, como na *Margarita Philosophica*, Tract. I, Lib. VII, Cap. III, De Definitione Sphaerae. O poeta resumiu-as em dois versos com o seu engenhoso trocadilho.

Da definição de Teodósio resulta que, se cortarmos a esfera por um plano que passe pelo centro, obtemos um círculo de raio igual ao da esfera. A secção feita por um plano passando pelo raio tirado para qualquer ponto da esfera é um círculo máximo. A esfera é por isso uma superfície de curvatura constante; tem em todos os pontos e em todas as direcções a curvatura do seu círculo máximo. É esta constância de curvatura que o poeta exprime, quando diz que o globo «um mesmo rosto por toda a parte tem» e quando lhe chama *uniforme*, em seguida, na estância 79:

Vniforme, perfeito, em si sostido,  
Qual em fim o Archetipo, que o criou.

Partindo dum ponto qualquer e seguindo um círculo da esfera, volta-se ao mesmo ponto. Na esfera, como no círculo, não há principio nem fim determinado; e em qualquer ponto o principio se une com o fim. «E em toda a parte começa e acaba em fim, por divina arte», diz o poeta. *Por divina arte* quer dizer à maneira de Deus, como Deus. A palavra *arte* é empregada na mesma accepção do final da estância III, 22:

Esta, o velho que os filhos proprios come,  
Por decreto, do Ceo ligeiro, & leue,  
Veo a fazer no mundo tanta parte,  
Criando a Reino illustre, & foi *desta arte*.

Em igual sentido é empregada em III, 30:

Mas o Principe Affonso, que *desta arte*  
Se chamaua, do Auò tomando o nome.

«Por divina arte» é equivalente a «segundo o tipo divino», à semelhança de Deus.

No Observatório Astronómico da Universidade existe uma tradução italiana da *Esfera* de Sacrobosco, com anotações e aditamentos, segundo o costume. Intitula-se *Annotationi sopra la lettione della Spera del Sacrobosco*, authore M. Mauro Fiorentino. Impressa em Florença, em 1550.

Além de uma tradução fiel (ad verbum) da *Esfera* de Sacrobosco, compreende: *Vna Spera Theologica Diuina, & Christiana e Vna Spera Platonica, con Alcune eccitationi mathematiche, Theologiche & diuine*. Da parte subordinada ao título — SPERA THEOLOGICA ET DIVINA — transcrevemos o seguinte trecho (pág. 161), cujo assunto é indicado na margem como constituindo um *Primo presupposito*, e que se relaciona estreitamente com o que vimos tratando:

«Presupponendo la spera materiale, colli suoi dieci circuli (come *figura perfetta*, alla quale non si puo aggiugnere, o minuire cosa alcuna, & doue il principio è vnito col fine) significare quella diuina & ideale spera intelligibile, qual' è la nuda, pura, & inuisibile essentia di Dio glorioso & benedetto. Il quale essenzialmente solo é *perfetto*, & nõ se li puo aggiugnere cosa alcuna: & è quel cõ il quale il principio è col fine congiũto, anzi è vn' istessa cosa, principio & fine di tutte le cose, non di se stesso, ne da se stesso principiato, per esser' eterno & incomprendibile. Et cosi il circulo & spera, significare quella intelligibile, & Platonica, intellettuale spera, della quale il centro è per tutto, & la circumferencia in nessun' luogo».

Começaremos por notar que a esfera material com os seus dez circulos é a esfera armilar artificial, cujo estudo é o objecto do segundo capitulo da obra de Sacrobosco, para, por ela, se entender a esfera celestial. Assim o capitulo II do *Tratado da Sphera* intitula-se: — Dos circulos dos quaes a esphera material he composta per que entendemos a celestial —. Começa-se por estudar a equinocial, segue-se o zodiaco, os dois coluros e o meridiano & horizonte, ao todo seis circulos máximos; depois estudam-se os quatro circulos menores que são os dois trópicos e os dois circulos polares.

Presupõe-se primeiro, na *Spera theologica & diuina*, que a esfera material com os seus dez circulos (como *figura perfeita*, à qual não se pode juntar nem deminuir cousa alguma, e onde o *principio está unido com o fim*<sup>1</sup>) significa aquela divina e ideal esfera inteligivel que

<sup>1</sup> «Ce qu'ils appelleront l'espace, ce sera cette sphère d'où ils ne peuvent sortir et sur laquelle se passent tous les phénomènes dont ils peuvent avoir connaissance. Leur espace sera donc *sans limites* puisqu'on peut sur une sphère aller toujours

é a nua, pura e invisível essência de Deus glorioso e bemdito. Só êle é essencialmente *perfeito*, não se lhe podendo juntar cousa alguma; é nele que o principio está junto com o fim, é uma mesma cousa, principio e fim de todas as cousas, não de si mesmo nem por si mesmo principiado, por ser eterno e incompreensível. E assim o círculo e a esfera significam aquella inteligível e platónica, intelectual esfera, cujo centro está em toda a parte e a circunferência em parte alguma.

Encontram-se aqui duas ideias que CAMÕES também exprime. Na esfera o principio une-se com o fim, como em Deus: «em toda a parte começa e acaba em fim por diuina arte». A esfera é uma figura perfeita, à qual se não pode juntar nem tirar cousa alguma, como é perfeito Deus; também do rotundo globo diz Tétis que é *perfeito*, qual o «archetipo que o criou», isto é, como Deus.

Da obra de Mauro Florentino reproduzimos as duas estampas juntas. A primeira é a Esfera Platónica, cuja explicação se pode ler na parte inferior da página. A segunda é a Esfera teológica e cristã, composta de dez círculos, seis máximos e quatro menores, como a esfera material, os quais Mauro explica minuciosamente; estes círculos significam as perfeições divinas. Assim a representação de Deus na esfera passa da filosofia platónica para a teologia cristã neste curioso livro, metade astronómico, metade teológico, que CAMÕES podia ter lido.

O termo *archetypo* encontra-se em Sacrobosco. No *Tratado da Sphera* lê-se, na parte do capítulo 1 intitulado — Da redondeza do ceo:

«Que ho ceo seja redôdo ha tres rezões. Semelhãça . proueito . & necessidade. Pella semelhança se proua ho ceo ser redondo porque este mundo sensiuel: he feito a semelhança do mundo archetypo: em ho qual nam ha principio nem fim. E por isso ho mundo sensiuel tem figura redonda: em a qual não ha principio nem fim».

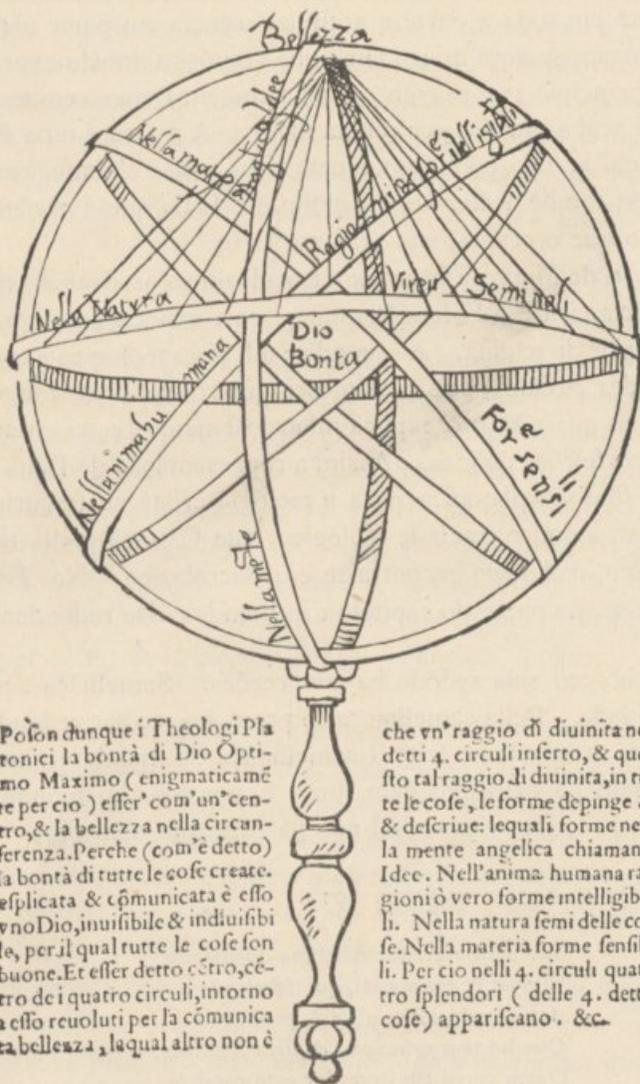
Compare-se com a estância 80:

Ves aqui a grande machina do mundo,  
 Eterea, & elemental, que fabricada  
 Assi foy do saber alto, & profundo,  
 Que he *sem principio, & meta limitada*,  
 Quem cerca em derredor este *rotundo*  
*Globo*, & sua superficie tam limada,  
 He Deos, mas o que he Deos ninguê o entende,  
 Que a tanto o engenho humano não se estêde.

---

devant soi sans jamais être arrêté, et cependant il sera *fini*; on n'en trouvera jamais le bout, mais on pourra en faire le tour». H. Poincaré, *La science et l'hypothèse*, Paris, Chap. III, Les géométries non euclidiennes, La Géométrie de Riemann.

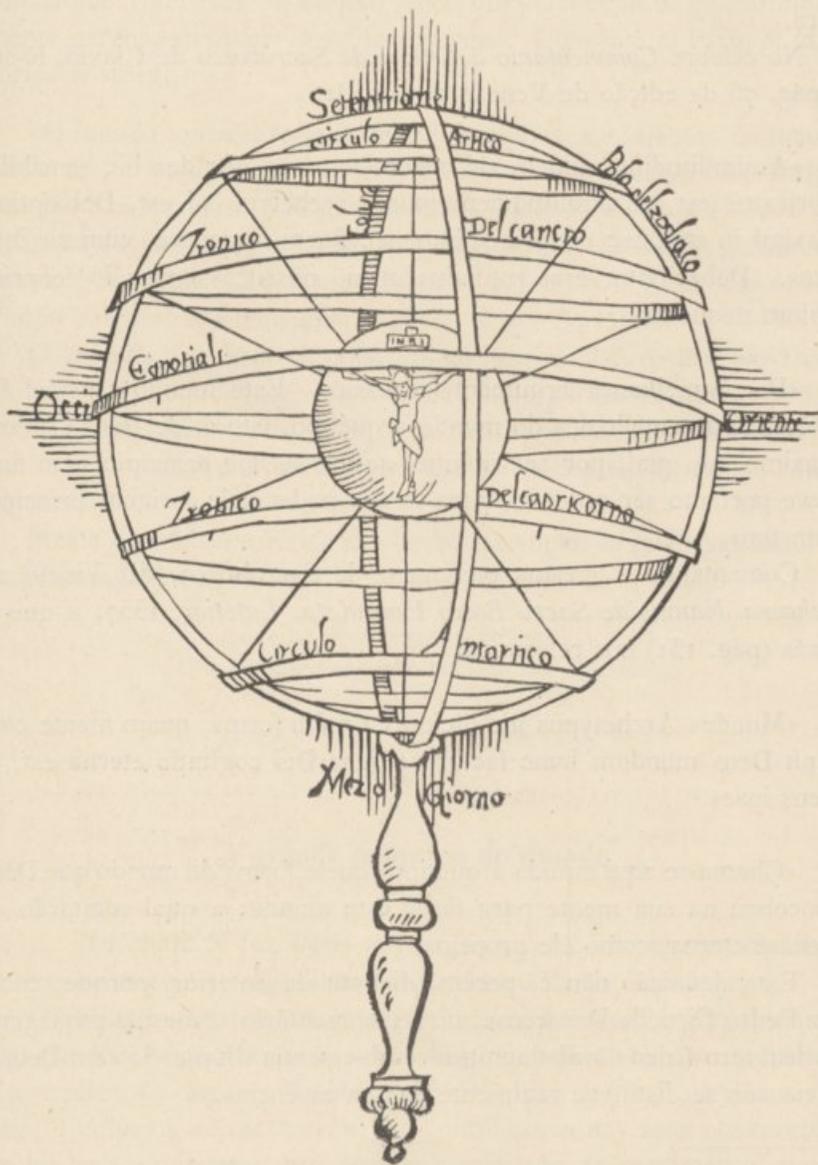
## Spera Platonica.



Poſon dunque i Theologi Platonici la bontà di Dio Optimo Maximo ( enigmaticamente per cio ) eſſer' com'un' centro, & la bellezza nella circonferenza. Perche ( com'è detto ) la bontà di tutte le coſe create. eſplicata & cōmunicata è eſſo vno Dio, inuiſibile & indiuiſibile, per il qual tutte le coſe ſon buone. Et eſſer detto cōtro, cōtro de i quattro circuli, intorno a eſſo reuoluti per la cōmunicata bellezza, la qual altro non è

che vn' raggio di diuinità ne' detti 4. circuli inſerto, & queſto tal raggio di diuinità, in tutte le coſe, le forme depinge & & deſcriue: lequali forme nella mente angelica chiamano Idee. Nell'anima humana ragioni ò vero forme intelligibili. Nella natura ſemi delle coſe. Nella materia forme ſenſibili. Per cio nelli 4. circuli quattro ſplendori ( delle 4. dette coſe ) apparifcano. &c.

Spera Theologica Christiana, & diuina.



O mundo tem a forma de um rotundo globo, onde não há princípio nem fim determinado, à semelhança de Deus, que é sem princípio nem meta limitada.

O *mundo archetypo* é Deus, que concebe e executa o mundo sensível à sua imagem e semelhança; o artifice é modelo da própria obra.

No célebre *Commentario á Esfera de Sacrobosco* de Clavio, lê-se, a pág. 76 da edição de Veneza de 1591<sup>1</sup>:

«A similitudine quidem sic argumentatur. Mundus hic sensibilis fabricatus est ad similitudinem mundi archetypi, id est, Dei optimi Maximi in quo nec est principium nec finem assignare, cum sit infinitus. Debet igitur esse rotundus, ut nō possit assignari in eo principium neque finis».

«Por semelhança argumenta-se assim. Êste mundo sensível foi fabricado à semelhança do mundo arquétipo, isto é, de Deus Optimo Maximo, no qual, por ser infinito, se não assina princípio nem fim. Deve portanto ser redondo, para se não poder nele assignar princípio nem fim».

Comentando a mesma passagem de Sacrobosco, diz Vineto na *Sphaera Joannis de Sacro Bosco Emendata, Lutetiae, 1557*, a que já atrás (pág. 131) nos referimos:

«Mundus Archetypus hic dicitur ea mūdi forma, quam mente concepit Deus mundum hunc facturus: quae Dei cogitatio eterna est, vt Deus ipse».

«Chama-se aqui mundo arquétipo áquela forma do mundo que Deus concebeu na sua mente para fazer êste mundo: a qual cogitação de Deus é eterna, como êle próprio».

Esta definição não é, porém, distinta da anterior, porque, como diz Pedro Ciruello Darocense, no seu comentário, à mesma passagem: «ydea vero ī deo nō distinguitur re ab essentia diuina»<sup>2</sup>; «em Deus a ideia não se distingue realmente da sua essência».

<sup>1</sup> *Christophori Clauii Bambergensis, S. J., In Sphaeram Joannis de Sacro Bosco Commentarius, nunc tertio ab ipso Auctore recognitus, Venetiis, 1591*. Há um exemplar desta edição no Observatório Astronómico.

<sup>2</sup> *Johannis de sacro busto sphere textum vna cum additionibus non aspernandis Petri Ciruelli D., Parisiis, Jehan Petit, 1515*. Existe um exemplar na Biblioteca da Universidade.

Na *Margarita Philosophica*, Tract. I, Lib. VII, Cap. III, lê-se:

«Factus est enim mundus sensibilis ad similitudinē & exemplar mundi intellectualis archetypi & ideae mentis diuinae, in quo nec est principium nec finis, sicut & in figura sphaerica. Vnde Boetius. Tu cuncta superno Ducis ab exēplo, pulchrum pulcherrimus ipse Mundum mente gerens, simillque imagine formans. Consentiant Plato & Mercurius trismegistus».

«O mundo sensível foi pois feito à semelhança e imagem do mundo intelectual arquétipo e ideia da mente divina, em que não há princípio nem fim, assim como na figura esférica. Donde Boécio: Tu tudo derivas do supremo exemplo, tu que és bellissimo geras na mente um mundo belo e em semelhante imagem o formas. Nisto concordam Platão e Hermes Trismegisto».

O mundo arquétipo é pois, em última análise, o próprio Deus. Que as propriedades da esfera reflectem os atributos divinos di-lo o poeta na expressão «por divina arte», com que termina a estância 78, e no verso—qual em fim o archetipo que o criou—da estância imediata.

Mas a geometria esférica não desvenda afinal, de modo satisfatório, o divino mistério, pois que

... o que he Deus ninguẽ o entende,  
Que a tanto o engenho humano não se estêde.

## VI

### A grande máquina do mundo

1. No canto X faz Tétis aos argonautas portuguezes uma lição de mecânica celeste segundo a teoria da escola de Alexandria.

O princípio matemático que anima a astronomia grega, dando lugar a observações e cálculos de admirável persistência e subtileza, é a explicação dos movimentos periódicos dos astros, que já aos caldeus e egípcios se mostravam tão complicados nas suas observações da lua e dos planetas, por uma sobreposição de movimentos periódicos da forma mais simples, isto é, de movimentos circulares e uniformes. Os mais complicados movimentos celestes foram, dentro dos limites de precisão que permitiam atingir os instrumentos de observação à vista desarmada, representados com grande felicidade e sucesso pela aplicação daquele pensamento matemático. Os pla-

netas movem-se em círculos (*epiciclos*) cujos centros se deslocam sobre outros círculos (*deferentes*) excêntricos em relação à Terra, colocada no centro do mundo, resultando da combinação daqueles movimentos as suas *estações* e *retrogradações*. O complexo sistema epicíclico de Cláudio Ptolomeu, de Alexandria, último grande cultor da astronomia grega, é uma admirável concepção geométrica do universo que permite a construção de tábuas dos movimentos do sol, da lua e dos planetas. As posições observadas confirmam depois as posições calculadas, provando o superior engenho dos grandes espíritos matemáticos que foram gradualmente desenvolvendo o sistema.

A teoria astronómica da escola alexandrina é sucessivamente afinada durante 400 anos de observações e cálculos dos astrónomos árabes. Cultivado depois pelos astrónomos europeus, o sistema ptolomaico tem por fim, com o renovamento dos estudos de literatura grega da Renascença, uma nova Alexandria na cidade de Nürnberg, com os trabalhos de Regiomontano e seus sucessores.

Está então reunido o material científico que permite ao génio de Copérnico a simplificação do sistema. Havendo no conjunto dos movimentos dos planetas ciclos percorridos por todos êles, no mesmo tempo em que o sol faz a volta do zodíaco, em planos paralelos à eclíptica; e havendo uma estreita dependência entre as posições nesses ciclos e as posições do sol no seu curso anual, concluiu Copérnico que esses movimentos eram devidos a uma acção comum que não podia ser senão a translação da Terra em tórno do centro comum dos movimentos planetários: o sol. Afirmando a rotação da Terra e o seu movimento em tórno do sol, Copérnico não se limita a repetir as ideias de Aristarco de Samos, que, no terceiro século antes de Cristo, ensinava já a rotação e translação da Terra à volta do sol. Copérnico funda as suas afirmações nas observações e cálculos de tantas gerações passadas, resumidas na teoria de Ptolomeu, afinada e completada pelos astrónomos árabes e europeus. Meditando o sistema, Copérnico simplificou-o; tornando-o heliocêntrico, suprimiu muitos círculos; a rotação da Terra aliviou as estrêlas da acção do primeiro e do segundo móbil. Baseado no princípio do movimento circular e uniforme, o seu sistema é ainda uma combinação de excêntricos com alguns epiciclos.

O livro *De revolutionibus* de Copérnico foi publicado em 1542, mas durante meio século o sistema conta apenas um pequeno número de aderentes<sup>1</sup>. Quando por 1570 o astrónomo dinamarquês Ticho-

<sup>1</sup> No *Reportório dos tempos* de André de Avelar, Lisboa, 1590, fl. 26, v., lê-se: «proua-se também com muitas demonstrações sua (da Terra) immobilidade, ainda

Brahe visita a Alemanha, encontra aí a aspiração, também dominante em França e Itália, por uma *Astronomia sine hypothesi*; a doutrina de Copérnico não parecia suficientemente justificada pelo material de observação em que se fundava; ansiava-se por uma larga série de observações planetárias de maior precisão, que decidisse a contenda dos astrónomos.

Ticho-Brahe, nada inclinado à ideia do movimento da Terra, tomou sobre si essa tarefa. Observador admirável, conseguindo reduzir a 1 minuto os erros das medições instrumentais sem luneta, acumula durante vinte e um anos, no seu observatório de Uranienburg, na pequena ilha de Hveen, um vasto registo de observações do planeta Marte, que, pela sua grande excentricidade, estava destinado a decidir a contenda. Quando em 1601, exilado, morria em Praga exclamando no delírio da febre: — *ne frustra vixisse videar*, creio que não tenho vivido de balde —, deixava Kepler, que lhe assistia aos últimos momentos, na posse das suas preciosas observações, donde o sistema de Copérnico havia de sair confirmado e purificado.

Sabendo ser de 687 dias a duração da revolução sideral de Marte em torno do sol, Kepler, adepto da doutrina copernicana, teve a ideia de associar as observações de Ticho duas a duas, reunindo aquelas que separava um intervalo de 687 dias e que correspondiam portanto à mesma posição do planeta na sua órbita. Tomando para órbita da Terra uma circunferência, suposição bastante aproximada em virtude da sua pequena excentricidade, as cordas de ligação daqueles pares de pontos eram bases de triângulos tendo por vértices opostos as diversas posições de Marte, que assim pôde marcar por pontos, independentemente de qualquer outra hipótese. Restava fazer passar por esses pontos, marcados numa folha de papel como uma piqueta-gem no terreno, uma curva com os desvios permitidos pelos erros de observação. A adopção dum excêntrico dava desvios de 8 minutos na perspectiva de Marte e os erros de Ticho não excediam 1 minuto; a órbita circular estava pois condenada. Depois de muitas tentativas, Kepler, conhecedor da teoria das secções cônicas de Apolónio (230

---

que aja auido muitos varões muy doctos, que disseram mouer-se a terra, como foi Pythagoras, & em nossos tempos Copernico, q̄ disse estar o sol no meyo do mundo quieto & fixo, & a terra ser a que se mouia, & ainda que este doctissimo astronomo suppos isto para suas demonstrações, não he de crer que entendesse ser assi verdade, senão que deu à terra aquelles mouimentos, para melhor conseguir seu intento, como tambem o fez Ptolomeo, pondo hũa vez Eccentricos, & outra concentricos com Epíciclos, & de qualquer maneira concluiu & aprouou o que queria, que era saber as apparencias dos Planetas». O mesmo se repete nas edições de 1594 e 1602.

a. C.), acaba por verificar que uma elipse satisfaz às observações tichonianas.

Em 1609 publica Kepler as suas duas primeiras leis, a lei do movimento elíptico e a lei das áreas, no seu famoso livro *De stella Martis*. O sistema de Copérnico é depurado definitivamente dos excêntricos e epiciclos. Uma concepção geométrica mais bela do universo se contém nas leis de Kepler. Os planetas descrevem elipses com um dos focos no sol; e os raios vectores dirigidos do sol para os planetas, variando de comprimento nos diferentes pontos da elipse, vão varrendo áreas iguais em tempos iguais. A terceira lei, a chamada lei harmónica, que liga os tempos de revolução dos planetas com os eixos maiores das órbitas, só foi publicada em 1618. Como aplicação das novas leis, calculou Kepler as *Taboas Rudolfinas*, com aplicação à navegação; a teoria das cónicas de Apolónio, dum valor puramente especulativo durante tantos séculos, passa assim a auxiliar os pilotos nas derrotas marítimas.

Das três leis de Kepler pôde Newton deduzir a lei da atracção na razão directa das massas e inversa do quadrado das distâncias, que elle publicou na sua grande obra *Philosophiae Naturalis principia mathematica, Londini, 1687*, depois de a ter meditado durante vinte anos. Com uma concisão notável diz o professor Bouasse da Universidade de Tuloza:

«L'ambition du physicien est de reconstruire le monde par voie syllogistique à partir d'un principe assez général»<sup>1</sup>.

Este princípio é hoje, na astronomia, a lei de Newton. Partindo da lei da atracção newtoniana, pôde Laplace reconstruir o mundo solar por meio do silogismo que ele intitulou—*Tratado de mecânica celeste*.

Da sucinta exposição que acabamos de fazer resulta que a lei de Newton, pedra angular da astronomia moderna, é uma conquista da humanidade na procura de leis cada vez mais simples e mais gerais, em concordância com o rigor crescente das observações; ela não podia ter sido formulada por um só homem. E a teoria astronómica da escola alexandrina foi uma das gloriosas *étapes* no progredir incessante da sciência, a qual, segundo Mach<sup>2</sup>, se pode considerar um problema de *mínimo*: expôr os factos o mais perfeitamente possível com o *mínimo dispendio intellectual*. Aquela teoria merece a nossa admiração, e não o desdem daqueles que, familiarizados hoje com a concepção

<sup>1</sup> *De la méthode dans les sciences*, Paris, F. Alcan.

<sup>2</sup> E. Mach, *Die Mechanik in ihrer Entwicklung*.

heliocêntrica de Copérnico, se julgam capazes de ter podido dar alguns conselhos a Ptolomeu.

Do sistema ptolomaico não há em língua nenhuma tão grandioso e belo resumo como a descrição que nos deixou a lira de CAMÕES.

2. Depois dos estudos feitos nos capítulos anteriores podemos seguir agora mais rapidamente a descrição da máquina do mundo que começa na estância 75 do canto X. Restringir-nos hemos, o mais possível, à parte puramente astronómica.

Depois que a corporal necessidade  
Se satsfez do mantimento nobre,  
E na harmonia & doce suauidade,  
Virão os altos feitos, que descobre  
Thetis de graça ornada; & grauidade,  
Pera que com mais alta gloria dobre,  
As festas deste alegre & claro dia  
Pera o felice Gama assi dizia.

Faz te merce barão a Sapiencia  
Suprema, de cos olhos corporais  
Veres, o que nam pode a vã ciencia  
Dos errados & miseros mortais:  
Sigueme firme & forte com prudencia  
Por este monte espesso, tu cos mais:  
Assi lhe diz, & o guia por hum mato  
Arduo, difficil, duro a humano trato.

Nam andão muito que no erguido cume  
Se acharão, onde hum campo se esmaltaua,  
De Esmeraldas, Rubis, tais que presume  
A vista, que diuino chão pisaua:  
Aqui hum globo vem no ar, que o lume  
Clarissimo por elle penetraua,  
De modo que o seu centro esta euidente,  
Como a sua superficie, claramente.

Neste monte espesso, de mato árduo, difficil a humano trato, por onde é preciso seguir firme e forte com prudência, está bem simbolizado todo esse longo trabalho de pacientes observações e laboriosos cálculos, todo esse dispêndio de engenho de tantos homens de superior capacidade em procura das leis que regem os movimentos dos astros. É a teoria a que se chegou, dum subidô valor, não só pelo trabalho que custou como pelas beneficios que dela se colhem, é o erguido cume, esmaltado de rubis e esmeraldas, chão divino, donde é permitido, através do modêlo criado, abranger a complicada variedade dos fenômenos astronómicos, prevê-los em cálculos prévios nas preciosas tábuas, bem conhecidas dos navegadores portugueses.

A concepção astronómica da escola de Alexandria era para Ptolomeu um modelo puramente matemático; as suas esferas são apenas fórmulas matemáticas, auxiliares geométricos para o cálculo das posições dos astros. Para os astrónomos árabes, porém, como Albatenio, as esferas são sólidas, à maneira de Aristóteles; são peças, com existência física, do vasto maquinismo pelo qual os corpos celestes são postos em movimento. Purbáchio, nas suas *Teóricas*, adoptou as esferas sólidas dos árabes, feitas de quinta essência, com as dimensões suficientes para, dentro delas, terem livre jôgo os deferentes e epiciclos de cada planeta. O modelo criado para a concepção do universo deixa pois de ser puramente geométrico; é um modelo físico-mecânico. É a máquina do mundo, que ao Gama e companheiros é dado ver com os olhos corporais.

Cícero e Materno contam que Arquimedes, o grande matemático siracusano, fabricara uma esfera de vidro onde se via a constituição dos céus e sua disposição e movimentos. Clávio descreve, no seu *Commentario á esfera de Sacrobosco* (pág. 17 da edição citada), esta admirável esfera onde os globos dos planetas, especialmente os do sol e da lua, caminhavam com os seus movimentos próprios, exactamente como no céu, tal era a perfeição e certeza com que essa esfera vítrea, realizada pela indústria e arte de Arquimedes, imitava a esfera celeste. Faria e Sousa cita também o globo de Arquimedes, que mereceu ao poeta Claudiano um epigrama laudatório.

Mas no tempo mesmo de CAMÕES uma admirável representação dos movimentos celestes, como nunca se construíra outra, deleitava o imperador Carlos V (n. 1500 — m. 1558) no seu retiro no mosteiro de S. Justo. Ao sr. Dr. José Maria Rodrigues devemos esta interessante notícia. Na coluna 733 do *Supplementum historiarum ab orbe condito M. Antonii Cocçii Sabellici, ex Paulo Jorio atque alijs*, lê-se <sup>1</sup>:

«Hunc locum sibi delegit Carolus Caesar, ubi uitam procul ab omnibus negotijs & strepitu ageret, instrumento illo mirabili oblectatus, in quod Leonellus mathematicus insignis, omnē coelestium orbium, siderum & motuū addito etiam octauae sphaerae motu perpetuo, diuino prorsus artificio, incluserat: huiusmodi machina nullis retro seculis, neque audita est neque uisa».

<sup>1</sup> É o tomo terceiro da obra: *M. Antonii Cocçii Sabellici Opera Omnia*, Basileae, 1560. A transcrição é feita do exemplar existente na Academia das Ciências de Lisboa. Parece haver aqui um erro tipográfico onde se lê: — ... omnē coelestium orbium, siderum & motuū...; — devendo provavelmente ser: — omnē coelestium orbium, & siderum motū...

Sabélico mostra-nos o imperador Carlos V passando os seus dias no mosteiro de S. Justo, longe dos negócios e bulício do mundo, encantado com o instrumento admirável onde o insigne matemático Leonelo incluíra uma representação completa das esferas celestes e dos astros com seus movimentos, juntando também o movimento perpétuo da oitava esfera. Nunca se vira nem ouvira falar duma máquina assim nos séculos passados.

Este movimento perpétuo da oitava esfera é o movimento de trepidação que lhe é próprio. Podia assim vêr-se neste aparelho o curso ordenado das estrélas em tórno dos *axes* da oitava esfera, os pontos equinociais médios, polos do movimento de trepidação, a que CAMÕES se refere na estância 87.

Dêste famoso aparelho de Leonelo devia CAMÕES ter tido conhecimento. Teria ele visto algum modelo semelhante?

De globos terrestres fazia-se no século XVI um grande comércio em Lisboa, globos muito artisticamente iluminados, mas muito errados, como se queixa Pedro Nunes no *Tratado em defensam da cartade marear*:

«Mas isto he mais pera espantar: que fazendose cada dia nesta cidade: globos muito fermosos: & custosos: nos quaes por serem conformes ao mundo perque andamos nam cabe nenhũ engano: por carecerem de sciência: os que os fazem & os que os mãdam fazer: cometem nelles dobrados erros: .....  
.....: posto que nos taes globos aja muyto ouro: & muytas bãdeyras, Alifantes & Camelos: e outras cousas iluminadas...».

A máquina do mundo, porém, que Tétis mostra aos portugueses não é feita de cristal, nem de armilas metálicas, nem movida por aparelhos de relojoaria. É um simples «trasunto reduzido» do mundo em pequeno volume, como se diz na estância 79, composto dos quatro elementos no centro e da quinta essência na região celestial, e tendo os movimentos naturais; é o modelo do universo como o concebia a ciência do tempo. Um globo, como esse que vêem no ar, nenhum mortal lograra ver com os olhos corporais, como agora aos portugueses fazia mercê a Sapiência suprema.

Qual a materia seja nam se enxerga,  
Mas enxergasse bem que está composto  
De varios orbes, que a diuina verga  
Compos, & hum centro a todos so tem posto.

Não se enxerga a matéria que compõe a parte celestial, porque a quinta essência não pode ser apreendida pelos sentidos, vendo-se através della a Terra no centro. Mas enxerga-se bem que está com-

posta de vários orbes concêntricos à Terra; quer dizer, neste globo transparente podem distinguir-se os contornos aparentes das onze esferas e, portanto, uma série de círculos concêntricos, como na figura junta que extraímos da *Margarita Philosophica* e que mostra, representadas por círculos, as sete esferas planetárias desde a da Lua até à de Saturno, o Firmamento, o Céu áqueo ou cristalino, o primeiro móbil e, finalmente, o Empíreo. Quando o poeta emprega o termo *círculo*, como em 85:

Debaxo deste círculo onde as mundas  
Almas diuinas gozão, que nam anda,

não emprega *círculo* como sinónimo de *esfera*; designa a superfície pela curva do seu contôrno aparente, pela curva que à vista a está representando.

Completando a estância 78, diz o poeta:

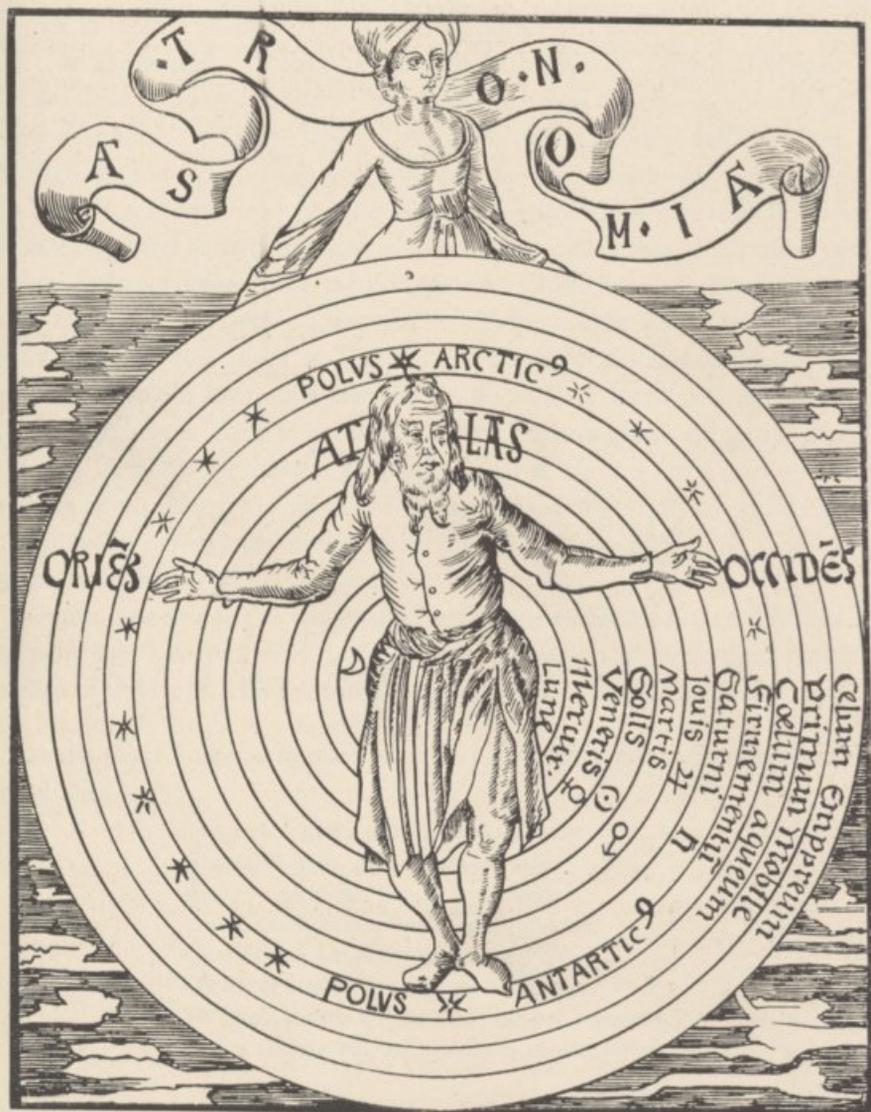
Voluendo, ora se abaxe, agora se erga,  
Nunca sergue, ou se abaxa, & hũ mesmo rosto  
Por toda a parte tem, & em toda a parte  
Começa & acaba, em fim por diuina arte.

Já vimos no capítulo anterior que no primeiro verso se exprime que a esfera é uma superfície de revolução, podendo supôr-se gerada pelo movimento de uma semicircunferência em tórno da linha dos polos, subindo e descendo relativamente ao horizonte. No segundo verso está expressa a propriedade da equidistância ao centro, não subindo nem descendo a superfície esférica em relação a êste ponto; e *um mesmo rosto* traduz a propriedade da esfera ser uma superfície de curvatura constante. Enfim, começando e acabando em qualquer ponto, não tem principio nem fim determinado, unindo-se o principio com o fim, por divina arte, isto é, segundo o divino exemplar. Esta semelhança com Deus é completada na estância seguinte:

Vniforme, perfeito, em si sostido,  
Qual em fim o Archetipo, que o criou:  
Vendo o Gama este globo, comouido  
De espanto & de desejo ali ficou,  
Dizlhe a Deosa, O trasunto reduzido  
Em pequeno volume aqui te dou  
Do mundo aos olhos teus, pera que vejas  
Por onde vas, & yras, & o que desejas.

A máquina do mundo, assim mostrada ao Gama, como transunto reduzido do universo, tal qual o concebia a sciência do tempo, divide-se em duas regiões: etérea e elemental.

«Vniuersalis autem mundi machina in duo diuiditur, in aetheream



A máquina do Mundo,  
 gravura extraída da *Margarita Philosophica*, Lib. VII, Tract. I, Cap. V  
 (nas dimensões do original)



scilicet, & elementarem regionem», diz Sacrobosco. Na tradução de Pedro Nunes lê-se:

«A vniuersal machina do Mundo se diuide em duas partes. Celestial: & elemental. A parte elemental he sojeita a cõtina alteraçãõ: & diuidese e quatro .s. terra a qual estã como centro do mundo no meo assentada: segue-se logo a Agoa & per derredor della ho aar. & logo ho fogo puro que chega ao ceo da lua: segũdo diz Aristoteles no liuro dos metheoros: porque assi os assentou deos grorioso & alto. E estes quatro sam chamados elemẽtos: os quaes hũs dos outros se alteram & corrompem & tornã a gerar. Sam os elementos corpos simples que se nam podem partir em partes de diuersas formas: pella mistura dos quaes se fazem diuersas species das cousas que se geram. E cada hum dos tres cerca de todo a terra per derredor: se não quanto a secura da terra resiste ha humidade da agoa pera viuenda de algũs animaes. E todollos outros afora a terra se mouem: a qual como centro do mundo com seu peso: foge igualmente de todallas partes o grande mouimento dos extremos: & fica no meo da redonda Sphera.

Junto da regiam dos elementos: esta logo a regiam celestial lucida: & pello seu ser ãmudauel he liure de toda mudançã: tẽ contino mouimento circular: & chamarãlhe os philosophos Quinta essencia».

A distincão entre as regiões etérea e elemental é indicada na estãncia imediata:

Ves aqui a grande machina do mundo,  
 Eterea, & elemental, que fabricada  
 Assi foy do saber alto, & profundo,  
 Que he sem principio, & meta limitada,  
 Quem cerca em derredor este rotundo  
 Globo, & sua superficie tam limada,  
 He Deos, mas o que he Deos ninguẽ o entende,  
 Que a tanto o engenho humano não se estẽde.

3. A enumeraçãõ das onze esferas que constituem a regiãõ etérea começa agora, da periferia para o centro, pelo Empíreo que na figura estã designada por *Celum empyreum*.

Este orbe que primeiro vay cercando  
 Os outros mais pequenos, que em si tem,  
 Que estã com luz tãõ clara radiando,  
 Que a vista cega, & a mente vil tambem  
 Empireo se nomea, onde logrando  
 Puras almas estãõ de aquelle bem,  
 Tamanho, que elle so se entende & alcança,  
 De quem não ha no mundo semelhança.

Por baixo do Empíreo imóvel corre o primeiro móbil, a esfera impulsora do movimento diurno, que o poeta introduz na estância 85:

Em fim que o sumo Deus, que por segundas  
Causas obra no mundo, tudo manda:  
E tornando a contarte das profundas  
Obras da mão diuina veneranda,  
Debaxo deste circulo onde as mundas  
Almas diuinas gozão, que nam anda,  
Outro corre tam leue & tam ligeiro,  
Que não se enxerga, he o Móbile primeiro.

Do primeiro móbil diz Sacrobosco: «Sed primus omnes alias sphaeras secum impetu suo *rapit* intra diem, & noctem circa terram semel».

Pedro Nunes traduz: «Mas o primeiro mouimento *moue & leua* com seu ympeto todallas outras Spheras & em hũ dia cõ sua noite fazẽ per derredor da terra hũa reuolução»<sup>1</sup>.

O poeta canta:

Com este rapto & grande mouimento,  
Vão todos os que dentro tem no seyo  
Por obra deste, o Sol andando a tento  
O dia & noite faz, com curso alheyo.

No primeiro verso indica-se com o adjectivo *grande* a rapidez do movimento diurno, de todos os movimentos celestes o de maior velocidade; com a palavra *rapto* indica-se a sua causa, sendo o primeiro móbil que arrasta consigo todas as esferas interiores, «omnes alias sphaeras secum impetu suo *rapit*».

Faria e Sousa parece considerar *rapto* como substantivo e diz que é termo próprio dos matemáticos. No Cap. III da *Sphaera* de Sacrobosco lê-se: \*

«Notandum etiam, quòd Sol tendens à primo puncto Capricorni per Arietem usque ad primum punctum Cancri, *raptu* firmamenti describit 182 parallelos. . . . . Item iam dictos circulos describit Sol, *raptu* Firmamenti descendens à primo puncto Cancri per Libram usque ad primum punctum Capricorni».

<sup>1</sup> No *Tractado da Spera do Mundo*, existente na Biblioteca de Munich, a que já nos referimos na pág. 133, lê-se a seguinte tradução do mesmo trecho: «Et ho nono ceo com seu mouimento *arrebata e moue consigo* todos os mais debaixo darredor da terra: em cada vinte e quatro horas faze huã reuolluçam». Joaquim Bensaúde, *L'astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes*, Bern, 1912, pág. 165.

Aqui está com efeito o substantivo *rapto*, exprimindo o movimento de arraste com que o primeiro móbil leva a esfera inteira do Sol a dar 182 voltas, enquanto o Sol no seu excêntrico avança debaixo da eclíptica desde o primeiro ponto de Capricórnio, por Áries, até ao primeiro ponto de Câncer; e outras 182 voltas enquanto o Sol desce do primeiro ponto de Câncer, pelo signo de Libra, até ao primeiro ponto de Capricórnio.

Na *Margarita Philosophica*, Lib. VII, Tract. I, Cap. XXXI, tratando-se do quarto céu, à pergunta do discípulo—Como se move este céu?—responde-se: «Quemadmodum superiores *motu raptus* ab oriente per occidentem, redeundo in orientem, in 24. horis, ad motum primi mobilis». A esfera solar move-se como as superiores com o movimento de *rapto* de oriente para occidente voltando a oriente, seguindo o movimento do primeiro móbil.

Parece-nos porêem que o poeta emprega *rapto* como adjectivo, exprimindo com as duas palavras *movimento rapto* a mesma ideia do substantivo *rapto*. Assim na *Chronographia ou reportorio dos tempos* de André de Avelar, 1594, começa o Cap. LXX:

«Debaixo destes doze signos alem do *movimento rapto* do Oriente em Ponête se moue o Sol de seu meão *movimento* per obliquo de Occidente a Oriente cada dia natural 59. min. & 8 segundos quasi».

Aqui está o movimento diurno do sol designado como *movimento rapto*, isto é, movimento de arraste, proveniente do primeiro móbil, em opposição ao movimento próprio «per obliquo» na eclíptica.

O poeta diz análogamente que todas as esferas contidas no seio da décima esfera vão com êste *rapto e grande movimento*, isto é, com o grande movimento de arraste em que são levadas por esta esfera. Hoje o primeiro móbil é a Terra. É a rotação da Terra que produz o movimento diurno dos astros. É êste «*rapto e grande movimento*», êste grande movimento em que somos levados no glôbo terráqueo, que nos dá a aparência do movimento diurno do firmamento. O verso do poeta ainda tem actualidade, applicado à Terra.

Na segunda parte da estância 86 é descrita a nona esfera ou segundo móbil, também chamada Céu Áqueo ou Cristalino, designada na figura por *Coelum aqueum*.

Debaxo deste leue anda outro lento,  
 Tam lento, & sojugado a duro freyo,  
 Que em quanto Phebo, de luz nunca escasso  
 Dozentos cursos faz, da elle hum passo.

O Cristalino é a esfera propulsora do *movimento dos auges e estrêlas fixas* que faz avançar lentamente de occidente para oriente a esfera das estrêlas fixas e os céus deferentes dos auges dos planetas. Executa uma revolução completa em 49:000 anos, avançando portanto em 200 anos 1 grau e 28 minutos aproximadamente, o que, sendo menos que grau e meio, o poeta arredonda num grau, como já vimos.

Sendo a esfera do sol levada também neste movimento, com êle vão os dois céus deferentes do auge do sol (pág. 135), mas, deslizando entre estes dois como entre dois muros, avança o deferente do sol no mesmo sentido 59' e quasi 8" em cada dia. É êste o curso *próprio* do sol cuja revolução completa se faz em 365 dias e um quarto aproximadamente. O seu movimento diurno é curso *alheio*, como se diz no quarto verso da estância, proveniente do primeiro móbil.

A distinção do movimento dos orbes celestes em *próprio* e *alheio* encontra-se nos livros de ensino do tempo. Assim na obra *Quaestiones nouae in libellum de Sphaera Joannis de Sacro Bosco, in gratiã studiosae iuventutis collectae ab Ariele Bicardo, Parisiis, 1552*, encontra-se, a fl. 14, a pergunta: — «Quomodo mouentur sphaerae caelestes?» — com a resposta: — «Mouentur duplici motu, uidelicet *motu proprio*, seu per se, & *motu alieno*, seu per accidens»<sup>1</sup>.

O movimento dos auges e estrêlas fixas é actualmente attribuído à Terra, cujo eixo descreve em volta da linha dos polos da eclíptica o cone circular de precessão em 26:000 anos. É o movimento de precessão dos equinócios.

Na estância 87 é descrita a oitava esfera, o Firmamento, com o seu movimento próprio:

Olha estoutro debaxo, que esmaltado  
De corpos lisos anda, & radiantes,  
Que tambem nelle tem curso ordenado,  
E nos seus axes correm scintillantes.

Já vimos que, no século XVI, era ainda doutrina corrente que o sol era a única fonte de luz celeste, a qual as estrêlas reflectiam como os planetas. As estrêlas eram condensações da matéria que constituia os céus. Eram pois as estrêlas fixas como nós do firmamento, esferas de quinta essência condensada, lisas como espelhos, radiantes como grandes globos de ouro, brilhando à luz do sol.

<sup>1</sup> E mais abaixo lê-se: — Primum mobile circumuoluitur spatio 24 horarum ut supra dictū est. Reliquae sphaerae, quò sunt propiores primo mobili, eò uelocius mouentur motu *alieno seu diurno*, tardius uerò *propriis* motibus contra primi mobilis motum: etc.\*. Vimos um exemplar desta obra na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

Na figura vê-se o firmamento *esfaltado* de pontos radiantes representando as estrêlas fixas. Estas estrêlas teem os dois movimentos alheios que ficaram já descritos, provenientes do primeiro e do segundo móbil. Mas teem também o curso ordenado do firmamento, que é o movimento regular de *trepidação* ou de acesso e recesso, sete vezes mais rápido que o movimento do Cristalino, completando-se em 7:000 anos. Por isso correm scintillantes em *seus axes*, que são os eixos próprios da oitava esfera. Com o plural *axes* designa o poeta os extremos do eixo, isto é, os polos do movimento de *trepidação*, que são os equinócios médios, princípios de Áries e Libra da nona esfera, em volta dos quais, como já vimos, os equinócios verdadeiros descrevem pequenos círculos com um raio de  $4^{\circ}18'43''$ .

A hipótese do movimento de *trepidação* acaba por ser abandonada; mas renasce, embora em proporções muito reduzidas, no século XVIII com o movimento de *nutação*.

Na segunda parte da estância 87 faz o poeta a descrição do zodiaco, admirável de beleza e concisão:

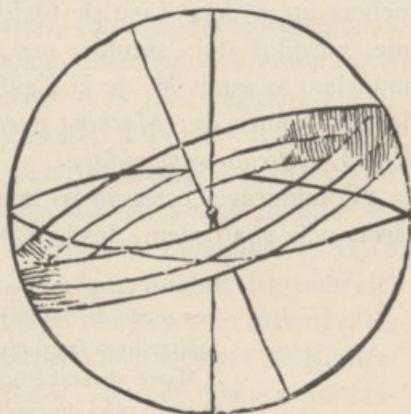
Bem ves como se veste & faz ornado  
Co largo cinto douro, que estrellantes  
Animais doze traz afigurados,  
Aposentos de Phebo limitados.

Como comentário a estes versos, leia-se o *Reportorio dos tempos* de André do Avelar, Lisboa, 1585:

*Do Zodiaco. Titulo 29.*

«Os Phylosophos antigos cõsiderarã no ceo hum circulo maior, que tẽ de largo 12. graos<sup>1</sup>, por meo do qual, passa hũa linha, q̃ o diuide em cõprido, e deixa a cada parte seis graos: ao circulo<sup>2</sup> chamarão Zodiaco, e a linha dixerão linha ecliptica .....

..... Diuidese este circulo em 12. partes iguaes, a q̃ chamãõ signos, & cada hum delles toma o nome da figura do animal, de q̃ está cõposto, como as estrelas do 8. ceo, ou firmamento, o *pintão* & *semelhão*, e porque Zodion em Grego



<sup>1</sup> Quer dizer, uma zona esférica de 12 graus de largo.

<sup>2</sup> Quer dizer, zona.

tão quer dizer como animal, por isso se chamou o circulo Zodiaco, como se dixeramos circulo de animaes: cada signo destes, se diuide em 30. partes, a que chamão graos, e multiplicando 12. por 30. resultão 360. que sam os em que se diuide todo o ceo, e qualquer circulo».

O largo cinto de ouro, com que o firmamento se veste e faz ornado, é o zodiaco, que o cinge com a profusa pregaria de ouro das constelações zodiacais. Os doze animais estrelantes *afigurados* são as doze constelações do zodiaco, cujas estrêlas, pela sua disposição, *pintam e semelham* a figura de animais. Os aposentos de Phebo limitados são os doze signos, da extensão de 30 graus cada um, em que se divide o zodiaco, e a que se deram os mesmos nomes das constelações, os quais o sol vai sucessivamente percorrendo no seu movimento anual ao longo da eclíptica, demorando-se em cada um deles um espaço de tempo de cêrca dum mês. No capítulo seguinte trataremos mais especialmente do zodiaco.

A estância 88 termina a descrição do firmamento com a formosíssima enumeração das constelações extra-zodiacais:

Olha por outras partes a pintura,  
Que as estrellas fulgentes vão fazendo.  
Olha a carreta, atenta a Cinosura,  
Andromeda, & seu pay & o drago horrêdo:  
Vê de Cassiopea a fermosura,  
E do Oriente o gesto turbulento,  
Olha o Cisne morrendo que sospira,  
A Lebre, os Cães, a Nao, & a doce Lira.

O poeta comóve-se evocando as lendas poéticas que deram nome às constelações, desde a *Carreta* (Ursa maior) e a *Cinosura* (Ursa menor) até à doce *Lira* de Orfeo. O que êle não podia prever era que, volvidos dois séculos, novas constelações viriam intrrometer-se naquelas, às quais M. de la Caille, havia de dar, com *secura scientifica*, os nomes de: *Machina pneumatica*, *Forno chimico*, *Esquadro e Regoa*, *Reticulo romboidal*...

Na admirável estância 89 introduz o poeta as sete esferas planetárias pela sua ordem, desde a de Saturno até à da Lua:

Debaxo deste grande firmamento,  
Ves o ceo de Saturno Deos antigo,  
Jupiter logo faz o mouimento,  
E Marte abaxo bellico inimigo,  
O claro olho do ceo no quarto assento,  
E Venus, que os amores traz consigo,  
Mercurio de eloquencia soberana,  
Com tres róstos abaixo vay Diana.

Compare-se com I, 21:

Deixam dos sete Ceos o regimento.

A esfera do sol fica no meio. Por cima as esferas de Marte, Júpiter e Saturno, por isso chamados planetas superiores; por baixo as esferas de Vénus, de Mercúrio e da Lua, que são os planetas inferiores. Os três rostos de Diana, são aqui os três rostos da lua, correspondentes às três fases: a lua cheia e os quartos, crescente e minguante; na lua nova não há rosto porque a lua *se esconde*. Compare-se com III, 59:

Cinco vezes a Lũa se *escondêra*,  
E outras tantas mostrára cheio o *rosto*,

e com V, 24:

Mas ja o Planeta que no ceo primeiro  
Habita, cinco vezes apressada,  
Agora meyo *rosto*, agora inteiro  
Mostrára, em quãto o mar cortaua a armada.

No *Reportorio dos tempos* de Avelar, 1585, lê-se a fl. 54 v., tit. 46 — Do rosto, forma, & claridade da Lua —:

«O trãsparête, & espesso da lua procede de não ser seu corpo igualmente denso nem raro, se não em partes mais mociço q̄ noutras por onde os raios do sol sam desigualmente nella emcorporados, & daqui nasce aquella figura, que vulgarmente se chama *rosto*».

4. Com a estância que acabamos de lêr fica completa a enumeração das onze esferas da região celestial, como estão representadas na figura, atrás reproduzida, da máquina do mundo: o empíreo, o primeiro móbil, o cristalino, o firmamento e as sete esferas planetárias. Estas onze esferas são concêntricas com a Terra. Resta agora analisar em particular as esferas planetárias, compostas de vários orbes. Já vimos a composição da esfera do sol, a mais simples de todas. Na figura junta, extraída da *Margarita Philosophica*, vê-se como é constituída a esfera de Saturno, compreendida entre dois círculos concêntricos, o exterior, que fica logo por baixo do firmamento, e o interior, que devemos imaginar assente sôbre a esfera de Júpiter. Empregando a linguagem usada para o Sol, diremos que a sétima esfera se compõe de três céus: os dois céus deferentes do auge de Saturno, aguarelados a preto na figura; e, entre os dois, o céu deferente de Saturno ou, mais próprioamente, o céu deferente do epiciclo de Sa-

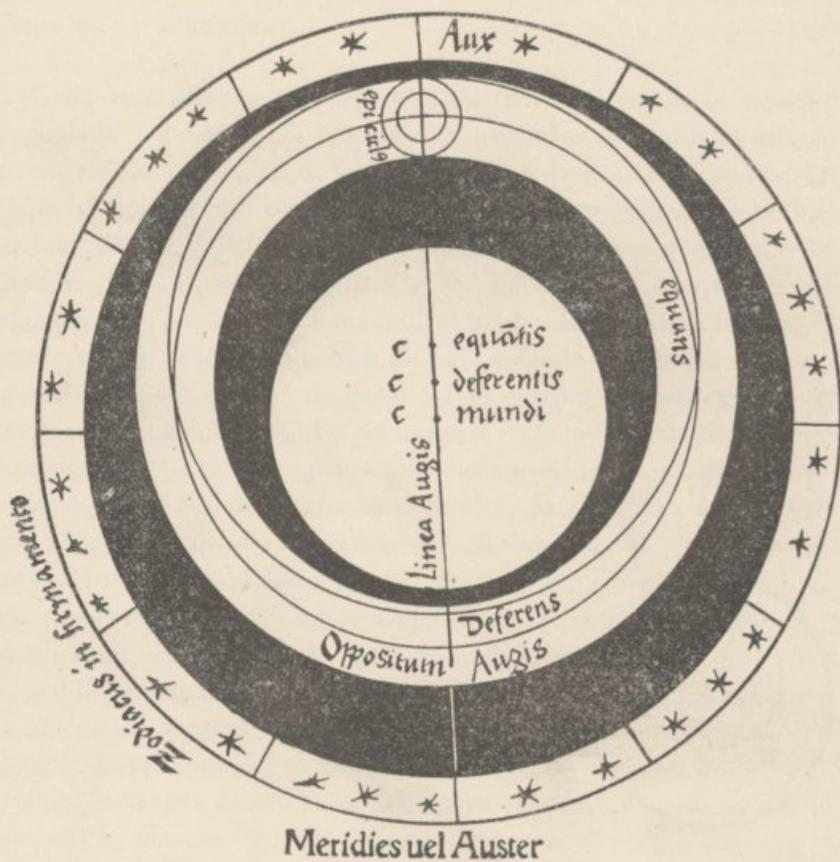
turno, cujo centro (*c. deferentis*) não coincide com o centro do mundo (*c. mundi*). Os céus deferentes do auge de Saturno são levados no triplo movimento da oitava esfera. O deferente do epiciclo de Saturno desliza entre estes, segundo a successão dos signos, como entre dois muros, dando uma volta completa em 30 anos. Êste deferente é excêntrico; o ponto mais afastado da Terra é o seu Auge (*Aux*) ou apogeu, o ponto mais aproximado da Terra é o seu perigeu (*Oppositum Augis*). Na parte superior da figura vê-se o epiciclo ocupando toda a espessura do excêntrico. O corpo do planeta, engastado na circunferência do epiciclo, move-se com êste em tórno do seu centro, fazendo-se esta rotação no período dum ano. O centro do epiciclo move-se sôbre o deferente excêntrico, dando uma volta em 30 anos. Enquanto se executa uma revolução do excêntrico, dá o epiciclo trinta voltas, explicando-se assim o movimento, ora directo ora retrógrado, de Saturno ao longo do zodíaco.

O centro do epiciclo não se move, porém, uniformemente sôbre o excêntrico. Ptolomeu considera um círculo a que chamou *equante*, cujo centro (*c. equãtis*) está a uma distância do centro do deferente igual à distância dêste ao centro do mundo. Ê relativo a êste centro que o movimento do centro do epiciclo é uniforme. O centro do epiciclo de Saturno move-se pois sôbre um círculo que é o deferente, mas o seu movimento não é uniforme sôbre êste círculo; o centro do deferente é apenas o centro de equidistância. O centro de uniformidade do movimento é o centro do equante; o raio do equante tirado para o centro do epiciclo descreve ângulos iguais em tempos iguais, perto de 2 minutos por dia em Saturno. Copérnico pôs de parte os *equantes* observando que, com êles, Ptolomeu se desviava do princípio do movimento circular e uniforme, pois que o movimento era, assim, *circular* relativamente a um centro e *uniforme* relativamente a outro, quando devia ter estas duas propriedades em relação a um mesmo centro.

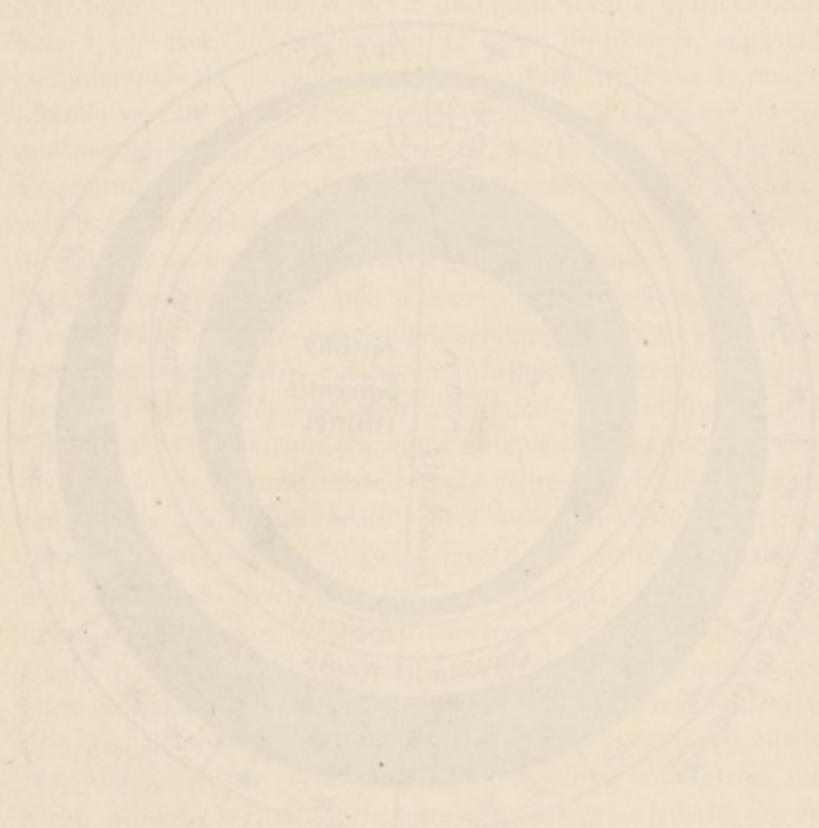
As teorias de Júpiter e Marte são análogas às de Saturno, sendo o período do movimento do excêntrico de 12 anos em Júpiter e 2 anos em Marte. O período do movimento do epiciclo é, em ambos, de 1 ano sideral, como em Saturno, conservando-se o raio tirado do centro do epiciclo para o planeta sempre paralelo ao raio do excêntrico do Sol dirigido para a posição do Sol no mesmo instante. Nos planetas inferiores, Vénus e Mercúrio, é o raio do excêntrico tirado para o centro do epiciclo que se conserva sempre paralelo a esta direcção, sendo por isso de 1 ano, como no Sol, o período do movimento do excêntrico nestes dois planetas. A revolução do epiciclo faz-se em 19 meses solares em Vénus, e em 4 meses solares em Mercúrio, apro-

LIBRI VII. TRACT I.

Septentrio uel Aquilo



A setima esfera,  
gravura explicativa da esfera de Saturno,  
extraida da *Margarita Philosophica*, Lib. VII, Tract. I, Cap. XXVIII  
(nas dimensões do original)

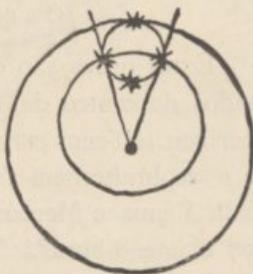


ximadamente. O excêntrico da Lua faz a sua revolução em 27 dias e 8 horas. Na teoria da Lua considera-se, além dos dois céus deferentes do auge da Lua e do excêntrico deferente do epiciclo, um quarto céu, por fóra destes, chamado deferente da cabeça do Drago. Êste quarto céu causa a retrogradação da linha dos nodos, à razão de cêrca de 3 minutos por dia.

No Capitulo iiii—Dos circulos & mouimentos dos Planetas—do *Tratado da Sphera*, depois duma breve descrição dos movimentos do sol, lê-se o seguinte:

«Cada hum dos planetas afora ho sol tem tres circulos .s. equante ou igualador: deferente & epiciclo. Equante na lûa he hum circulo concentrico com a terra: & he na superficie da ecliptica: ho seu deferente he hum circulo ecentrico & nam jaz na superficie da ecliptica: mas hûa metade delle declina pera o norte: & a outra pera o sul: ho deferente & ho equante encontramse em dous lugares & a figura que se faz per este encontro: chamasse Drago: porque he larga no meo & estreita no fim. aquelle encontro no qual estando a lua se moue pera o norte chamasse Cabeça do drago<sup>1</sup>. O outro encôtro do qual dece pera o sul se chama ho Cabo do drago<sup>2</sup>. Os deferentes & equantes de qualquer planeta sam iguaes. E auemos de saber que assi ho deferente como ho equante de Saturno Jupiter: Mars. Venus & Mercurio sam ecêtricos & fora da superficie da ecliptica:

mas ambos estam em hûa mesma superficie. E todo planeta tirando ho sol tem epiciclo. He epiciclo hum pequeno circulo pella circunferêcia do qual he leuado ho corpo do planeta & o centro do epiciclo sempre esta na superficie do deferente. E portanto se se tirarem duas linhas dereitas do centro da terra: de sorte que recolham antre ellas ho epiciclo de qualquer planeta a hûa pella banda de oriente: & a outra pella banda de ocidente: o ponto da banda de oriête em que a linha toca ho epiciclo: chamase primeira estação: & ho outro ponto da banda de ocidente chamase estação segunda. E quãdo ho planeta estiver em qualquer destas estações diremos que esta estacionario. O arco de cima do epiciclo antre as duas estações: chamase direyção: & quando ho planeta nelle estiuer diremos que esta direito: & ho arco debaixo do epiciclo antre as duas estações chamase retrogradação: & estando



<sup>1</sup> Nodo ascendente  $\Omega$ .

<sup>2</sup> Nodo descendente  $\var�$ .

nelle ho planeta dizemos que esta retrogrado. A lũa não tem estação direyção nem retrogradação: & portanto nunca dizemos q̄ a lua esta estacionaria dereita nẽ retrogada: a causa he ho seu mouimẽto no epiciclo ser muy ligeyro».

Os epiciclos são de pequenas dimensões relativamente aos deferentes excêntricos. Estes são os órgãos principais dos movimentos dos planetas, como se vê na figura da esfera de Saturno; os epiciclos são as peças menores do maquinismo. Na descrição dos movimentos planetários CAMÕES refere-se apenas aos excêntricos, não pensando em descrever os tão diversos movimentos dos epiciclos.

Já na estância 89 Tétis, passando em revista as sete esferas planetárias, chama a atenção para os excêntricos deferentes dos planetas. Assim, quando diz «Jupiter logo faz o movimento», é claro que aponta em especial, na esfera dêste planeta, o céu excêntrico deferente do epiciclo de Júpiter, no qual se efectua o movimento próprio de Júpiter; os céus deferentes do auge de Júpiter são levados no triplo movimento da oitava esfera, já descrito antes.

E que especialmente se consideram os céus excêntricos torna-se claro na estância 90:

Em todos estes orbes, differente  
Curso veras, nũs graue, & noutros leue:  
Ora fogem do centro longamente,  
Ora da terra estam caminho breue.

Estes orbes são os excêntricos deferentes dos planetas, mais afastados do centro da Terra no auge, ou apogeu, e mais perto dele no perigeu. Teem curso mais grave o deferente de Saturno em 30 anos e o de Júpiter em 12; o de Marte faz seu curso em 2 anos e os do Sol, Vénus e Mercúrio em 1 ano; o curso mais leve é o da Lua em 27 dias e 8 horas.

Pondo de parte os epiciclos, peças menores com tão variados movimentos, o poeta reduz as esferas planetárias à simplicidade da do Sol; e assim pode manter aquella linha de sobriedade com que vem sendo feita esta admirável descrição da máquina do mundo.

5. Na segunda parte da estância descreve-se a região elemental:

Bem como quis o padre omnipotente  
Que o fogo fez, & o ar, o vento & neue,  
Os quaes veras que jazem mais a dentro,  
E tem co mar a terra por seu centro.

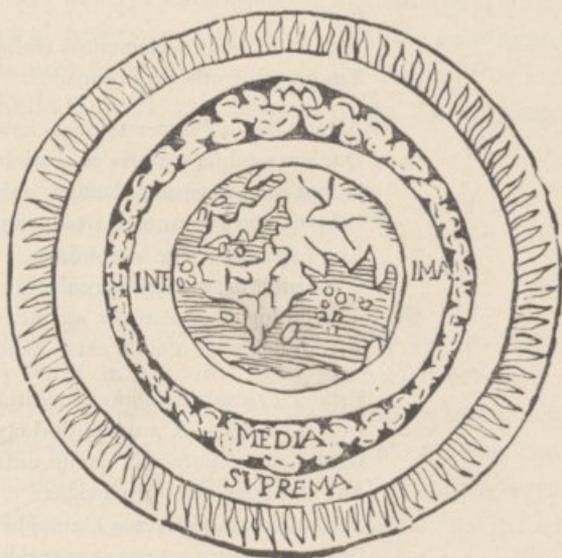
Os quatro elementos estão dispostos como se vê na figura junta, extraída da *Chronographia* de Jerónimo Chaves. Por fóra, e logo

abaixo do céu da lua, o *fogo* puro; por baixo dêste o *ar*, dividido em três regiões — suprema, média e ínfima; e no centro, os dois elementos, *terra* e *água*, formando o glôbo terráqueo.

Transcrevemos a descrição das três regiões do ar, como é feita no *Reportorio* de Avelar, edição de 1594 (fl. 52, v.):

«Diuidem os philosophos esta Sphaera do ar em tres partes, ou regiões por tres propriedades muy notauéis, que nella se vem que são parte superior, inferior

& meya, a parte, ou região superior pella vizinhança, que tem com o fogo, & pellas exalações, q̄ ate ella chegão, quando sobem da terra, he quente, & secca, ainda que não tão tomo o fogo, nesta se fazem as estrellas, que vemos correr de noite de hũa parte a outra, & algũs cometas, & outros Meteoros. Na 2. que he fria, & secca pella distancia,



que tem do fogo, & não parar nella as exalações, nem chegar lá a reflexão dos rayos do Sol se gera a neue, pedra, nuuens, chuvas, trouões, rayos, & relampagos. Na terceira, & mais baxa de todas, que recebe mayores alterações viuem os homês, animaes, plantas, & hũas vezes estã quente, & humida, outras fria, & secca, outras fria, & humida, outras quente, & secca, as quaes variações lhe vem não somente dos vapores, que de ca de baxo se leuantão, senão tambem da maneira com que tocão a terra os rayos do Sol, & mais planetas, os quaes donde caem perpendiculares, fazem maior impressão de quentura, que donde caem obliquos, & desguelha».

Adiante encontra-se esta explicação da região do fogo (fl. 61, r):

«Pois porque os que carecẽ de principios de phylosophia possão melhor entender esta região do fogo, dizemos ser semelhante à quentura de hum forno, tirando-lhe todo o lume que tinha dêtro em maneira, que se não visse nelle lume algum, ou cousa que desse luz,

mas com tudo se lhe applicassem algũa cousa combustiuel, logo se inflammaria, pella mesma maneira he a região do fogo, que nem he lucida, nem tem brasa, nem chama, *nem materia, que arda*, senão está como hũa grande pureza, & subtilidade de ar, â qual se se applicasse algũa materia terrestre, ou exhalação, logo será acesa, & inflamada, posto caso, que algũs neste passo fantasiã, & querem chimerizar sua philosophia, como a elles lhe apraz».

CAMÓES já tinha descrito a região elemental, esculpida nas portas do palácio de Neptuno, em VI, 10, 11 e 12:

Vem se os quatro elementos trasladados,  
Em diuersos officios occupados.

Ali sublime o *Fogo* estaua encima,  
Que em nenhũa materia se sustinha,  
D'aquí as cousas uiuas sempre anima,  
Despois que Promoteo furtado o tinha:  
Logo apos elle leue se sublima  
O inuisibil *ar*, que mais asinha  
Tomou lugar, & nem por quente, ou frio,  
Algum deixa no mundo estar vazio.

Estaua a *terra* em montes reuestida  
De verdes eruas & aruores floridas,  
Dando pasto diuerso & dando uida  
Aas alimárias nella produzidas:  
A clara forma ali estaua esculpida  
Das *agoas* entre a terra desaparzidas,  
De pescados criando varios modos,  
Com seu humor mantendo os corpos todos.

As transcrições que deixamos feitas dispensam maior comentário.

Os dois elementos, terra e água, constitutivos do globo terráqueo, estão personificados em Ceres e Neptuno, na estância VIII, 32:

Ditosa patria que tal filho teue.  
Mas antes pai, que em quanto o Sol rodea  
Este globo de *Ceres & Neptuno*,  
Sempre suspirará por tal aluno.

6. Tendo começado no Empíreo, «onde logrando puras almas estão de aquelle Bem tamanho», vem findar a descrição da grande máquina do mundo no glôbo terráqueo, colocado no centro,

Neste centro, pousada dos humanos,  
Que nam somente ousados se contentam  
De soffrerem da terra firme os danos  
Mas inda o mar instabil esprimentam.

Colocada entre os dois elementos, no extremo da terra firme fica a pátria portuguesa, a praia ocidental, sofrendo a fascinação do mar instável:

Eis aqui, quasi cume da cabeça,  
De Europa toda, o Reino Lusitano,  
Onde a *Terra* se acaba, & o *Mar* começa,  
E onde Febo repousa no Oceano.

*Os Lusíadas*, canto III, estância 20.

Quando o sol repousa no oceano, é sobre o mar que os raios solares vão brilhar, entrando Portugal na sombra projectada pelo glôbo terráqueo; e como Portugal fica no extremo ocidental do continente, fica com ele a Europa inteira imersa na sombra da noite. Por isso o poeta com tanta propriedade outra vez define a nossa situação geográfica em VII, 60:

Hum grande Rei, de la das partes, onde  
O ceo volubil com perpetua roda,  
Da *terra* a luz solar coa *terra* esconde,  
Tingindo a que deixou de escura noda,

usando o engenhoso trocadilho do terceiro verso, em que primeiro vem *terra* significando a terra firme, um dos quatro elementos, e a seguir a mesma palavra *terra* designando todo o glôbo terráqueo. Portugal fica lá nas partes onde o céu volúbil (primeiro móbil), com o seu rodar perpétuo, esconde da terra-firme a luz solar com a terra-glôbo, cuja sombra tinge de escura nódoa a *terra* que a luz do sol deixou; e *esta* é a terra-continente, porque o glôbo terráqueo nunca a luz solar deixa de iluminar, por um ou outro lado. Quando pois em Portugal anoitece, estende-se a noite por todo o continente, o que resulta da sua situação no extremo ocidente; a escura nódoa, que com o movimento diurno do sol se vem alastrando para ocidente sobre a Europa, acaba por cobri-la inteiramente, quando chega à praia ocidental lusitana.

Veja-se no *Cancioneiro geral* de Garcia de Resende, fl. 96, edição princeps, 1516<sup>1</sup>:

Eram da sombra da *terra*  
as nossas *terras* cubertas  
quando parecem desertas  
as abitações sem guerra  
ao tempo que rrepousam  
os corações descansados  
& os malfeytores ousam  
cometer mores pecados.

(fyngymento damores feyto  
per Dyoguo brandam).

<sup>1</sup> Pág. 44, tom. III, da edição da Imprensa da Universidade de Coimbra.

O trocadilho de CAMÕES é mais engenhoso, marcando com precisão astronómica a situação geográfica de Portugal, que o poeta deixa definida logo no segundo verso do imortal poema, que celebra

As armas, & os barões assinalados,  
Que da *Occidental praya* Lusitana,  
Por mares, nunca de antes nauegados,  
Passaram ainda alem da Taprobana.

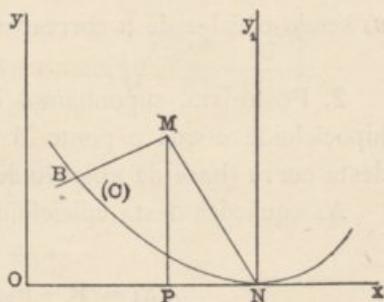
(*Continúa*)

LUCIANO PEREIRA DA SILVA.

## Sôbre uma propriedade das curvas cicloidais

1. Vamos ocupar-nos de um teorema sôbre as curvas cicloidais que comunicámos recentemente a M. HATON DE LA GOUPILLIÈRE em uma carta que foi publicada no *Journal de Mathématiques pures et appliquées* (1913). Daremos aqui uma demonstração e uma extensão dêste teorema.

Consideremos uma curva (C) que rola e escorrega sôbre uma recta ON de modo que o segmento ON compreendido entre um ponto fixo O da recta e o ponto de contacto, em um instante determinado, da curva com a mesma recta seja proporcional ao arco BN de (C), compreendido entre o ponto N e um ponto fixo B, que se toma para origem dos arcos. O ponto M do plano da curva considerada descreve uma outra curva que chamaremos *roleta de escorregamento proporcional* e cuja equação vamos primeiramente procurar.



Refira-se a curva (C) a um sistema de coordenadas polares tendo o polo no ponto M e tendo para eixo a recta MB, e refira-se a roleta a um sistema de coordenadas cartesianas ortogonais tendo para origem a posição inicial O do ponto B e para eixo das abscissas a recta dada.

Pondo  $OP = x$ ,  $MP = y$ ,  $MN = \rho$ ,  $BMN = \theta$ ,  $MNO = \nu$ , temos

$$y = \rho \sin \nu, \quad \text{tang } \nu = \frac{\rho d\theta}{d\rho},$$

e portanto

$$(1) \quad y = \frac{\rho^2 d\theta}{\sqrt{\rho^2 d\theta^2 + d\rho^2}}$$

Temos também,  $s$  designando o arco BN e  $\lambda$  uma constante,

$$x = ON - PN = \lambda s - PN = s - r \cot \nu,$$

e portanto

$$(2) \quad x = \lambda \int_0^\theta \sqrt{\rho^2 + \left(\frac{d\rho}{d\theta}\right)^2} d\theta - \frac{\rho d\rho}{\sqrt{\rho^2 d\theta^2 + d\rho^2}}.$$

As equações (1) e (2) determinam as coordenadas  $x$  e  $y$  da curva gerada por M em função do parametro  $\theta$ .

Pode-se dar a êste método uma forma mais geral, supondo que a curva é representada pelas equações paramétricas

$$\rho = \varphi(u), \quad \theta = \psi(u).$$

Temos então, representando por  $\rho'$  e  $\theta'$  as derivadas de  $\rho$  e  $\theta$  relativamente a  $u$ ,

$$(3) \quad x = \lambda \int_{u_0}^u \sqrt{\rho^2 \theta'^2 + \rho'^2} du - \frac{\rho \rho'}{\sqrt{\rho^2 \theta'^2 + \rho'^2}}, \quad y = \frac{\rho^2 \theta'}{\sqrt{\rho^2 \theta'^2 + \rho'^2}},$$

$u_0$  sendo o valor de  $u$  correspondente ao ponto B.

2. Posto isto, suponhamos que a curva (C) é uma epicicloide ou hipocicloide e que o ponto M é o centro do círculo fixo na geração desta curva (base da epicicloide ou hipocicloide).

As equações desta epicicloide ou hipocicloide são <sup>1</sup>

$$(4) \quad \begin{cases} x_1 = (R+r) \cos \alpha - r \cos \frac{R+r}{r} \alpha, \\ y_1 = (R+r) \sin \alpha - r \sin \frac{R+r}{r} \alpha, \end{cases}$$

R sendo o raio do seu círculo fixo e  $r$  o do círculo móvel.

Estas equações dão

$$(5) \quad \rho^2 = x_1^2 + y_1^2 = (R+r)^2 + r^2 - 2(R+r)r \cos \frac{R}{r} \alpha.$$

Temos ainda, pondo  $x_1 = \rho \cos \theta$ ,  $y_1 = \rho \sin \theta$ ,

$$d\rho \cos \theta - \rho \sin \theta d\theta = (R+r) \left[ \sin \frac{R+r}{r} \alpha - \sin \alpha \right] d\alpha,$$

$$d\rho \sin \theta + \rho \cos \theta d\theta = (R+r) \left[ \cos \frac{R+r}{r} \alpha - \cos \alpha \right] d\alpha,$$

<sup>1</sup> Podem vêr-se, por exemplo, no nosso *Traité des courbes spéciales remarquables* (t. II, pag. 156).

e portanto

$$d\rho^2 + \rho^2 d\theta^2 = 2(R+r)^2 \left(1 - \cos \frac{R}{r} a\right) da^2 = (R+r) \frac{\rho^2 - R^2}{r} da^2.$$

Mas a equação (5) dá

$$\rho d\rho = (R+r) R \operatorname{sen} \frac{R}{r} a da,$$

e portanto

$$da^2 = \frac{4r^2 \rho^2 d\rho^2}{R^2 (\rho^2 - R^2) [(R+2r)^2 - \rho^2]}.$$

Logo

$$d\rho^2 + \rho^2 d\theta^2 = \frac{4(R+r) r \rho^2 d\rho^2}{R^2 [(R+2r)^2 - \rho^2]},$$

e portanto

$$(6) \quad d\theta = \frac{\sqrt{R^2 - \rho^2}}{\rho \sqrt{m^2 \rho^2 - R^2}} d\rho, \quad m = \frac{R}{R+2r}.$$

Esta equação pode ser integrada pelos métodos clássicos, e vem

$$\theta = \frac{1}{m} \left[ \operatorname{arctang} \sqrt{\frac{m^2 \rho^2 - R^2}{m^2 (R^2 - \rho^2)}} - m \operatorname{arctang} \sqrt{\frac{m^2 \rho^2 - R^2}{R^2 - \rho^2}} \right],$$

ou

$$\theta = \frac{1}{m} \left( \operatorname{arctang} \frac{u}{m} - m \operatorname{arctang} u \right),$$

pondo

$$u = \sqrt{\frac{m^2 \rho^2 - R^2}{R^2 - \rho^2}}.$$

Logo as epicicloides e hipocicloides podem ser representadas pelas equações polares paramétricas

$$(7) \quad \begin{cases} \theta = \frac{1}{m} \left( \operatorname{arctang} \frac{u}{m} - m \operatorname{arctang} u \right), \\ \rho = \frac{R^2 (u^2 + 1)}{u^2 + m^2}. \end{cases}$$

Aplicando agora as equações (3), atendendo para isso às relações

$$\theta' = \frac{1 - m^2}{(u^2 + m^2)(u^2 + 1)}, \quad \rho' = \frac{R^2 (m^2 - 1) u}{\rho (u^2 + m^2)^2},$$

vem

$$x = \lambda R (m^2 - 1) \int \frac{du}{(u^2 + m^2)^{\frac{3}{2}}} - \frac{Ru}{(u^2 + m^2)^{\frac{1}{2}}}, \quad y = \frac{R}{\sqrt{u^2 + m^2}},$$

ou

$$x = R \left( \lambda \frac{m^2 - 1}{m^2} - 1 \right) \frac{u}{\sqrt{u^2 + m^2}}, \quad y = \frac{R}{\sqrt{u^2 + m^2}}.$$

Eliminando  $u$  entre estas equações, obtém-se a seguinte:

$$(8) \quad x^2 + \left( \lambda \frac{m^2 - 1}{m^2} - 1 \right)^2 m^2 y^2 = R^2 \left( \lambda \frac{m^2 - 1}{m^2} - 1 \right)^2.$$

Temos pois o teorema seguinte, que enunciámos, sem demonstração, na carta mencionada no principio dêste artigo:

*A roleta de escorregamento proporcional descrita pelo centro da base de uma epicycloide com hipocicloide que rola sobre uma recta, é uma ellipse.*

Quando  $\lambda = 1$ , a roleta de escorregamento proporcional reduz-se à roleta ordinária e recaímos em um teorema conhecido, de que o anterior é uma generalização.

Se  $\lambda = 0$ , temos o teorema seguinte, que demonstramos na carta referida:

*Se uma epicycloide ou hipocicloide escorrega sobre uma recta fixa de modo que fique sempre tangente à recta em um mesmo ponto, o centro da base da epicycloide ou hipocicloide descreve uma ellipse.*

### 3. As curvas representadas pelas equações intrinsecas

$$s^2 - k^2 R_1^2 = a^2, \quad k^2 R_1^2 - s^2 = a^2$$

onde  $R_1$  representa o raio de curvatura, são chamadas *pseudo-epicycloides*<sup>1</sup>.

A primeira pode ser considerada como uma epicycloide correspondente aos valores de  $R$  e  $r$  seguintes<sup>2</sup>:

$$R = -\frac{a}{1 + k^2}, \quad r = \frac{a(1 - ki)}{2(1 + k^2)},$$

onde  $i = \sqrt{-1}$ .

Substituindo estes valores na equação (6), vê-se que a curva considerada pode ser representada pela equação polar

$$d\theta = \frac{\sqrt{\rho^2 - \frac{a^2}{(1 + k^2)^2}}}{\rho \sqrt{\frac{\rho^2}{k^2} - \frac{\rho^2}{(1 + k^2)^2}}} d\rho.$$

<sup>1</sup> Veja-se *ob. cit.*, t. II, pag. 218.

<sup>2</sup> *Ob. cit.*, t. II, pag. 222.

Do mesmo modo a segunda curva pode ser considerada como uma epicicloide correspondente aos valores de  $R$  e  $r$ :

$$R = -\frac{ai}{1+k^2}, \quad r = \frac{a(k+i)}{2(1+k^2)},$$

e, substituindo estes valores na equação (6), vê-se que a curva considerada pode ser representada pela equação polar

$$d\theta = \frac{\sqrt{\rho^2 + \frac{a^2}{(1+k^2)^2}}}{\rho \sqrt{\frac{\rho^2}{k^2} + \frac{a^2}{(1+k^2)^2}}} d\rho.$$

Fazendo as mesmas substituições na equação (8), obtem-se as seguintes:

$$k^2 x^2 - [\lambda(1+k^2) - 1]^2 y^2 = \pm \frac{k^2 a^2}{(1+k^2)^2} [\lambda(1+k^2) - 1].$$

Logo a roleta de escorregamento proporcional e a roleta ordinária geradas pelo polo duma pseudo-epicicloide, quando rola sobre uma recta, são hiperboles.

Pondo  $\lambda = 0$ , vê-se que a curva gerada pelo polo duma pseudo-epicicloide, quando esta última curva escorrega sobre uma recta, ficando sempre tangente no mesmo ponto, é uma hipérbole.

Creio que estes teoremas não foram ainda notados.

F. GOMES TEIXEIRA.

# Brás Garcia de Mascarenhas

ESTUDO DE INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA

VI

## Capitão e governador

Contra todos os cálculos da gente mais ponderada, triunfou o brio e audácia dos portugueses, exactamente quando parecia estar prestes a consumir-se irremediavelmente o plano de D. Gaspar de Guzman, conde-duque de Olivares, que buscava pretexto para a aneção definitiva de Portugal à corôa de Castela, como simples província daquele reino. Portugal em tal hipótese teria, sob Felipe IV, a sorte que em tempo de Felipe II coubera ao reino de Aragão.

A tirania esmagadora do poderoso ministro do rei castelhano, dispondo dos dois secretários de estado de Portugal, Diogo Soares em Madrid e Miguel de Vasconcelos em Lisboa, se por um lado exacerbava e molestava os espiritos e assim provocava a revolta, por outro ia destruindo a nação, conculcando os seus direitos, foros e privilégios, esmagando-lhe sem contemplações os brios, consumindo-lhe as energias, esgotando-lhe as riquezas e aniquilando todos os elementos de vida e resistência que ainda nela restavam.

«Antiguo era el disgusto, diz em sua linguagem elegante o autorizado e insuspeito D. MODESTO LAFUENTE<sup>1</sup>, tan antiguo como la conquista de aquel reino hecha por Felipe II, con que los portugueses sobrellevaban la pérdida de su independencia, y su sumisión al cetro de los reyes de Castilla. Este disgusto y esta impaciencia, natural en un pueblo con razón orgulloso de haber sabido conquistar su independencia, de haberla conservado muchos siglos, y de haberse hecho con ella una grande y respetable potencia, sólo hubiera podido templarse, y andando el tiempo desaparecer, si los monarcas castellanos

<sup>1</sup> *História general de España*, t. xi, pág. 312, Barcelona-1888.

y sus gobiernos hubieran sabido con la justicia, con la política, con la prudencia y con la dulzura, hacer del pueblo conquistado un pueblo amigo y hermano. Mas ya antes de ahora hemos visto que no fué este por desgracia el camino que nuestros reyes siguieron. Al fin Felipe II procuraba encubrir disimulada y artificiosamente la opresión en que tenía á los portugueses, y la falta de cumplimiento de algunas de sus más solemnes promesas. Felipe III habia mirado con cierto indolente desdén y despego á Portugal: una sola vez estuvo en aquel reino, y valiera más que no hubiera estado ninguna. La conducta de Felipe IV y del ministro Olivares, lejos de ser la que hubiera convenido para ir borrando las antiguas antipatías de pueblo á pueblo, lo fué muy á propósito para avivar cuanto más para extinguir los odios entre dos naciones, ambas soberbias, y altivas, pero conquistadora la una, conquistada la otra, la una opresora y la otra oprimida. La obra de la unidad ibérica se habia hecho en lo material: la unidad moral, la unidad política, la unidad fraternal no se habia realizado, y cuando esta unión no se realiza, facil es de augurar el divorcio de dos pueblos».

Em meio de suas tribulações, o povo português dirigia olhares esperançosos para o duque de Bragança, em cujas veias corria sangue dos antigos reis de Portugal. Por vezes foi instado o duque D. João para que se colocasse à frente duma revolta patriótica contra o domínio castelhano, ou, pelo menos, para que consentisse que o movimento revolucionário tivesse por objectivo o ser colocada na sua cabeça a corôa de D. Afonso Henriques e de D. João I; mas a prudência calculada e fria do duque não o deixava arriscar as imensas riquezas da sua casa, a sua liberdade, e quiçás a própria vida, em tal aventura, que provavelmente descairia em resultado infeliz e trágico.

A revolta popular, que rebentara em Évora no ano de 1637, fôra motivada pela exorbitância dos tributos impostos ilegalmente por Castêla; alastrara pelo Alentejo e pelo Algarve, e ainda tivera eco em vários outros pontos do país; mas abortou à falta de chefe e de condições de éxito. Não foi perfilhada pela nobreza, que chamou por isso sôbre si os ódios e rancores da classe popular; e o duque de Bragança, a quem se ofereceu com instâncias a corôa, chegando a ser aclamado rei pela populaça em Vila-Viçosa, declinou a honra, e apressou-se a protestar a sua fidelidade ao monarca espanhol, no que foi imitado por muitos fidalgos e por algumas câmaras.

Mas três anos depois as condições haviam mudado bastante. A Espanha achava-se depauperada, esgotada com as guerras para que a politica nefasta de Olivares impelia aquela rica e nobre nação,

obrigando-a a sustentar campanhas ruinosas em Flandres, Itália e Alemanha, no Roussillon, na Gascunha, na Índia, etc. Ultimamente a sublevação da Catalunha fizera concentrar ali as principais atenções da côrte de Madrid, deixando respirar um pouco mais livremente Portugal. Vira êste perigo o astucioso ministro de Felipe IV, e ex-cogitara o meio de o conjurar.

A 24 de agosto de 1640 cai em Lisboa de improviso, produzindo o efeito fulminante do raio, uma ordem, pela qual toda a nobreza de Portugal era obrigada a comparecer em Madrid, para se incorporar no séquito do rei, que resolvera ir pessoalmente ao antigo reino aragônês meter na ordem as províncias insubordinadas; exigiam-se também grandes levas de tropas, que de Portugal, e à custa desta nação, marchariam para a Catalunha. Constituía tudo isto uma exacção violentíssima, que exauria o país, e o deixava qual prêsa inerme nas garras do leão espanhol.

Fôra especialmente visado o duque de Bragança.

Senhor duma casa opulentíssima, sem dúvida uma das mais ricas do mundo nâquele tempo, com os seus 80:000 vassallos, com as suas honras, isenções, privilégios e estado mais do que principescos, quasi régios, o duque de Bragança era um pesadêlo que perturbava permanentemente o sono do monarca de Espanha, uma constante ameaça à integridade dos seus estados. D. João tinha também de se apresentar na côrte madrilêna, para se incorporar no séquito de D. Felipe; mas o plano de Olivares era detê-lo apenas pisasse território castelhano, tirando aos portugueses esta esperança e êste chefe. Já não era a primeira vez que o ministro de Felipe IV preparava uma cilada, para prender o duque brigantino.

Uma acção rápida, que quebrasse as algêmas, cada vez mais insuportáveis, era pois indispensável. Ou agora, ou nunca. Se as ordens emanadas de Madrid chegassem a cumprir-se, ou se houvesse reacção limitada à recusa do seu cumprimento, Portugal seria irremediavelmente riscado do número das nações.

Organiza-se então em grande segredo a conjura, quasi unicamente com elementos da nobreza.

A irreductível teimosia do duque brigantino em não se meter em tal aventura desconcertava os conspiradores, que, à falta de quem quisesse ser rei, chegaram a pensar na formação duma república portuguesa, memorando os exemplos de Veneza, de Génova, da Holanda; mas tal solução quebrava as tradições nacionais, e assim eliminava uma força importantíssima, no momento em que todos os elementos de vitalidade e de resistência eram necessários. Redobram por isso as instâncias junto do duque, e êste vem por fim a

ceder perante um dilema, verdadeiro *ultimátum* apresentado com forma interrogativa:

— *Se nós proclamarmos uma república portuguesa ¿que partido toma V. Excelência, o de Espanha ou o de Portugal?*

— *O da Pátria*, responde nobremente, sem hesitações, D. João de Bragança.

A decisão estava tomada. Mais valia arriscar-se para ser rei, do que para ser simples cidadão.



Era um sábado, primeiro de dezembro de 1640. O dia amanhecera límpido e formoso, e o sol inundava de luz a velha capital portuguesa.

Pouco faltava para as 9 horas.

No Terreiro do Paço havia um movimento considerável, mas que não era de estranhar, porque àquela hora costumava o secretário de estado Miguel de Vasconcelos começar a dar audiência aos pretendentes. Numerosos côches iam chegando, trazendo dentro, tranquilamente sentados, fidalgos da principal nobreza do reino. Outros nobres a cavalo, acompanhados dos seus criados, apareciam ao mesmo tempo das diversas embocaduras das ruas, e todos êles convergiam para junto da entrada principal do paço real da Ribeira, onde residia a duquesa de Mântua, regente de Portugal, e o referido secretário. Algumas pessoas da classe média, bastantes populares, e ainda um ou outro eclesiástico, tinham também sido atraídos com pretextos diversos, e estacionavam pelo largo.

Os nobres chegavam e apeavam-se. Uns ficavam por ali conversando, outros entravam logo, e subiam as escadas do paço, juntando-se na sala dos archeiros, onde aguardavam, ao que parecia, que o poderoso Miguel de Vasconcelos se dignasse de os receber. Quem via aqueles fidalgos, sossegados e tranquilos, não podia deixar de acreditar nos seus sentimentos pacíficos. Era a repetição do que sucedia todos os dias, havendo a notar apenas a circunstância de hoje ser a concorrência mais crescida do que de costume.

Entre os que ficaram conversando à porta do palácio, contavam-se os fidalgos Jorge de Melo, António de Melo de Castro, Estêvão da Cunha, e o padre Nicolau de Maia.

— *¿Mas o que vimos nós aqui fazer?*, perguntava um dos que tinham sido chamados, sem se lhe revelar o segredo da conspiração.

— *Bem pouco*, lhe responde João Pinto Ribeiro com a mais tranquila naturalidade; *vimos tirar um rei e pôr outro.*



Sôa a primeira badalada das nove horas, e nêsse momento D. Miguel de Almeida, que era um dos que estavam na sala dos archeiros tudescos, dispara uma pistola.

Era o sinal convencionado.

No mesmo instante cada fidalgo corre a executar o papel que lhe fôra distribuido. Os que ficaram no átrio tomam de surpresa a guarda, que era de soldados castelhanos, não lhes dando tempo para se defenderem. Dos que subiram, uns desarmam e seguram os archeiros que estavam na sala, enquanto outros muitos, vencendo a resistênciã de dois guardas tudescos, que faziam sentinela às portas que davam para os corredores, e dos quais um ficou morto e o outro ferido, invadem todo o paço.

Entretanto a figura venerável e nobre de D. Miguel de Almeida, com a sua auréola de cabelos brancos a emoldurar-lhe o rosto, de espada desembainhada, corria pelo palácio a gritar:— *Liberdade portuguezes!—Viva el-rei D. João IV!* Assoma a uma varanda que dá para o largo, e dali, cheio de entusiasmo, aclama repetidas vezes o novo rei de Portugal, sendo as suas vozes correspondidas pela gente que estacionava no Terreiro do Paço, e que crescia de momento a momento.

À ex-regente duquesa Margarida, não se faltou com as atenções e cortesias que lhe eram devidas, depois de se lhe significar de modo categórico que as suas funções governativas tinham acabado.

Morreram dois portuguezes de alta categoria, dos que estavam a serviço de Castela:—Francisco Soares de Albergaria, corregedor do civil da cidade, que nos corredores do paço obstinadamente respondia às aclamações patrióticas com vivas a D. Felipe; e Miguel de Vasconcelos, o braço odioso de que o conde-duque de Olivares se servia para esmagar Portugal.



O povo desconhecia o plano, sendo quási inteiramente estranho a esta primeira explosão da conjura. Foram os nobres que a delinearam e executaram; mas era de prever que o povo se associaria desde logo, atento o ódio rancoroso que tinha aos espanhois. Ficara, é verdade, muito molestado e resentido contra os fidalgos, quando na revolta de Évora se viu abandonado da nobreza; mas a classe eclesiástica nos últimos tempos vinha usando largamente da sua influênciã sôbre o povo, para exaltar nêle o brio patriótico, e o

apaixonar na empresa vaga, no sonho levemente esboçado, de sacudir o jugo estrangeiro. Os sermões ouvidos com religioso acatamento, como sendo a palavra de Deus, transformavam freqüentes vezes o púlpito em tribuna de propaganda contra as autoridades espanholas, visadas em alusões bem transparentes e epigramas crueis, que enchiam de satisfação a classe popular, atreita a paixões, e já de si justamente indignada. Além disso o clero explorava hábilmente no sentido patriótico as canções proféticas do sapateiro Bandarra, que davam a restauração para o ano de 40; e tais profecias dimanavam, assim o criam, da indefectível sciência de Deus, para quem o futuro é presente, e que por isso não pode errar. Longe de serem estranhos à conspiração, os jesuitas foram um elemento importante que os patriotas tiveram ao seu lado.

Estava portanto perfeitamente preparado o meio popular, e facilmente se previa que, dado o grito de revolta no paço real, a multidão acudiria de pronto, e secundá-lo hia com entusiasmo delirante.

Foi o que succedeu.

As primeiras aclamações soltadas da varanda do paço por D. Miguel de Almeida foram correspondidas com vigor pela pouca gente, menos de cem pessoas, que estacionavam no terreiro; mas quando, tomado rapidamente o palácio, um grande magote de fidalgos desceu para se dirigir à câmara municipal, já havia número considerável de populares, que acudiam de toda a parte atraídos pelos gritos de triunfo; correram atrás dos nobres em entusiásticas manifestações.

Em várias partes da cidade, àquella hora, pessoas iniciadas na conspiração saíram para a rua a vitoriar a restauração de Portugal e o novo monarca; e alguns dos populares, que tinham sido atraídos ao Terreiro do Paço, debandaram prontamente a levar a grande nova a sítios diversos. Desta forma, num abrir e fechar de olhos, em todos os bairros de Lisboa se aclamava el-rei D. João IV.

Estava funcionando naquella ocasião o senado municipal, sob a presidência de D. Pedro de Meneses, conde de Cantanhede, que não fôra iniciado no segredo da conspiração. Ao ouvir o grande tumulto e algazarra que se aproximava, o conde mandou fechar as portas do palácio, receando uma invasão do povo amotinado; mas ao saber por seus dois filhos o que aquilo era, ordena prontamente que as portas se abram à onda patriótica.

Entram de roldão os fidalgos e muitos populares.

À frente de todos, empunhando triunfalmente a espada nua, caminha D. Álvaro de Abranches, o heroi que com a patente de capitão muito se distinguira na reconquista da Baía em 1625, e que agora estava nomeado governador e capitão-general de Mazagão, para onde

já teria partido, se não fôra o querer-se achar presente a êste golpe; é êle que, metendo a espada na bainha, pega no estandarte da cidade, e correndo à varanda do paço municipal, ali o desfralda, e aclama solenemente rei de Portugal o duque de Bragança.



Mas era necessário santificar o acto praticado, revesti-lo da consagração divina.

— *Vamos à Sé!*, exclama D. Álvaro, sem largar a bandeira.

— *Á Sé! Á Sé!* repetem numerosas vozes.

Levando hasteado à frente o estandarte branco, em cujo centro destacava bordado um navio, símbolo da cidade e município de Lisboa, lá vão em ruidosas aclamações a vereação, os fidalgos, a turba-multa de populares, a caminho da velha catedral.

O arcebispo D. Rodrigo da Cunha, figura veneranda e austera de sacerdote e de portuguez, fôra prevenido poucos dias antes por D. António de Almada, perto de Sintra, por onde andava em visita pastoral, de que no próximo sábado seria sacudido o jugo estrangeiro e aclamado rei portuguez.

— *¿Pois ainda pensais nisso?* pergunta com estranheza o prelado.

— *Não só pensamos, mas até já se encontra tudo definitivamente assente. Desejamos a vossa presença em Lisboa para nos abençoardes, e para nos auxiliardes com a vossa autoridade e conselho.*

— *Lá estarei, e Deus nos proteja.*

Chegado o dia, logo ao romper da manhã o virtuoso arcebispo fôra para a Sé, e prostrado ante o altar-môr mergulhara o espirito em profunda oração.

O arcediogo D. Luis da Gama, ao aproximarem-se as 9 horas, subiu a uma das torres da catedral, aquella mesma donde séculos antes, em tempo do mestre de Avis, fôra precipitado o arcebispo parcial dos castelhanos, e ali ficou em observação, com o coração em sobresalto, os olhos pregados acolá, no paço real, e o ouvido atento ao menor rumor. Aos primeiros gritos de aclamação não se contém. Agarra-se aos badalos, sem querer saber do interdito que então pesava sobre Lisboa e emudecera os sinos de todas as igrejas, e num frenesi de delírio toca, repica com toda a força, unindo a voz solene do bronze sagrado às aclamações dos patriotas.

Acordado do seu éxtase piedoso pelo repique festivo, o arcebispo ergue-se com o rosto magro e macilento de asceta inundado de lágrimas de comoção. Não tarda a ver-se cercado pelos seus cónegos, pelos seus beneficiados e capelães, começando em breve a chegar por

várias vias notícias positivas dos acontecimentos: — As autoridades castelhanas depostas, o duque de Bragança aclamado rei de Portugal, a nobreza e o povo de Lisboa vitoriando pelas ruas a liberdade da pátria, etc.

D. Rodrigo, assistido do seu clero, rende então graças ao Senhor Deus das vitórias, e ordena que se organize imediatamente um préstito religioso, para ir ao paço real solenizar e abençoar o grande acontecimento, e os herois que nêle cooperaram.

Lá saem todos da catedral em vistosa procissão. A cruz metropolitana era, segundo o rito, levada por um capelão adeante do arcebispo; velha cruz de prata, com a haste vertical cortada por duas transversais paralelas, que lhe formavam quatro braços. Uma pequena imagem de Cristo, cravada pelos pés e pelas mãos, estirava o corpo esguio ao longo da cruz, ficando o rosto do crucifixo voltado, não para a frente da procissão, mas para trás, para o arcebispo, e para o povo que o seguia.

Ao transporem o limiar da Sé, já se ouvia perto o tumultuar de grande multidão, com a qual se toparam pouco abaixo, junto da igreja de Santo António. Era a câmara, com os nobres e os populares que a acompanhavam, que num delírio de vivas e aclamações, trazendo à frente D. Alvaro de Abranches com a bandeira desenrolada, se dirigiam à catedral a tomarem a bênção do prelado, e a rogarem-lhe que viesse assumir o governo da nação, enquanto o rei não chegava a Lisboa. Trocadas e repetidas com entusiasmo novas saudações, encorporaram-se no préstito religioso para irem todos ao paço real.

A procissão começa de novo a mover-se. Mas nêste momento um brado ingente retumba pela multidão: — *¡Milagre!*

— *¡Milagre!* repetem uma e outra vez milhares de vozes. E a grande massa de crentes, exaltados pelo entusiasmo, animados pela fé e pelo patriotismo, caem de joelhos com os olhos e braços erguidos para a cruz metropolitana, que o capelão do arcebispo conservava alçada. O povo, a clerezia, os cónegos, os fidalgos, com os semblantes iluminados pelo fogo da crença, pela alucinação religiosa e patriótica, com o espanto próprio de quem supõe ter surpreendido e tateado o sobre-natural, de quem julga haver-se posto em contacto directo com o mundo do mistério, continuavam repetindo: — *¡Milagre! ¡milagre!*

¿ Que sucedera?

Cousa bem simples e natural, que, nas circunstâncias particularíssimas em que se deu, foi reputada miraculosa.

Com o movimento rítmico do andar do capelão, a imagem de

Cristo pregada na velha cruz metropolitana ia estremecendo e oscilando, por estarem muito mal seguros os pregos que a cravavam. No encontro com a multidão, que vinha da câmara, os movimentos foram mais fortes, mais sacudidos, e um dos cravos, o que segurava a mão direita da imagem, saltou fora. Ficou o cruxifixo preso apenas por dois pregos, o da mão esquerda e o dos pés, também muito lassos. Nestas condições o movimento oscilatório da cruz fazia com que a figura de Cristo se deslocasse; o braço direito, que estava livre, afastava-se da cruz, para em seguida se lhe encostar de novo, e outra vez se afastar, descrevendo assim repetidos arcos de círculo.

— *Foi Nosso Senhor que miraculosamente despregou o braço, para abençoar o que se fez*, pensava a multidão; e daqui o seu pasmo e exclamações, o seu entusiasmo.

E o capelão, erguendo a cabeça, queria também observar o milagre; e a cruz mais lhe oscilava nas mãos, e Cristo com a dextra aberta, abençoava, abençoava sem descanso os bons e leais portugueses, o seu povo escolhido e privilegiado, que no escudo trazia estampadas como devisa as chagas da sua paixão.

Tem-se modernamente alcinhado de embuste, comédia ensaiada pelos padres, o tão celebrado caso do braço se soltar da cruz. Nada disso. Acaso, mero acaso, e nada mais. A crença e ingenuidade, juntas com o entusiasmo do momento, é que deram interpretação sobrenatural a facto tão simples<sup>1</sup>. É certo porém que tal aconteci-

---

<sup>1</sup> É inegável que este facto natural foi bem aproveitado e explorado como verdadeiro milagre, para erguer o espírito patriótico dos portugueses, e para lá fora, especialmente em Roma, inclinar os ânimos ao reconhecimento de D. João IV como legítimo rei de Portugal.— D. ANTÓNIO DE SOUSA MACEDO na sua *Lusitania liberata*, livro publicado com este segundo intuito principalmente, descreve o *milagre* com grande aparato scénico e maior entono retórico (Op. cit., pág. 570 e s.); mas outros escritores menos apaixonados e mais sinceros contam o caso como se passou realmente, e fazem consistir o milagre apenas em o facto se ter passado naquele momento oportuno, parecendo que não foi casual, mas providencial.— Transcrevemos aqui, como exemplo, a narrativa de D. LUÍS DE MENESES, conde da Ericeira, na sua *História de Portugal restaurado* (t. 1, pág. 111): — «... e quando baixava defronte da Igreja de Santo António, pouco distante da Sé, gritou o Povo, que huma Imagem de prata de Cristo crucificado, que levava hum Capellão, a quem tocava, diante do Arcebispo, despregára o braço direito; as felicidades de Portugal, e a justiça daquella acção podem persuadir que seria milagre; se succedeo acaso, foy pela occasião muito mysterioso. Gritou o Povo prostrado por terra que era milagre, e todos cobraraõ invencível confiança de que Deos approvava a gloriosa deliberação dos confederados. Persuadidos de tão grande incentivo, não soavaõ em toda a Cidade mais que vivas e acclamaçoens ao novo Principe, valeroso Author da liberdade da Patria».

mento, patenteando aos olhos de todos, por forma tão clara, que Deus aprovava a acção que se praticara, fez brotar nos corações a confiança firme de que a causa patriótica não podia deixar de triunfar com o manifesto auxilio divino.

— *¿ Si Deus pro nobis, quis contra nos?*

Bastava a divulgação de tal caso pela cidade e por todo o país, para acabar com hesitações e receios, para reunir em volta do lábaro sacrosanto da pátria restaurada quasi todos os portugueses.



Proclamada a realeza do duque de Bragança no paço real e na casa do senado, e victoriada nas ruas e praças da capital, estava dado o primeiro passo para a restauração; nada mais.

Lá se mantinham o castelo de S. Jorge, as torres de Belém, da Cabêça-Sêca, de Santo António, e a Torre-Velha, com guarnições espanholas, garantindo o fracasso rápido do movimento revolucionário lisboêta. Bastava o castelo, bem municiado como se achava, para impôr silêncio com a voz potente das suas peças à cidade amotinada; e depois os soldados da sua guarnição, fazendo uma sortida à baixa, congregariam e atrairiam a si os numerosos espanhoes que havia em Lisboa, e dêste modo se organizaria uma forte reacção, que sem dificuldade esmagaria os conjurados.

Mas tal não sucedeu. A boa fortuna auxiliava assombrosamente a audácia dos revolucionários.

Governava o castelo de S. Jorge o capitão D. Luís del Campo, militar acanhado e bastante assustadiço, que ao ouvir o vozear do povo se atarantou, sem atinar com o que deveria fazer.

Vivia então preso no castelo Matias de Albuquerque, o futuro conde de Alegrete, já nosso conhecido da campanha no Brasil contra os holandeses, onde procedera como um herói na defesa de Pernambuco, serviços que a calúnia denegrira a ponto de serem pagos com infamíssima prisão. Á vista da inépcia do governador, foi êle, um prisioneiro, que, supondo tratar-se dum motim popular doutra natureza, garantiu a defêsa do castelo, mandando fechar as portas, tocar a reunir, assestar as peças, etc.

Felizmente que nesta ocasião chegou um emissário, trazendo ao governador uma ordem da duquesa regente, a proibir-lhe que fizesse qualquer demonstração hostil, houvesse o que houvesse.

Fôra D. Antão de Almada que fizera assinar tal ordem.

Pelo mesmo emissário soube então Matias de Albuquerque que não se tratava dum simples motim popular, mas que rebentara a

revolução patriótica. Recolheu-se por isso logo, aguardando os acontecimentos com o coração palpitante de esperança e de ansiedade.

No dia seguinte, domingo, pela tarde, D. Alvaro de Abranches com outros dois fidalgos, vieram apresentar a D. Luís del Campo segunda ordem da duquesa Margarida, a mandar-lhe que entregasse o castelo. Entregou-o depois de leve hesitação.

Apossaram-se em seguida os patriotas, por idêntico processo, das torres e fortes de Lisboa, e do castelo de Almada. Só a torre de S. Gião, ou de S. Julião como hoje dizemos, ficou ainda por alguns dias guarnecida platonicamente pela guarda espanhola. A capital do reino, quasi sem resistência, reconhecia por monarca a D. João IV; e uma junta provisória constituída pelos arcebispos de Braga e de Lisboa, assistida dum conselho composto de D. Pedro de Meneses conde de Cantanhede, D. Miguel de Almeida e D. Antão de Almada, estava ao leme da governança, e comunicava oficialmente às províncias a restauração de Portugal.



A notícia espalhou-se rapidamente pelo país, e foi recebida quasi em toda a parte com grandes demonstrações de alegria.

Poucos castelos opuseram resistência, que nesses mesmos cessou em breve. Última a render-se em todo o continente de Portugal foi a torre de S. Julião da Barra, que só a 12 de dezembro se franqueou aos patriotas portugueses.

A Coimbra chegou a notícia oficial com a carta dos governadores do reino na tarde de quarta feira, 5 de dezembro<sup>1</sup>, e houve immediatamente manifestações de regozijo da parte dos estudantes. No dia seguinte logo pela manhã juntou-se grande número de académicos no pátio da Universidade, donde desceram, capitaneados pelo doutor João André de Almada, à *casa da relação* ou da câmara municipal, que ainda hoje existe sobre o arco de Almedina, e ali fizeram comparecer os vereadores, a quem exigiram em altos gritos a aclamação imediata do novo rei português.

Perante o entusiasmo dos rapazes ¿ que haviam de fazer os bons dos vereadores ?

O juiz dos órfãos Luís Ferraz Velho empunhou o estandarte da cidade, e montado a cavalo gritou:—*Real, real, por el-rei D. João IV de Portugal!*—palavras que milhares de bocas logo repetiram em côro.

<sup>1</sup> Na estampa fronteira se dá a reprodução em fac-símile desta carta dirigida pelos governadores do reino ao reitor da Universidade.

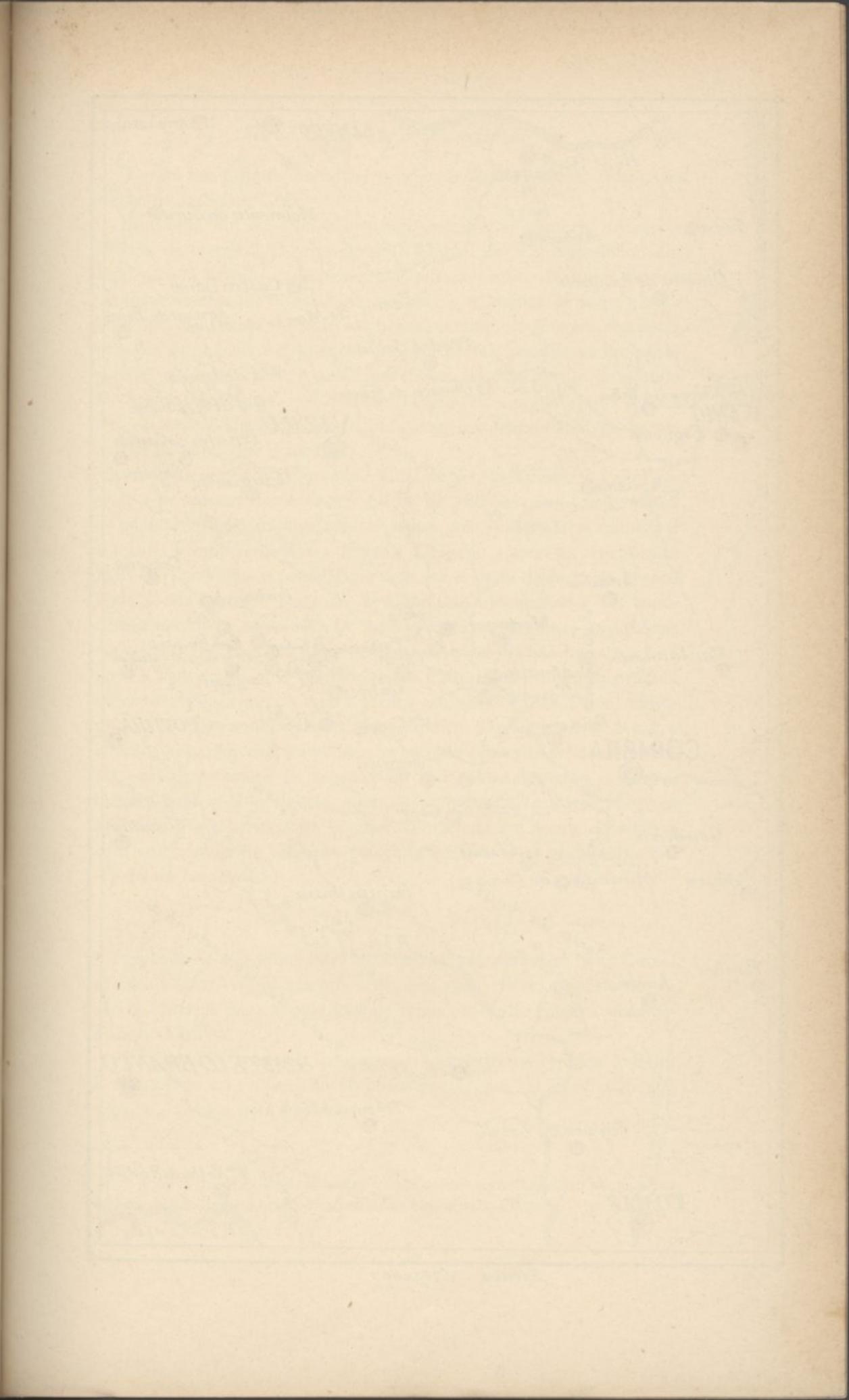
Os Arcebispos Governadores de Ilhas N.<sup>as</sup> aclamados pella nobreza em  
 azenha de Buque de Ilhas. Fazemos saber a Manuel de Saldaanha Poitor da  
 Universidade de Coimbra, que sabendo p.<sup>m</sup>. de Azeite, a nobreza e os seus de  
 cidade, apellidados por Ilhas de Ilhas N.<sup>as</sup> ao Buque de Baryana, e os seus  
 que se tem mandado e hama, e no de zendo, emitar mores, e escandolos termos  
 dado as ordens necessarias para seguir a fidelidade (como se tem com equidade), e  
 esta occupado o rebelly, e indomado de Ilhas, os soldados e abobanos que  
 occupam, e logo se entregad a fortaleza de abarra, e logo se  
 ordenamos, e mandamos, que ena fidelidade facad em os nos apellidando  
 ao Buque por Ilhas, e procedendo com toda a quietudade particular m.  
 nos e b.<sup>as</sup> e dantes, e de como se fez um se auiziam por b.<sup>as</sup> e m.<sup>as</sup> fomes  
 em Ilhas a 3 de Dezembro de 1640.

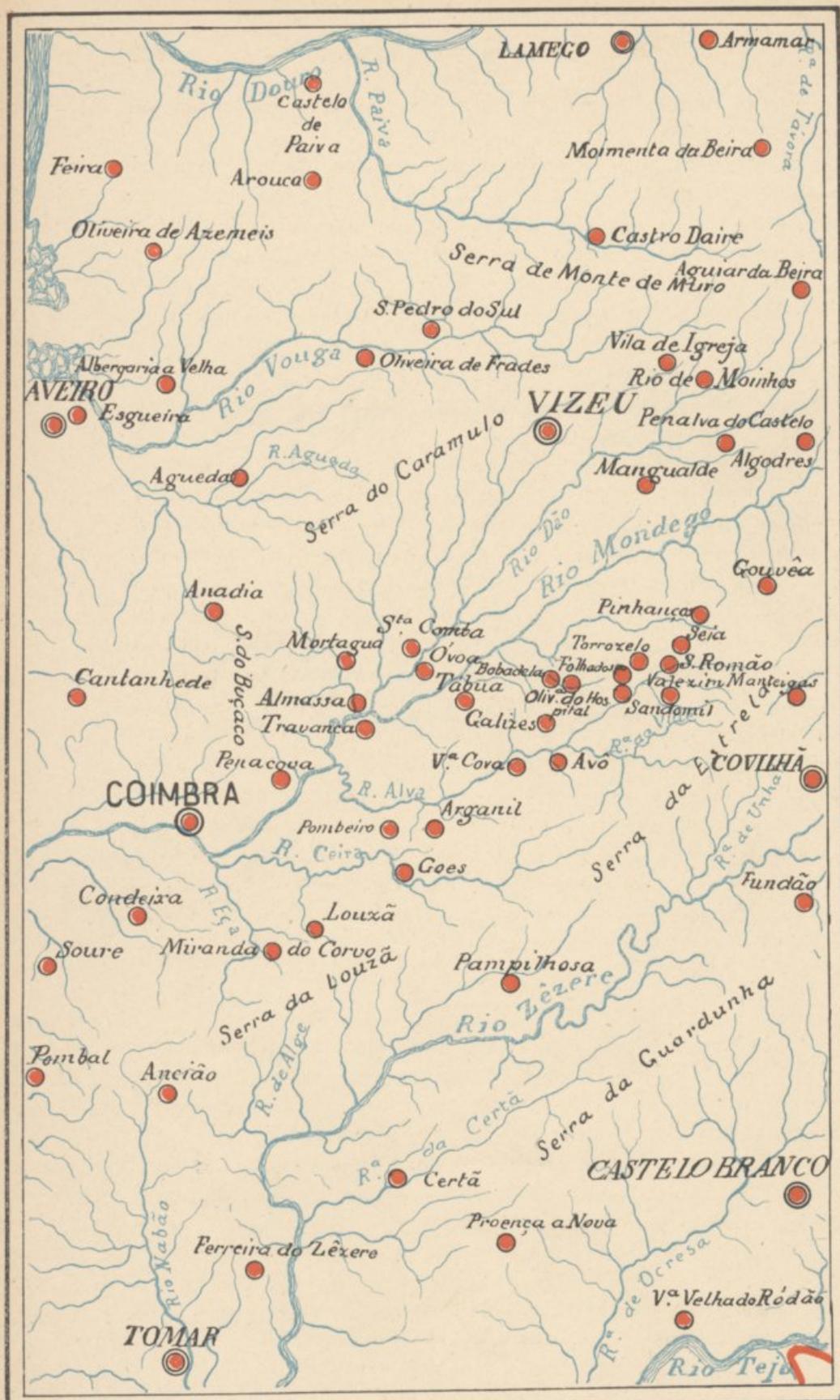
O. H. Arcebispo de Ilhas

O. H. Arcebispo de Ilhas

Dos Governadores de Portugal.

Amans al de Saldanha Peitor  
da Universidade de Coimbra





Escala 1:750.000

Foram em grande multidão, vitoriando sempre, até ao templo do mosteiro de Santa Cruz.

Entrando ali, deparou-se-lhes um espectáculo lúgubre. A igreja vestida de crepes. O prior-geral D. Miguel de S.<sup>to</sup> Agostinho, sentado na sua grande cadeira ao lado do altar-mór, de mitra branca de linho na cabeça, revestido de tunicela e dalmática de seda, casula e gremial de veludo, tudo de côr negra, cercado de cônegos regrantes ornados de pluviais e dalmáticas também pretas, pontificava em umas solenes exéquias. Era o 455.<sup>o</sup> aniversário do falecimento do grande D. Afonso Henriques. ; Coincidência notável! — ; Juntava-se a festa da restauração da nação portuguesa com a comemoração do passamento do herói que a fundara!

A missa ia pouco adiantada. Cantava o côro as palavras do Gradual — *In memoria aeterna erit justus, ab auditione mala non timebit* — quando a turba ruidosa e entusiástica, com o estandarte municipal à frente, irrompe pela igreja dentro. Chegado a meio da capela-mór, Luís Ferraz Velho expande mais uma vez a signa de brocado branco onde se via bordado o escudo de Coimbra, e inclinando-a em continência perante o túmulo de D. Afonso Henriques, repete as palavras rituais das régias aclamações, a que faz eco em brado ingente e unísono a multidão, à qual se associam os frades, que haviam suspenso os cantos litúrgicos. A missa parara também, e o D. Prior, substituídos os paramentos pretos por um rico pluvial branco, a mitra simples pela preciosa, empunhando na mão esquerda o báculo pastoral, desce majestoso os degraus do seu sólio, erguendo a dextra, ornada pelo anel prelatício, num gesto hierático, a traçar sôbre os fieis lentamente cruces de bênção. Estaciona em frente do altar, e com voz trémula de comoção principia então o hino gratulatório: — *Te Deum laudamus.*



Quando se passavam êstes acontecimentos, achava-se Brás Garcia escondido em Avô ou nas proximidades, para evitar a prestação de sérias contas à justiça, pelo grande crime praticado em Travanca-de-Farinha-Pôdre <sup>1</sup>.

De Coimbra a notícia propaga-se com extrema rapidez à Beira e chega logo ao esconderijo do nosso poeta, que sai imediatamente, e parte à pressa para Lisboa.

---

<sup>1</sup> A carta fronteira abrange a região onde nasceu e viveu o nosso poeta, e por onde se achavam disseminados os principais ramos da sua família.

Em quanto retirado a causa provo,  
 Se restaurão com subito estampido  
 Reyno antigo, & legitimo Rey novo  
 Em Querubico trono prometido.  
 Agoas involtas são voltas de Povo,  
 A que sahe todo Rêo, peyxe escondido;  
 Logo sahí da Patria pera a Corte,  
 Onde o caso passava desta sorte <sup>1</sup>.

E conta nas estâncias seguintes como se realizou a restauração.



Brás Garcia chegou a Lisboa poucos dias depois da entrada de D. João IV na capital. Já assistiu à pomposíssima cerimónia do juramento del-rei, acto que se realizou em magnificante pavilhão no Terreiro do Paço, no sábado 15 de dezembro; e quando, fremente de entusiasmo e comoção, viu nesta cerimónia Fernão Teles de Menezes, que exercia as funções de alferes-mór do reino, desenrolar o estandarte régio, e aclamar três vezes — *Real, real, por D. João IV, Rei de Portugal!* — bem longe estava de imaginar que, volvido apenas ano e meio, êsse mesmo homem havia de ter na vida dêle poeta um influxo nefasto e bem pouco simpático!

Fácil foi ao nosso herói encontrar na capital quem o apresentasse ao monarca, pois entre os próprios chefes da revolução tinha amigos velhos, officiais a cujo lado combatera no Brasil; bastará especializar, entre todos, a D. Álvaro de Abranches da Câmara, que, desde o dia 2 de dezembro, estava governando o castelo de S. Jorge, enquanto não chegasse o conde de Monsanto, que por antigo direito de família era o alcaide-mór de Lisboa. Matias de Albuquerque, que fôra comandante de Brás na defesa de Pernambuco, assim como outros nobres da côrte seus conhecidos podiam igualmente prestar-lhe êste serviço.

No espírito do nosso poeta ficou desde então; para sempre, gravada uma profunda impressão de respeito, de admiração, de amor pela pessoa de D. João IV <sup>2</sup>. Teve ocasião de observar

Quã grande coração arde no peyto  
 Do grã Duque.....<sup>3</sup>

<sup>1</sup> V. T. xv, 70.

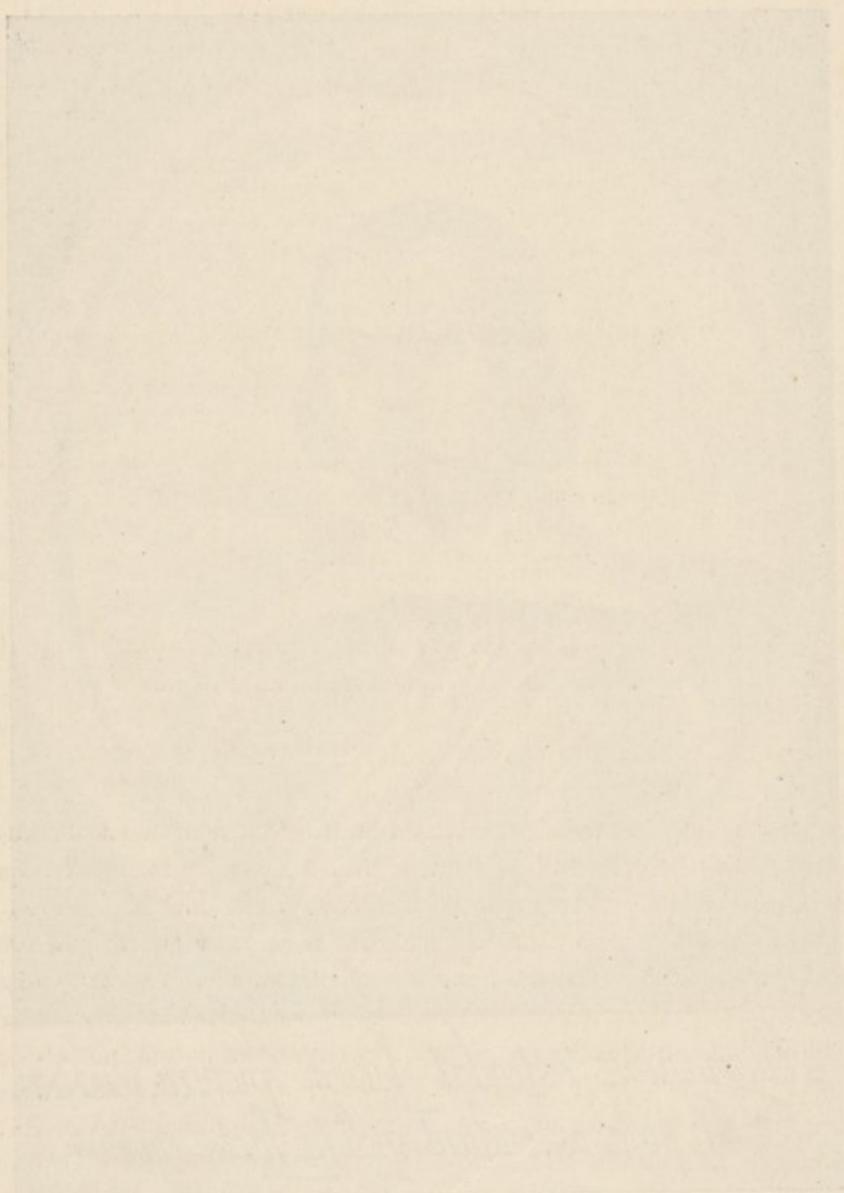
<sup>2</sup> O retrato de D. João IV, que se vê na fronteira estampa, é reprodução duma gravura que se encontra à frente da *Lusitania liberata*, e que se imprimiu em outras publicações da época. Foi desenhado em 1644, quando o monarca contava 40 anos de idade.

<sup>3</sup> V. T. xv, 82.



*Magnanimi, ostendit faciem pictura, IOANNES,  
At sola ostendunt inclita facta animum.*

El-Rei D. João IV



ja exalçado ao trono de Portugal; e apesar de não assistir às festas, que se fizeram em Lisboa após a sua chegada de Vila-Viçosa, na quinta feira 6 de dezembro, é certo que Brás se encheu de entusiasmo ao descreverem-lhas, sentindo impressões semelhantes às que teria se a elas fosse presente.

Com lingoas de Vulcano o mar o acclama,  
A terra com mil vivas o apposenta  
Dentro dos corações, que amor inflâma  
Na gozada presença, que os alenta.  
Publica-se por Pay, filhos os chama,  
Preeminencia que só goza, & sustenta  
O Luso Imperio, que outro não gozàra,  
Se o legitimo Pay lhe não faltára <sup>1</sup>.

Se em tempo de Gentios florecera,  
Adorado por Deos em vida fora,  
Pois a Christã Nação, que recupera,  
Faz em parte esquecer do Deos, que adóra.  
Com especie Gentilica o venera  
Todo o Viandante, que se encontra fóra,  
Que em vez de «Deos vos salve», dizem — «Viva  
El Rey Dom João, que a Patria descativa» <sup>2</sup>.



Fizera-se felizmente a revolução que depôs do trono de Portugal a Felipe IV, e nele colocou o duque de Bragança; mas a restauração da nacionalidade portuguesa não passava ainda dum *desideratum* a realizar. ;E que requintes de cuidado, de tino, de finura, que extremos de prudência, firmeza e energia não demandava o govêrno nêsses primeiros tempos, em que era necessário organizar todos os serviços, aproveitar todas as forças, conjurar os numerosíssimos perigos que surgiam a cada passo, cuidar da defesa interna e externa do país!

Mas a tudo se vai atendendo com admirável acêrto e enorme fortuna.

São convocadas para o dia 28 de janeiro immediato côrtes gerais, a fim de legalizarem e sancionarem a nova ordem de coisas, e para nelas se adoptarem as medidas exigidas pelas circunstâncias de occasião; mas ao mesmo tempo vai-se tratando dos assuntos mais urgentes, qual o de organizar o exêrcito, pois Portugal estava sem soldados, sem armas, sem munições, sem dinheiro.

<sup>1</sup> V. T. xv, 95. — <sup>2</sup> Ibid. 98.

Grande número de nobres andavam sistematicamente afastados pelo govêrno madrileno; uns recolhidos às suas casas na província, outros a lidarem pelo estrangeiro, na Espanha, em Flandres, na Itália, para onde haviam sido arremessados pelo leão castelhano. Muitos dêles, apenas tiveram conhecimento da aclamação do duque de Bragança, vieram convergindo para Lisboa, a apresentarem-se ao novo monarca; alguns porêem houve que se passaram para Madrid, pondo-se ao serviço de D. Felipe <sup>1</sup>.

Estabeleceu-se desde logo junto do monarca português, para tratar dos assuntos militares, um tribunal especial, o Conselho de Guerra, que tinha por missão estudar e discutir as matérias da sua competência, apresentando as suas consultas a el-rei.

Foi de opinião êste conselho, desde o principio, que se nomeasse logo toda a officialidade necessária, e que esta tratasse em seguida de fazer levas de gente, organizando-se assim rãpidamente o exêrcito. Chegou até a apresentar uma longa lista de pessoas, que deviam ser nomeadas para os cargos e postos militares. Os generais comandantes já haviam sido escolhidos, por isso a lista abrangia agora os mestres-de-campo, os sargentos-môres e os capitães tanto de cavalaria como de infantaria. Acompanhavam essa lista as respectivas patentes, para serem assinadas pelo rei.

Mas D. João IV recusa-se a assinar os diplomas e manda advertir ao conselho que *hauerá m.<sup>tos</sup> fidalgos, pessoas nobres, e soldados, q̄ militarão no Brasil, que folguem de seruir a sua custa, esperando que êle monarca os premie e lhes faça merçe por outros meos*. Esta resolução é comunicada ao conselho, que dela toma conhecimento a 23 de dezembro; e insiste na necessidade que há de serem nomeados imediatamente os officiaes propostos, *q̄ ainda assy não enchem o n.º da dottação de cada exercito, e ficão hua grão parte de lugares que prouer aos generais nas pessoas dignas q̄ acharem nas Prou.<sup>as</sup> q̄ vão gouernar... para de aqui se lhes emuiarem suas patentes, e supposto q̄ as q̄ vão a assinar a V. Mg.<sup>de</sup> digão que hão de hauer o soldo que lhes pertence, he stilo e calidade cõ q̄ se honrão as pessoas a q̄ se dão*

---

<sup>1</sup> Houve desde o primeiro momento da restauração, tanto por parte dos patriotas revolucionários como por parte do próprio rei, todo o cuidado e empenho em atrair não só os portugueses que andavam mal vistos por Castela, mas ainda aqueles que haviam caído em graça a D. Felipe e aos seus ministros, de quem tinham recebido mercês. Os exemplos são numerosos. A carta régia, que aqui se reproduz, mostra-nos que, apesar das altas mercês recebidas da cõrte de Madrid por Manuel de Saldanha, reitor da Universidade de Coimbra, e que deviam torná-lo suspeito a D. João IV, êste o acarinha, e o confirma no cargo de confiança de prelado da Universidade, para que fõra nomeado por D. Felipe.



Bozley

A Manoel de Salchanda do seu conse  
lho e Rector da Universidade de Coimbra

as ditas patentes q̄ não obrigão a V. Mg.<sup>de</sup> a mais que ao q̄ for possível conforme ao estado presente. Responde el-rei em data de 29 do mesmo dezembro, que por agora, ate ver o numero de gente q̄ se podera leuantar no Reino, e adonde conuira acudir primeiro com ella, se pode dilatar o prouimento de tantos officiaes, como ha de hauer em tres exercitos, e a grande despesa que será forçoso fazer com elles, consumindo o cabedal q̄ se ha de hauer mister para ao diante; e ordena ao conselho que proponha de novo alguns nomes, para dêles escolher até doze Capitães, q̄ se enuiem a diferentes lugares a leuantar gente, devendo nessa proposta especificar-se per maior os seruiços e partes de cada hum<sup>1</sup>.

A proposta fez-se, em conformidade com o mandato régio, e nela ia incluído o nome de Brás Garcia de Mascarenhas para capitão de infantaria do exército da Beira. É pena que se tenha extraviado êste documento, porque dêle constavam certamente os serviços militares prestados pelo poeta no Brasil, e o valor dêsses serviços; mas apesar de todos os esforços que eu, e antes de mim os sñrs. general Brito Rebelo e Pedro de Azevedo, empregamos a buscá-lo na Torre do Tombo, tal documento não appareceu, mas apenas referências a êle.



As fronteiras de Portugal fôram divididas em *partidos*, em secções se diria em linguagem moderna, nomeando-se para o comando ou governo dêsses partidos os cabos de guerra de mais experiêcia e valor que então havia.

Para o da Beira, que é o que agora mais nos interessa, foi primeiramente nomeado D. Fernando de Mascarenhas, conde da Torre<sup>2</sup>, que nos fins de 1638 partira de Lisboa como capitão-general da armada portuguesa, que ia para expulsar os holandeses de Pernambuco, levando patente de governador do Brasil. No regresso, em 1640, encontrou uma ordem de prisão contra si, passada pelo govêrno castelhano, e foi internado na torre de S. Julião, perdido o título e todas as mercês anteriormente recebidas. A êle, que ainda ali se conservava prêso em dezembro, se deve a resolução tomada pelo governador da fortaleza, tenente D. Fernando de la Cueva, de a entregar ao fim de mais duma semana de resistêcia, no dia 12 dêste mês.

Em conselho de guerra, a 25 de dezembro, lembra-se a el-rei a

<sup>1</sup> T.T. — Consultas do Conselho de Guerra, maço 1, n.º 12; — cf. Doc. XXXVII.

<sup>2</sup> T.T. — Consultas do Conselho de Guerra, maço 1, n.º 17.

conveniência de recomendar ao conde que com toda a brevidade parta para a Beira, a dispôr o modo de defêsa daquela provincia. Responde D. João IV, a 8 de janeiro de 1641, que já lhe dera essa ordem; mas, como as distâncias são grandes, determina que os lugares da comarca de Castelo-Branco sejam confiados a D. Fernando de Meneses (conde da Ericeira), com o título de general, e os das outras comarcas ao conde da Torre <sup>1</sup>. Mas esta ordem não chegou a cumprir-se. A 15 de janeiro é nomeado capitão-general de todas as comarcas da Beira e dos seus exércitos, que iam formar-se, D. Álvaro de Abranches da Câmara <sup>2</sup>.

Trata-se em seguida de organizar os terços e formar as companhias, começando por nomear a sua officialidade, de acôrdo certamente com o general.

No dia 24 do mesmo mês de janeiro fôram nomeados capitães de infantaria: — Brás Garcia de Mascarenhas <sup>3</sup>, Duarte de Miranda Henriques, António da Gama de Vasconcelos, Manuel Teixeira Homem, Rui Teles de Meneses, Marco António de Azevedo, Manuel da Gama, Francisco do Rego, João Fialho, António de Andrade Gambôa, D. Marcos da Câmara, Leonardo Freire Baracho, André de Azevedo; e capitães de cavalaria: — Rui Tavares de Brito e Diogo de Tovar <sup>4</sup>.

A 25 saíram nomeados sargentos-móres dos terços, que se mandaram formar na Beira, Belchior Lobato da Costa, Pedro da Vide Fortes, Rodrigo Soares Pantoja e Fernão Teles Cotão <sup>5</sup>; e ajudantes, a 26, Valentim de Azevedo e António Cerveira Telo <sup>6</sup>.

Não ficaram por aqui as nomeações de officiais para o exército da Beira. A 29 é passada patente de mestre-de-campo-general ao sargento-mór Manuel Lopes Brandão <sup>7</sup>; a João de Saldanha, fidalgo da C. R., de tenente-general de cavalaria <sup>8</sup>; e a Cristóvão de Sá de Mendonça de confirmação do posto de capitão de cavalos da comarca da Guarda, para que o havia nomeado o coronel das comarcas da Beira, Diogo de Mendonça Furtado <sup>9</sup>.

Alguns dêstes officiais não chegaram a exercer os seus postos, sendo desde logo substituidos por outros, por motivos que não posso determinar.

<sup>1</sup> T. T. — *Consultas do Conselho de Guerra*, maço 1, n.º 17.

<sup>2</sup> Doc. XXXVIII. — <sup>3</sup> Doc. XXXIX.

<sup>4</sup> Notas colhidas na Torre do Tombo, nos registos do *Livro 1 da Secretaria do Conselho de Guerra*, pelo sr. general Brito Rebelo.

<sup>5</sup> T. T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. 1, fl. 24 e 24 v.º.

<sup>6</sup> *Ibid.*, fl. 25 v.º. — <sup>7</sup> *Ibid.* — <sup>8</sup> *Ibid.* — <sup>9</sup> *Ibid.*, fl. 26.



O general D. Alvaro de Abranches partiu de Lisboa ao expirar o mês de janeiro, e trouxe consigo os seus officiaes, cujo quadro definitivo transcrevo do livro publicado em Lisboa em 1644 com o titulo — *Successos militares das armas portuguezas em suas fronteiras depois da Real acclamação contra Castella. Com a geografia das Pro-uincias, & nobreza dellas. A ElRey Nosso Senhor. Pelo Doutor IOÃO SALGADO DE ARAUJO Abbade de Pera.* É muito interessante e cheio de noticias fidedignas êste livro, ao qual recorrerei muitas vezes no deslizar do presente capítulo. Nêle se encontram narrados vários feitos do nosso poeta na campanha da Beira, referências essas que teem para nós valor muito especial, pois foram lidas pelo próprio Brás Garcia, que implicitamente as confirmou no grande elogio que fez ao autor da obra, a quem cognominou *Tito Livio desta idade.*

A Beyra a deve <sup>1</sup> às letras, vigilancia,  
Raro ingenho, & pericia veterana  
Do Doutor João Salgado, digno Abbade  
De Péra, Tito Livio desta idade <sup>2</sup>.

O quadro completo da officialidade que D. Álvaro de Abranches trouxe de Lisboa é, segundo a relação do dr. João Salgado <sup>3</sup>, o seguinte:

- *Mestre-de-campo-general*: Vago.
- *Tenentes-generais*: João de Saldanha de Sousa, da cavalaria; Manuel Lopes Brandão, da infantaria.
- *Sargentos-móres*: Belchior Lobato da Costa, Fernão Teles Co-tão, Pedro da Vide Fortes, Rodrigo Soares Pantoja.
- *Capitães de cavalaria*: Rui Tavares de Brito, Diogo de Tovar, Brás do Amaral Pimentel, Cristóvão de Afonseca Cardoso, Cristóvão de Sá de Mendonça.
- *Capitães de infantaria*: Brás Garcia de Mascarenhas, Manuel Teixeira Homem, D. Marcos da Câmara, João Fialho, Victório Zaga-lo, Marco António de Azevedo, António da Gama, André de Aze-

<sup>1</sup> A Beira deve a cidade de Numância ao dr. João Salgado, que a fl. 110 e segg. do referido livro procurou demonstrar, com grande aparato de erudição, que aquella cidade fôra situada não longe do rio Douro, em Namão ou Numão, meia légua a levante de Freixo de Numão.

<sup>2</sup> V. T. v, 14.

<sup>3</sup> *Successos militares*, fl. 115.

vedo, Miguel Álvares Galvão, João Correia de Sousa, Francisco do Rego, António de Andrade de Gambôa, Luís da Cunha.

A êste quadro ainda fôram adicionados, depois da chegada do general à Beira, os capitães seguintes:

Damião Botelho, Estêvão de Nápoles, António de Saldanha, Diogo de Brito, Jerónimo Botelho Rangel, António de Albuquerque.



No dia 5 de fevereiro chegou a Coimbra D. Álvaro de Abranches com os seus officiais, e dali partiram sem demora para Viseu<sup>1</sup>, donde seguiram para Trancoso<sup>2</sup>. Nesta vila consagraram com uma campa comemorativa a memória do sapateiro-profeta Gonçalo Anes Bandarra, cujo nome, vinculado às canções que lhe eram atribuídas, contribuiu muito para a preparação do movimento restaurador.

De Trancoso passaram a Pinhel, que naquela época do ano era excessivamente nevoento e frio; lá admiraram duas monstruosas peças de artilharia, de bronze, que constituíam uma notabilidade daquela praça, tão grandes, que um homem podia entrar por elas, inclinando-se apenas.

Em Pinhel estacionou algum tempo o general, despedindo de lá os seus capitães de cavalaria e de infantaria, a fazerem levar por várias partes; e entretanto foi aproveitando o tempo a ordenar a reparação dos meios de defêsa da cidade e do castelo. Recebeu aqui a visita de numerosas pessoas da primeira nobreza da Beira,

<sup>1</sup> A carta, que acompanha esta página, abrange a região das fronteiras portuguesa e espanhola compreendida entre os rios Douro e Tejo. O traço vermelho indica a raia de Espanha.

<sup>2</sup> Abstenho-me nesta narrativa de apresentar muitas citações de fontes, para evitar que ela se torne impertinentemente fastidiosa. Direi apenas, de maneira geral, que as notícias dos factos narrados são colhidas, já nas relações impressas que, como folhas volantes, saíram em grande quantidade à medida que os successos da guerra se iam desenrolando, já em livros que fôram successivamente aparecendo, entre os quais mencionarei, a título de exemplo, os seguintes:

— DR. JOÃO SALGADO DE ÁRAÚJO, *Successos militares* etc., já citado;

— D. ANTÓNIO DE SOUSA MACEDO, *Lusitania liberata*, já indicado também;

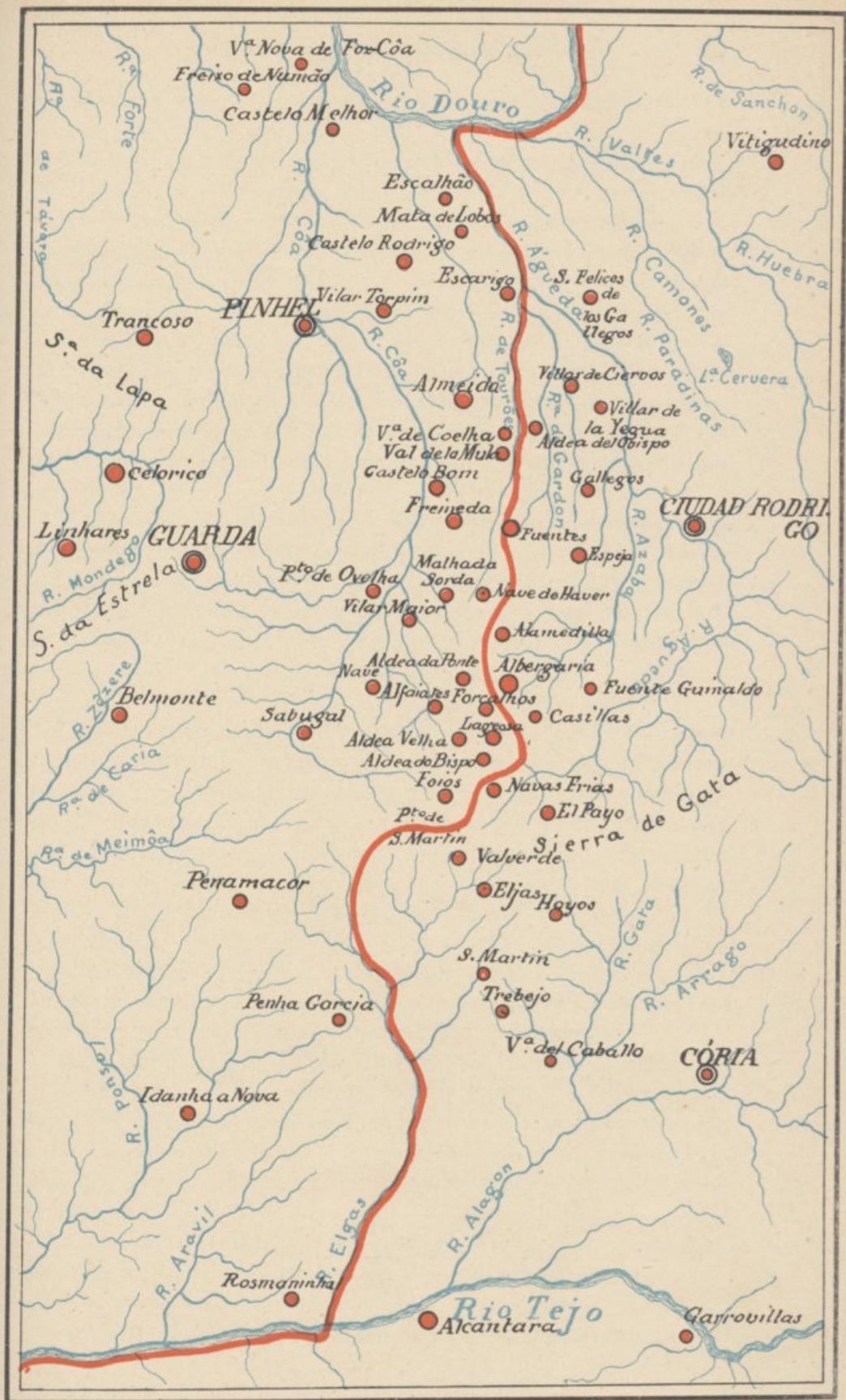
— D. LUÍS DE MENESES, CONDE DA ERICEIRA, *Historia de Portugal restaurado*, idem;

— FARIA E SOUSA, *Epitome de Historias portuguesas*;

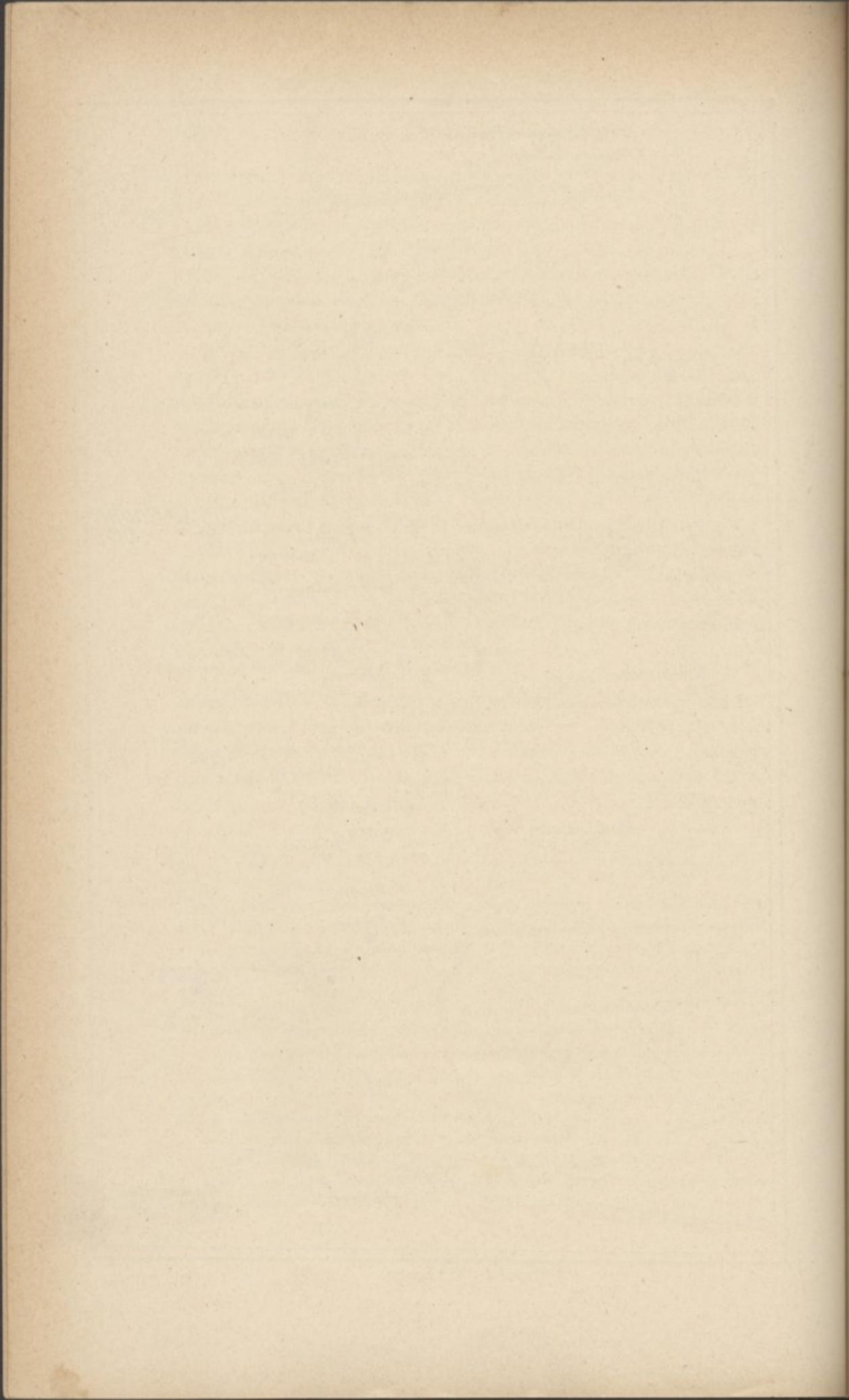
— PASSARELLO, *Bellum Lusitanum, ejusque regni separatio*;

— SEYNER, *Historia del Levantamiento de Portugal*;

— RODRIGO CABRAL (tradutor) — *Relação política das mais particulares acções do conde-duque de Olivares*.



Escala 1:750.000



que se lhe vieram oferecer para se alistarem como voluntários no exército.

Vai depois a Almeida, praça de grande importância para a defesa desta província. Fronteira a Ciudad-Rodrigo, é uma sentinela que vigia um dos passos mais acomodados à entrada dos castelhanos. A fortaleza, com as suas torres e castelo, com os seus reductos, portas e pontes levadiças, encontrava-se em péssimo estado, parte em ruínas, parte oferecendo más condições de defesa. Viu a gente da Beira a importância desta praça; e apenas tiveram conhecimento da notícia da restauração, bastantes pessoas da nobreza e do povo, umas de Pinhel, outras de várias terras da região, correram a Almeida, e auxiliaram muito o alcaide-mór D. Francisco de Lemos Ramiro nas réparações urgentes a fazer, e bem assim nos cuidados de reparação e guarnição.

D. Álvaro, à sua chegada, encontrou toda essa gente a trabalhar com grande diligência, embora com falta de método, pois a dedicação patriótica e bôa vontade, que superabundava, não supria a falta de experiência e de conhecimentos técnicos, que escasseavam em todos.



Dizia-se, ignoro o fundamento, que na Guarda e em Pinhel, assim como em Almeida e Sabugal, havia pessoas, algumas da própria officialidade da guarnição daquelas praças, que mereciam pouca confiança. Em trato íntimo e quotidiano com os vizinhos espanhóis, tendo interesses que os vinculavam ao anterior estado de cousas, confiando mui pouco na estabilidade da restauração, essas pessoas, no dizer das denúncias, mantinham inteligências com os agentes de Diogo Soares, que, segundo vimos, fôra secretário de estado de Portugal em Madrid. Eram portugueses perigosos, pois estavam oculta-mente a serviço de Castela, e aguardavam ocasião, segundo corria, para darem entrada por aquelas praças às tropas espanholas.

Mal havia partido de Lisboa D. Álvaro de Abranches, quando elle recebe communicações confidentiais dêste facto grave. Escreve em data de 17 de fevereiro uma carta ao general enviando-lhe três papeis com revelações e denúncias, e recomendando-lhe todo o cuidado e vigilância sobre certos indivíduos, nominalmente designados nesses papeis <sup>1</sup>.

¿Que fazer? Dissimular, estar atento, e ir pouco a pouco substituindo o pessoal dessas guarnições por outro de maior confiança.

<sup>1</sup> T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. 1, fl. 35; — cf. fl. 31 v.º.

Era para isso necessário deixar recolher os capitães com as levas que lhes mandou fazer; teria depois gente capaz, a quem incumbisse de comissões as mais graves e melindrosas.



Estava o general em Almeida, havia apenas alguns dias, e eis que inesperadamente se lhe apresenta o capitão Brás Garcia de Mascarenhas á frente duma companhia de 183 soldados; ; mas que soldados! valentes, desempenados e muito bem postos, *os mais deles gente nobre, & todos luzidos e alentados*<sup>1</sup>.

; Havia decorrido um mês sòmente desde que D. Álvaro o despedira de Pinhel com a incumbência de levantar a companhia! Foi de todos os capitães o primeiro a apresentar-se, e certamente nenhum outro conseguiria organizar uma companhia equiparável a esta.

O general, que se achava ansioso pelo regresso dos capitães, ficou satisfeitíssimo, e abraçou com entusiasmo o seu amigo e subordinado.

; Como conseguira o nosso capitão realizar êste milagre de levantar num mês, e apresentar disciplinada, uma companhia tão aguerrida e tão luzida? Pondo em prol desta empresa todo o seu entusiasmo patriótico, toda a sua eloquência, todo o seu enorme poder de sugestão. Bate à porta de todas as famílias suas parentas ou das suas relações, fala, roga, insiste, discute, exalta-se, persuade, ameaça, descompõe, e por fim arrasta muitos após si à defêsa da pátria.

Escutêmo-lo a discorrer em verso sôbre o mesmo têma, que desenvolvia nessas discussões de propaganda.

Todo Luso Varão de posto, & fama,  
 Se achou nesta batalha, & mostrou nella  
 Todo o valor, & brio; que quem ama  
 O bem da Patria, acode a defendela.  
 Quem repousar se deyx a em branda cama,  
 Em quanto, o que a defende, em campo vela,  
 Sem à Fronteyra ir cedo, nem tarde,  
 Ou Castelhana hê, ou hê covarde.

Nem todos podem ir, que muytos ficão  
 De muy licitas causas embargados;  
 Nem quando poucos Inimigos picão,  
 E voão, podem logo ser buscados.  
 Porem quando as ruins novas se publicão

---

<sup>1</sup> SALGADO, op. cit., fl. 116.

De que alguns muros nossos tem cercados,  
O que causa não tem, nem vay asinha,  
Ou não hê Portuguez, ou hê galinha.

Hereditario hê o brio antigo  
De a Patria soccorrer quando hê opprimida:  
Bem se vé nesta entrada do Inimigo  
De toda Lusitania soccorrida.  
Etc.....<sup>1</sup>

E depois, em refôrço da sua argumentação, apela para as lições e exemplos de que a história pátria está cheia. Quando nela se manifesta *cisma*, isto é, quando ela se encontra em perigo pela divisão dos seus filhos, aparecem logo, ao lado de alguns traidores, muitos bons portuguezes a defendê-la.

Tragico assumpto neste canto offrece  
A Musa humilde, historia escandalosa,  
Que entre tantas presas mal parece  
Cantar huma treyçam ignominiosa;  
Mormente quando o seculo escurece  
Aquelle resplendor, que a Patria gosa,  
De não ter parallelo na lealdade  
Manchada por vil Cisma em nossa idade.

Cisma o posso chamar com fundamento,  
Padecido da Patria cinco vezes,  
Donde por erro só do entendimento  
Vacillão na fé Regia os Portugueses.  
Mostrarem-se leais foy seu intento,  
Que como se não acha ouro sem fezes,  
Errando contra seus proprios senhores,  
Incorrem na ignominia de treydores.

Em todos estes Cismas se irá vendo,  
Que se alguns a lealdade escurecerão,  
Outros por ella estão resplandecendo  
Na Coroa, a que esmalte illustre derão.  
No que Teresa ao filho foy movendo,  
Em que tantos Leoneses perecerão,  
Hum Moniz a Coroa assegurando,  
Nella está, qual Carbunculo brilhando.

No de Sancho, & de Affonso, se enriquece  
Com Diamantes de preço, & formosura  
Hum illustre Pacheco, a que ennobrece  
A Truta, que o salvou por grã ventura,  
Hum Freytas, que a seu Rey defunto offrece

<sup>1</sup> V. T. x, 125-127.

As chaves no sepulchro, em que o procura,  
Que a cadaver Real Portuguez peyto  
Até na sepultura tem respeyto.

No do primeyro João resplandecendo  
Por Topazios estão dous Nunos raros,  
Hum Pereyra, que sempre foy vencendo  
Castella, fóra, & dentro em seus reparos;  
E hum leal Ataide, que excedendo  
Foy de toda a lealdade os feytos claros,  
Porque à vista do filho, & do Castello,  
Á morte se entregou, por defendelo.

No de Antonio, & Philippe o cauteloso  
Amatistos da patria a matizaraõ  
A sangue frio: tanto de ambicioso  
Jugo, que lhe puseraõ, se ciaraõ!  
Resplandece a saphira do Vimioso  
Entre os que mais o bem cõmum zelaraõ,  
Se mal afortunado no successo,  
A má fortuna lhe não tira o preço.

Neste presente muytos Lusitanos  
Seus Rubiz foraõ, quando, bem que tarde,  
A passarão de intrusos Reys Hispanos  
Á cabeça de El Rey que Deos nos guarde,  
Jacintos saõ soldados veteranos,  
Que do sangue, & valor fasendo alarde,  
Nas fronteyras, que ousados lhe sustentaõ,  
Mais pedras muy preciosas lhe accrescentaõ.

Mais Granates muy luzidos pudera  
Nesta bella coroa ir engastando,  
Que por suas conquistas reverbera  
A luz, que em varias partes lhe estão dando:  
Basta mostrar, que quando não ouvera  
Estes cismas, que fomos apontando,  
Em todo Portugal se não achara  
Homem, que contra o sceptro armas tomara.

Se Vermuys, & Dom Pedro as empunharão  
Contra os Reys, de quem erão taõ parentes,  
Foy por falsas treyçoens, que lhe imputaraõ,  
Sendo ambos em tais culpas innocentes.  
Em casos semelhantes aggravarão  
Pera Marte aggravados confidentes,  
Que aquelle que Armas tem à sua conta  
As afronta<sup>1</sup>, se não se desafronta.

---

<sup>1</sup> Está «afrontas» na 1.<sup>a</sup> ed. do *Viriato Trágico*, o que é êrro manifesto, já emendado na 2.<sup>a</sup>

Em todas as Nações ouve desgraças  
 De treydores, de inveja, & de interesse,  
 Que Reys matarão, que venderão Praças;  
 Não ouve Portuguez, que tal fizesse.  
 Em vam, pobre Castella, estudas traças  
 De enganar, & attrahir quem te conhece:  
 Ellas te derão o que tens perdido,  
 Porque achaste a Viuva sem Marido.

Já agora Lusitania está casada,  
 E o Marido, que tem, não te recea,  
 Etc.....<sup>1</sup>.

Foi na sua pátria que o capitão Brás levantou a companhia; na região onde se criou, onde conhecia muita gente e tinha muitos parentes e amigos, dispostos a ouvi-lo, e que confiavam nas suas palavras e conselhos: se a outra região fosse fazer a leva, não seria tão bem sucedido. Bem notou êle no seu poëma que foi por igual razão que Dictaleão, Aulaces e Minuro, discípulos de Viriato, na guerra com os romanos conseguiram em poucos dias levantar milhares de soldados.

.....  
 Homens de grã valor, & de maduro  
 Conselho, & de tal Mestre aconselhados  
 No que avião de obrar, pera mostrarem,  
 Que dignos erão de Armas governarem.

Nova lista fizerão, facilmente  
 Se lhe agregarão muytos dos primeyros,  
 Porque dentro na Patria faz mais gente  
 Hum natural, que trinta forasteyros.  
 Sequito grande, & grande expediente  
 Achão, & dão a tudo os tres Guerreyros,  
 Em poucos dias com presteza estranha  
 Pondo muytos mil homens em campanha<sup>2</sup>.

É de lamentar que se não conheça nominalmente quasi nenhum dos soldados alistados por Brás na sua companhia. Conta o dr. Albino de Abranches Freire de Figueiredo, no prefácio à 2.<sup>a</sup> edição do *Viriato Trágico* por êle publicada, que *existiam no cartório do convento das freiras de Pinhel (onde então estava uma parente de Braz Garcia Mascarenhas) esclarecimentos relativos a esta companhia, que foram recolhidos, segundo lhe constou, pelo curioso antiquario, bispo que foi daquela cidade, D. José de Mendonça Arraes, parente do*

<sup>1</sup> V. T. vi, 1-11. — <sup>2</sup> V. T. xvi, 31-32.

poeta<sup>1</sup>, e de alguns dos que então militavam com elle. ; Que pena terem-se perdido, como supponho, essas notícias, que o benemérito dr. Albino procurou debalde descobrir!<sup>2</sup>.

Eu apenas tenho conseguido identificar dois dêsses soldados, pelas referências feitas em apontamentos genealógicos que existem na casa de Folhadosa, e na dos Soares de Albergaria de Avô. Sam êles:

— *António de Brito da Costa*, de Oliveira-do-Conde, neto de Brites Marques, tia paterna de Brás, e por isso primo dêste, vindo mais tarde a ser capitão-mór de Oliveira-do-Conde e de Currelos<sup>3</sup>.

— *António Madeira da Costa*, de Avô, dez anos mais novo do que o poeta, tio da que veio a ser mulher dêste, avô de Bento Madeira de Castro (o primitivo editor do *Viriato Trágico*), e quinto avô da senhora Marquêsa de Pomares<sup>4</sup>.



Quando Brás Garcia chegou a Almeida à frente da sua companhia, achava-se D. Álvaro embaraçado com os reparos e fortificações daquela praça, pois não tinha ninguêem com conhecimentos técnicos para delinear e dirigir tais obras, embora superabundassem as boas vontades.

O capitão Brás, dotado de grande talento, curiosidade e estudo, não era leigo em engenharia militar, ou em *arquitectura*, como então se dizia<sup>5</sup>, e tivera além disso experiência e prática destas construções durante a campanha do Brasil. Foi por mais essa razão a sua vinda

<sup>1</sup> Era efectivamente parente do poeta, mas muito afastado. Pertencia à família da mulher de Brás, pois era descendente de sua prima co-irmã D. Teodora Madeira da Costa, c. c. António da Costa, de Oliveira do Hospital, pela filha dêste casal D. Mariana da Costa, casada em Sandomil com Cosme Fernandes de Abreu (Vid. *Not. geneal.* III, III a 2).

<sup>2</sup> Doc. CXVIII.

<sup>3</sup> *Not. geneal.* I, IV c' 1; — *Esq. geneal.* I, D, e E.

<sup>4</sup> *Not. geneal.* III, III c, — VIII c 2; — *Esq. geneal.* II, A, B, BA.

<sup>5</sup> Escreveu o poeta:

A architectura honra as outras Artes:  
Muros, Portas, Sortidas, Esplanadas,  
Cavalleyros, Sortidas, Baluartes,  
Rebelins, Cavas, Pontes, Estacadas,  
E outras mil invenções em varias partes  
Fabrica com primor descortinadas:  
Toda se applica à Guerra defensiva,  
Nos sitios participa da offensiva.

festejada, e o general encarregou-o de dirigir as obras, ficando a sua companhia a guarnecer a praça <sup>1</sup>; e como ainda não tivessem chegado os outros capitães com as suas levas, D. Álvaro aproveitou a pouca gente da antiga guarnição para formar uma pequena escolta de cavalaria e infantaria, com a qual partiu para Castelo-Rodrigo <sup>2</sup>.

Quatro avisos recebeu êle, nesta viagem, a anunciarem-lhe que o duque de Alba, governador de armas do exército espanhol no partido de Ciudad-Rodrigo, reunia gente à pressa, parecendo que se preparava para uma incursão, talvez para queimar e destruir alguns lugares da nossa fronteira.

— *Que se retirasse*, lhe aconselhavam alguns oficiais, porque, trazendo consigo tão pequena força, imprudência indesculpável seria o expôr-se a uma derrota quasi certa, desairosa para um general.

— *Mas é que eu não estou aqui como general*, responde D. Álvaro, *senão como soldado, que não sabe virar as costas ao perigo. ; Ávante, soldados!*

E passou a fronteira, internando-se um pouco pelo território espanhol, a vêr se o inimigo lhe saía ao encontro; mas absteve-se de causar o mais leve dano aos habitantes pacíficos da região, que agricultavam as suas terras e apascentavam os seus gados.

O inimigo não appareceu. Fôra rebate falso.

Ainda D. Álvaro se encontrava em Castelo-Rodrigo, quando lhe noticiam que um bando de espanhóis haviam passado a fronteira ali perto, a N.-E., e que entrando no logar de Mata-de-Lobos queimaram tudo e mataram muita gente. Era tão preciso e circunstanciado o aviso, que o general acreditou. Chegaram nesta ocasião dois dos seus capitães, Luís de Ataíde e Manuel Teixeira Homem, com as companhias que haviam acabado de levantar, e que, sabendo da presença do general em Castelo-Rodrigo, para ali se dirigiram, em vez de irem para Almeida. Aproveitou-os, mandando-os seguir immediatamente em perseguição do bando; mas logo em seguida vem novo aviso a desmentir a anterior notícia.

Por enquanto os espanhóis nesta fronteira não tinham exército que os autorizasse a tomar uma attitude offensiva.



Deixara o general ordem em Almeida, que as companhias que fôsseem chegando ali aguardassem o seu regresso; e assim se fez.

<sup>1</sup> SALGADO, op. cit., fl. 117. — <sup>2</sup> Ibid.

Ao voltar já encontrou mais seis companhias, todas bem compostas, levantadas pelos capitães beirões.

Soube então que na povoação espanhola de Aldea-del-Obispo se notava um movimento desusado de gente, donde provinha a desconfiança de que o duque de Alba estivesse concentrando tropas para vir atacar Almeida. Não quiz saber mais. Mandou reunir toda a tropa disponível de cavalaria e infantaria que ali tinha, e que já era considerável, e partiu com ela a fazer frente ao inimigo. O capitão Brás Garcia era um dos oficiais que iam na expedição.

Rufando nas suas caixas foi este corpo de tropa marchando pela margem esquerda do rio de Tourões acima, passou à vista de Aldea-del-Obispo, que fica da outra banda, e chegou à nossa povoação de Val-de-la-Mula, onde fez alto. Ali se deteve até ao sol posto, sem notar nenhum movimento anómalo no território espanhol, onde bastante gado pastava tranquilamente. Ao anoitecer mandou retirar.

Era uma bela noite, repleta de luar. Já próximo de Almeida tiveram de passar um pequeno ribeiro. Quando a infantaria, que era comandada pelo capitão Brás Garcia de Mascarenhas, vencia este insignificante obstáculo, eis que de repente um enorme meteoro luminoso rasga a atmosfera, traçando uma larga estrada de fogo, que se mantém incendiada por um pouco. Deu-se isto tão perto, que pareceu aos soldados que lhes *quentou rostos, & orelhas*, e assustados recuaram. Repreendeu-os asperamente o capitão Brás, por se terem espantado e saído das fileiras sem ordem para isso; e fê-los marchar sem mais detença.



Precisava D. Álvaro de conhecer por seus próprios olhos a região da fronteira, cujo governo e defesa lhe estavam confiados, tendo para isso de estudar o território, visitar os castelos que nele havia, observar as suas condições de defesa e planear o que tinha de fazer para os melhorar. Resolveu partir sem mais demora, e para o acompanhar organizou uma força pequena mas escolhida, sendo a vanguarda formada por uma companhia de 130 soldados de cavalaria, e a retaguarda pela companhia de 183 soldados de infantaria comandada pelo capitão Brás, que ele desejava ter sempre ao pé de si. As obras da fortaleza de Almeida passaram por isso a ser dirigidas pelo sargento-mór Rodrigo Soares Pantoja, novo governador desta praça.

Com a mencionada força percorre D. Álvaro todas as terras de Riba-Côa, visita com minucioso escrupulo todos os castelos ali existentes, desde o Sabugal até ao rio Douro; e, não podendo então

